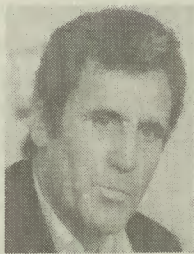


Há ânimo para continuar

Apresentamo-nos nesta batalha com um sentimento de que é possível reforçar a influência social, política e eleitoral do PCP. Contamos com homens e mulheres, com os militantes, com aquela lista notável de apoiantes da CDU que estão com quem trabalha e quem luta.



■ Jerónimo de Sousa Pág. 19

Na ressaca, serenamente

Cada acto eleitoral é – deve ser, tem de ser – um momento privilegiado de reflexão sobre o País que somos, sobre o Partido que somos. Não porque as eleições sejam toda, ou sequer a mais importante, intervenção política no País em que queremos ser, e em que queremos ser com o contributo indispensável do Partido que tomámos.

■ Sérgio Ribeiro Pág. 20

Limites do império americano

O chamado Plano de Paz aprovado no dia 10 de Junho pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas – com a abstenção da China – não permitiu aos EUA atingir as metas estratégicas que haviam fixado. A leitura comparada desse Documento e do texto de Anexo B de Rambouillet demonstra com uma clareza meridiana que os EUA obtiveram apenas uma vitória pírrica, ou seja uma falsa vitória que contém em si os germes de futuras derrotas.

■ Miguel Urbano Rodrigues Pág. 21

NACIONAL

Direito de optar

A campanha do referendo em torno da despenalização da IVG até às 10 semanas foi palco de promessas e considerações sobre a necessidade de medidas concretas de acesso ao planeamento familiar e à educação sexual nas escolas. Um ano volvido, o que é que mudou? Organizado pela Plataforma *Direito de Optar*, o balanço está agendado para o próximo sábado, no ISCTE, em Lisboa.

Pág. 32



Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 24 de Junho de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1334 • Director: José Casanova

Trabalhadores com a CGTP-IN exigem

STOP à destruição da Segurança Social

Milhares de trabalhadores participaram anteontem no «dia de acção nacional» promovido pela CGTP-IN contra o projecto de Lei de Bases da Segurança Social e contra o pacote laboral que o Governo pretende fazer aprovar na Assembleia da República.

Pág. 5



Parlamento Europeu

Resultados e comentários nas Págs. Centrais e 18

Esquerda Unitária reforça posições

Pela primeira vez na história do Parlamento Europeu, o grupo dos cristãos-democratas (PPE) conseguiu uma clara vantagem face ao grupo dos socialistas (PSE). Contrariando a subida da direita, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, em que se integram os deputados comunistas portugueses, foi reforçado. O mesmo aconteceu com o grupo os Verdes.



A CGTP manifesta-se contra a revisão da Lei de Bases da Segurança Social

RESUMO

16
Quarta-feira

Ali Alatas recusa conceder visto de entrada em Timor ao dirigente José Ramos Horta ■ A Comissão de Paz e Estabilidade de Timor-Leste inicia em Jacarta uma série de reuniões com a participação de Xanana Gusmão para definir um código de conduta para as forças rivais timorenses ■ O Partido Socialista Europeu manifesta o seu apoio à candidatura de Mário Soares à presidência do Parlamento Europeu ■ O ministro da Defesa russo, Igor Sergueiev, exige a desmilitarização do UCK, sob pena do acordo de paz ficar comprometido ■ Milhares de sérvios abandonam o Kosovo enquanto os albaneses se apressam a regressar às suas casas ■ O Paquistão desmente que as suas forças armadas estejam a operar na Caxemira indiana ■ Thabo Mbeki sucede a Nelson Mandela na Presidência da África do Sul.

17
Quinta-feira

Ian Martin, chefe da missão da ONU em Timor-Leste, visita Liquiça para avaliar a gravidade da situação dos três mil refugiados ■ Os primeiros seis observadores portugueses ao referendo em Timor chegam a Díli ■ O vice-primeiro-ministro sérvio, Vojislav Seseli, sugere aos sérvios do Kosovo que se reagrupem no Leste da província a fim de se protegerem contra os assaltos do UCK ■ A força aérea e as tropas terrestres indianas continuam a sua ofensiva contra os guerrilheiros separatistas muçulmanos em Caxemira.

18
Sexta-feira

Jardim Gonçalves oferece 489 milhões de contos pela Mundial Confiança ■ António Champalimaud e o Santander Central Hispano reafirmam o acordo de troca de participações, apesar da decisão do Governo de vetar o acordo entre o empresário e o grupo financeiro espanhol ■ Xanana Gusmão, João Tavares, representante dos integracionistas, e as autoridades militares e policiais indonésias e das Nações Unidas assinam em Jacarta um acordo para o desarmamento e o fim das hostilidades em Timor-Leste ■ O representante especial das Nações Unidas para Angola, Issa Diabolo, é recebido em audiência em Luanda pelo ministro das Relações Exteriores angolano ■ Russos e americanos chegam a acordo de princípio sobre a participação russa na força de paz internacional do Kosovo.

19
Sábado

As 43 freguesias que boicotaram as eleições europeias votam hoje, mas 10 delas voltaram a impedir o acto eleitoral ■ As tropas russas que controlam o aeroporto de Pristina impedem o acesso de três blindados do contin-

gente britânico, que tentavam penetrar na zona ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos EUA, da França, da Grã-Bretanha, da Alemanha e da Itália reúnem-se com a Rússia para discutirem questões relacionadas com as ofensivas do UCK ■ O representante da ONU para Angola abandona a capital angolana sem ter conseguido convencer o governo a negociar com a UNITA.

20
Domingo

A lista da CDU pelo Círculo Eleitoral da Europa às eleições para a Assembleia da República, apresentada em Paris, é encabeçada por Manuel Beja, militante do PCP e sindicalista residente na Suíça ■ O ministro da Economia espanhol afirma que a Comissão Europeia deve estudar com urgência o veto do Governo português ao acordo entre o Banco Santander e Champalimaud ■ A Renetil comemora o seu 11.º aniversário e apela aos jovens timorenses espalhados pelo mundo que regressem para enfrentar este momento determinante para o povo de Timor ■ A Cimeira do G-8 determina que a Sérvia não terá assistência à reconstrução e desenvolvimento, enquanto o Presidente Milosevic continuar no poder.

21
Segunda-feira

O primeiro grande contingente de polícias civis da ONU chega a Díli para ajudar a manter a segurança ■ A União Europeia lança um apelo às forças do UCK para que cumpram os compromissos assumidos com a NATO e não procedam a acções violentas contra a população sérvia ■ Bill Clinton pede aos sérvios para se libertarem de Milosevic ■ A Índia acentua os seus ataques contra os guerrilheiros muçulmanos nas montanhas de Caxemira ■ Milhares de agricultores belgas manifestam-se em Bruxelas e pedem indemnizações por causa das dioxinas.

22
Terça-feira

A CGTP-Intersindical manifesta-se em várias localidades do país contra as propostas do Executivo quanto à revisão da Lei de Bases da Segurança Social ■ O negócio entre Champalimaud e o grupo Santander Central Hispano já está efectivamente concretizado para os espanhóis ■ O secretário-geral da ONU anunciou o adiamento do referendo em Timor-Leste, que estava previsto para dia 8 de Agosto ■ Um lote de 40 mil latas de Coca-Cola foi retirado do mercado português devido à existência de partículas de carvão ■ Dois portugueses venceram em Cannes o concurso internacional Jovens Criativos ■ Forças militares indianas continuam a reconquistar cumes estratégicos de Caxemira, actualmente sob controlo de guerrilheiros muçulmanos.

«Clic» ou a vã glória de analisar

Como estava previsto, os comentadores e analistas do costume produziram e divulgaram, a seguir às eleições europeias, os comentários e análises do costume. Cada um no seu jeito característico, obviamente, mas cada um dizendo ou escrevendo o que previamente se sabia que iria dizer ou escrever. Aliás, há-os de todos os feitios e para todos os gostos. São assim mais ou menos como as chamadas sondagens de opinião: da mesma forma que elas, com rigor científico de betão, fornecem os resultados que directa ou indirectamente lhes foram encomendados e recomendados, também eles servem, nas modalidades da análise ou do comentário e com rigor semelhante, as conclusões que mais convêm às suas simpatias e aos seus interesses político-partidários. O método, o argumentário e os critérios que utilizam nas apreciações aos resultados eleitorais são, sempre, os únicos que servem esses interesses e simpatias e adaptam-se às necessidades de cada momento. Assim, por exemplo, se há cinco anos quase todos esses comentadores e analistas consideraram a descida da CDU de terceira para quarta força eleitoral como um dos dados mais relevantes, já a subida da CDU de terceira para quarta força nas recentes eleições não teve, para eles, qualquer significado ou relevância - e daí a quase total ausência de referências a esse facto nas análises e comentários produzidos.

Na tentativa, compreensível e esperada vinda de quem vem, de supervalorizar os resultados do PS de Guterres nas eleições europeias, José António Saraiva procedeu, no «Expresso» de sábado passado, a um divertidíssimo exercício analítico intitulado «O que faltou dizer». A partir de uma série de seleccionados «ses» - nem mais nem menos do que aqueles de que necessitava para chegar onde queria chegar - JAS... chegou onde queria chegar, e onde só chegaria partindo donde partiu... É costume dizer-se que com «ses» tudo se consegue, e Saraiva confirmou que, de facto, assim é. «O que faltou dizer», chegou JAS e disse-o: que Mário Soares não valeu a pena para o PS; que Guterres, esse sim, esse é que vale; que qualquer António José Seguro vale o que vale Soares e que Guterres vale mais do que os dois juntos; que quem viu Soares e Guterres na noite das eleições, sentados lado a lado, viu, no primeiro um «acabrunhado» vencido e, no segundo, «um homem feliz», «o dono da vitória» (curiosamente, a fotografia que encima o texto com o objectivo de o confirmar, mostra-nos Soares a dormir e Guterres de olhos fechados). Com tão exuberante e entusiástica manifestação de fé guterista, queria Saraiva dizer, apenas e só, que o PS de Guterres, apesar de Soares, viu tornar-se «mais próxima a hipótese de uma maioria absoluta em Outubro» - «conclusão» a que não poderia chegar se considerasse que o «efeito Soares» tivera reflexos positivos no resultado do PS...

Mas Saraiva não é só isto e a sua participação na campanha do PS para as legislativas não se queda por aqui: a sua análise ao «resultado surpreendente» do CDS/PP, conseguido «mercê do esforço homérico de Paulo Portas», passará a

constituir, pela lucidez e argúcia de que está embebida, uma referência incontornável no quadro da análise político-eleitoral nacional. Para JAS, Portas conseguiu provar «aos comentadores que estavam errados quando lhe vaticinaram a morte» e que, ao contrário do que dizem os números, o PP, nas várias eleições europeias não passou «dos 15 para os 12% e agora dos 12 para os 8%»: «Todos sabemos que não foi assim» - ensina Saraiva arrastando-nos, num esforço homérico, para o seu nível de saber -, «todos sabemos» que o PP, «agora, subiu de 3 ou 4% para 8%». Na verdade, ninguém possui o saber de JAS e por isso só ele sabe que, sabe-se lá quando, houve para aí umas eleições europeias nas quais o PP obteve, em segredo bem guardado por Saraiva, Portas e Guterres, os tais «3 ou 4%» que o transformam agora em «vencedor».

A análise de JAS aos resultados do PP comporta ainda a curiosidade de nos apresentar o analista perfeitamente sintonizado com os propósitos do PS. Ou seja: Saraiva, concluindo por si próprio ou bebendo em fonte fidedigna que o mais provável é o PS não vir a obter a maioria absoluta nas legislativas, começa já a preparar o caminho para futuras alianças e entendimentos entre o partido de Guterres e o partido de Portas - ao fim e ao cabo, como sublinha o preclaro analista, os dois grandes vencedores das europeias - de forma a procurar assegurar o prosseguimento da política de direita.

Mas onde o insuperável Saraiva se supera é na análise aos resultados da CDU. Começando por conceder, aparentemente magnânimo, que «o PCP resistiu melhor do que se esperava» (leia-se: melhor do que JAS esperava e desejava), logo esclarece que tal facto «não significa um elogio (porque mostra que não se esperava muito)». E é em torrencial exibição de saber e de didatismo que JAS ensina que o PCP «só poderá ter futuro» se se der «um 'clic' que permita ao partido deixar de resistir e passar a recuperar o terreno perdido». Temos então que, segundo Saraiva, a salvação do PCP depende de um providencial «clic» que o leve a aceitar, no mínimo passivamente mas de preferência apoiando e aplaudindo, a política de direita que o PS prossegue e quer prosseguir. Isto é: o consagrado analista quer, ao fim e ao cabo, que o PCP deixe de ser o que é e passe a ser o que ele quer que seja. Estranha forma de salvação, esta.

Compreende-se a desilusão de Saraiva face aos resultados obtidos pela CDU nas últimas eleições. Compreende-se, igualmente, que a teimosia dos comunistas, ou seja, a sua insistência em serem coerentes, em se manterem fiéis aos seus princípios e valores, em não desistirem de lutar contra a política de direita ao serviço dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros, em continuarem a lutar por uma alternativa de esquerda a essa política - compreende-se que tudo isso incomode e irrite o consagrado analista. Quanto mais não seja porque o vasto currículo de Saraiva no vaticínio da morte do PCP tende a transformar as análises que produz em manifestações cada vez mais patéticas e ridículas. Além de que, como JAS já intuiu, isto está para durar. E é bem possível que o incómodo e a irritação de Saraiva cresçam e se acentuem nas próximas eleições legislativas.

Compreende-se que a teimosia dos comunistas, ou seja, a sua insistência em serem coerentes, em se manterem fiéis aos seus princípios e valores, em não desistirem de lutar contra a política de direita, em continuarem a lutar por uma alternativa de esquerda a essa política - incomode e irrite.

Avante!

Profetários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
- 1600 - 196 Lisboa - Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 - 1600 - 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
- 1169-161 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculo: 47058.
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!» - Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
- 1169-161 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de renovação:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Copa Rota - Lisboa - 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial do Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1169-161 Lisboa
- Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1169-161 Lisboa
- Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Razo
2710 - 139 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Um homem muito raro

É muito difícil encontrar palavras para falar de um homem muito raro que acaba de desaparecer, figura das maiores da ciência e da cultura portuguesas do século XX, investigador infatigável, pensador marxista assumidamente antidogmático, intelectual comunista que, com a sua coragem e a sua obra impressionantes, inspirou sucessivas gerações para a militância do conhecimento e da plena cidadania: estamos a falar do camarada Armando Castro.

Num breve apontamento autobiográfico durante uma entrevista aos Cadernos de Ciências Sociais, Armando Castro referiu-se assim ao seu trabalho durante o regime fascista: «Vivi 31 anos com uma crucificação quotidiana; é que trabalhava o mínimo indispensável para assegurar a subsistência minha e familiar, para ter tempo livre para a pesquisa que fazia à minha custa. Eu nem sequer tinha acesso às bibliotecas das Faculdades. Só nos fins do período marcelista é que, por intermédio de um professor, eu consegui esse acesso. Mesmo para fazer a pesquisa nos Arquivos Históricos, eu deslocava-me à minha custa: microfilmava os documentos com uma pequena Leica e uma lâmpada supervoltada que levava. Depois vinha para casa, revelava e passava tudo aquilo a tamanho postal, porque senão ficava muito grande, e lia os documentos todos com uma lupa».

É nestas condições - só modificadas aquando do 25 de Abril e da sua chamada por mérito para professor e para director da Faculdade de Economia do

Porto - que Armando Castro vai erguer as bases de uma obra portentosa, cujo conhecimento e avaliação estão longe de estarem ainda realizados.

Da extensa "bibliografia principal" de Armando Castro publicada em 1997 pela *Diagonal*, revista do Sector Intelectual do Porto do PCP, constam dezenas de obras de referência absolutamente obrigatória para quem procurar conhecer o que de mais avançado se produziu em Portugal no plano científico, desde os anos quarenta, no domínio da economia teórica e aplicada, da história económica e social (em que sobressaem os onze volumes da "Evolução Económica de Portugal dos séculos XII a XV"), da filosofia das ciências, da teoria científica do conhecimento corrente e da teoria científica do conhecimento científico, e da história do pensamento económico.

Que esta obra tenha sido realizada por um marxista - praticamente o único que durante um longo período de tempo desenvolveu entre nós trabalho no domínio das ciências económicas e sociais - explica os obstáculos que a produção dos seus trabalhos e a sua divulgação enfrentaram no nosso país, e o relativo silenciamento a que o seu autor e a sua dimensão intelectual e moral foram votados praticamente até aos dias de hoje.

Armando Castro foi também um homem em permanente diálogo com os outros, numa relação aliás facilitada pela sua extraordinária simplicidade. No plano da intervenção cultural contam-se

seguramente por muitas centenas os colóquios e os debates em que participou, quer na cidade do Porto, quer noutros pontos do país, e foram igualmente centenas os artigos que escreveu para responder às múltiplas solicitações que de toda a parte lhe dirigiam. Participou, desde a juventude, nos mais variados combates políticos e sociais - sempre ao lado dos trabalhadores e dos interesses populares, combatente constante contra o fascismo e pela democracia, infatigável trabalhador do conhecimento que assumia esse esforço pelo conhecimento como condição indispensável para um projecto bem sucedido de emancipação social e política e de transformação da sociedade.

Nas palavras comoventes com que selou o momento da despedida do amigo e do camarada de sempre, Óscar Lopes proclamou: "eu sou Armando Castro".

Compreender esse sentido de continuidade essencial que devemos a uma vida e a um trabalho exemplares; aceitar os desafios - de estudo e de compreensão científica - que um mundo em acelerada mudança colocam hoje a todos os que se reclamam do pensamento marxista; prosseguir, incansavelmente, a intervenção e a luta por sociedades humanas mais justas e libertas da exploração; - são essas, certamente, as melhores formas de homenagearmos o homem muito raro e o camarada agora desaparecido.

■ Edgar Correia

Operação resgate

Olhando para os resultados das últimas europeias se há evidência difícil de negar é que eles apresentam uma direita em perda, sem crédito político nem possibilidades eleitorais. A mais baixa votação do PSD nos últimos 14 anos e a perda pelo Partido Popular de uma terça parte da sua massa eleitoral aí estão para o provar.

Há quem não se conforme com a evidência. Só isso pode explicar a intensa operação em curso para resgatar os partidos da direita da situação de deriva política e de ausência de perspectivas eleitorais em que se encontram e para lhes devolver o fôlego que manifestamente não possuem.

Uma operação empreendida não apenas pelos próprios como legitimamente lhes cabe mas também por outros que, preocupados com o facto de que o esbracejar dos próprios possa não ser suficiente para os salvar, solitamente se aprestem a lançar a bóia que os salve. É vê-los, do mais careta dos analistas ao mais pintado dos comentadores, a desdobrarem-se em esforçadas e diligentes apreciações e análises para que, mesmo que em contradição com tudo o que até recentemente afirmaram, expliquem o pouco explicável.

É ouvi-los a dizer, na esperança de disfarçar a magra expressão eleitoral de cada um dos partidos isoladamente considerados, que juntos esses partidos somam 40% como se não soubessem que há cinco anos conjuntamente haviam valido 47% e como se alguns não tivessem andado a afirmar que era separadamente que a direita podia libertar o seu potencial de influência.

É ouvi-los agora a proclamarem que os 31% do PSD é um resultado notável face à recente crise interna e mudança de liderança quando ainda há semanas atrás, os mesmos que agora assim o afirmam, proclamavam que com o PSD liberto da AD e com uma nova e mais credível liderança é que ninguém o segurava.

Quanto aos próprios pouco haverá de novo a registar no seu esforço de, com mais ou menos jeito mas imensa cobertura mediática, fazerem pela vida.

Por parte de Durão e do PSD ei-los de partida em expedição nacional, a anunciar o novo líder por rotas que outros antecessores já percorreram, à procura de votos perdidos e em busca daquele novo e original parceiro de coligação com que Durão se revela disposto a fazer alianças: a abstenção.

Quanto ao PP, Portas por aí continua sem dar sinais de abrandar a inesgotável capacidade de distribuição de beijos em tudo o que é vivo e mexe, residindo a dúvida principal em se saber quantos portugueses mais seria necessário sujeitar a serem osculados para que os objectivos eleitorais de Portas pudessem ser atingidos.

Esta bem organizada operação de resgate e reabilitação eleitoral da direita não faltará muito para que seja chegado o dia em que o PS passe a simular sentir-se acossado pela direita. Para que aquela cíclica e não inocente operação de dramatização eleitoral tão necessária à bipolarização e à continuidade da política de direita faça mais facilmente o seu caminho.

■ Jorge Cordeiro

EUROPEIAS/99
reflexão necessária

Na análise dos resultados das recentes eleições para o Parlamento Europeu ressalta a taxa de abstenção. Desde logo porque é a maior de sempre (51%). Depois porque atinge níveis recorde na Alemanha e França, o eixo propulsor da «construção europeia» de Maastricht e Amsterdão. Por fim porque há países, como a Grã-Bretanha e a Holanda, onde a abstenção é de tal modo elevada (mais de 70%) que quase se poderia falar de boicote eleitoral.

Tão diminuta participação eleitoral constitui em si mesma uma severa condenação do tipo de «construção europeia» que aí está. Opaca, distante dos cidadãos, burocrática, realizada nas costas dos povos, quase clandestina em aspectos essenciais. Com a construção de poderes supranacionais que, operando crescentes transferências de soberania, marginaliza os Parlamentos nacionais e esvazia de conteúdo as instituições democráticas representativas. É a esta situação profundamente antidemocrática que se fica a dever no fundamental uma tão elevada taxa de abstenção, precisamente quando estão em marcha empreendimentos - do «euro» à «defesa europeia», passando pelo alargamento e suas profundas incidências institucionais e financeiras - que são da maior importância para a Europa e os europeus. Sem esquecer as consequências da agressão contra a Jugoslávia, que continua.

Claro que esta atitude de protesto, mas também de alheamento e desafeção, encerra perigos. Não basta voltar as costas à actual «construção» federalista e neoliberal, ao serviço do grande capital e das grandes potências. É preciso condená-la mais explicitamente e lutar ainda mais decisivamente por um «novo rumo», determinado pelos interesses dos trabalhadores e dos povos, como propõem os comunistas e outras forças de esquerda, cujo Grupo no Parlamento Europeu tende a ampliar-se a mais países e a crescer em número de deputados.

Os resultados dos partidos no poder na Grã-Bretanha e na Alemanha merece particular atenção. Estamos a falar, por um lado, do Partido Trabalhista de Tony Blair, o tal da «terceira via», assumidamente liberal, pró-americano militante, um dos mais notórios falcões na agressão à Jugoslávia. E por outro lado do SPD de Schroder, o «amigo dos patrões» como é de há muito conhecido nos meios sindicais, profeta do «novo centro», que provavelmente passará à história como o Chanceler que, mais de 50 anos após a barbárie nazi, enviou de novo tropas alemãs de ocupação para solo jugoslavo. Estamos a falar de dois partidos cujos governos foram os mais incondicionalmente alinhados com os EUA na guerra dos Balcãs, os mais empenhados nesta guerra, os que enviaram para o Kosovo os mais numerosos contingentes militares, dos que mais se encarniçam (nomeadamente no quadro da UE, do G7 e do «plano de estabilidade» para os Balcãs) em levar até ao fim a desagregação da Jugoslávia e em impor à Sérvia um governo submisso ao imperialismo. Estamos a falar do Manifesto Blair / Schroder, «Europa: a terceira via, o novo centro» lançado em vésperas de eleições para o PE (8 de Junho) rejeitando frontalmente mesmo as mais tímidas receitas neo-keynesianas e anunciando a intensificação da ofensiva do grande capital contra os direitos e conquistas dos trabalhadores.

Foi tudo isto que objectivamente foi condenado. Seja através da abstenção (que aumenta 15% na Alemanha e 13,5 na Grã-Bretanha, elevando-se aqui a 77%). Seja através das quedas eleitorais em relação às últimas legislativas que levaram Tony Blair a 1.º Ministro e Schroder a Chanceler (respectivamente 15% e 33 deputados e 10% e 7 deputados).

Aqui fica este registo para aprofundamento da necessária reflexão. A dimensão dos problemas que estão em cima da mesa é enorme, como o mostram o Conselho de Colónia da UE e a Cimeira do «G7+1». É entretanto evidente que existe um amplo espaço a conquistar pelos comunistas e outras forças anticapitalistas através da luta ideológica, do confronto de projectos e soluções, e sobretudo, pelo desenvolvimento, sempre decisivo, da intervenção das próprias massas na luta pelos seus interesses e aspirações mais sentidas.

■ Albano Nunes



Foto: Jorge Carriá

Câmara do Barreiro desmente Secretário de Estado

Num seminário subordinado ao lema «Ambiente e Qualidade de Vida no Barreiro» e noticiado pelo *Jornal de Notícias*, o Secretário de Estado do Ambiente, José Guerreiro, foi questionado sobre o processo de construção da futura Estação Intermunicipal de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) no Barreiro, respondendo que «não deu entrada qualquer projecto», sem o qual a obra não poderá avançar, acrescentando que «da nossa parte existe toda a boa vontade e abertura». Questionado pelo *JN*, o presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Pedro Canário, desmentiu categoricamente estas afirmações, recordando que a candidatura desta obra aos Fundos de Coesão foi apresentada há mais de



um ano. «É triste que o Secretário de Estado desconheça os papéis que estão dentro do seu Ministério», acrescentou o autarca, recordando ainda que o projecto, orçado em seis milhões de contos, foi apresentado publicamente em Setembro passado e, já nessa altura, o concurso público estava pronto a ser lançado. De acordo com as fases e calendários definidos para a realização, o município do Barreiro esperava que a obra já estivesse adjudicada, dado o arranque da construção estar agendado para Julho deste ano. Todavia, o Secretário de Estado José Guerreiro parece ignorar tudo isto, o que, pelos vistos, não o impede de propalar em sessões públicas que «da nossa parte existe toda a boa vontade e abertura»...

Mais dificuldades para a paz no Ulster

A alguns dias do «ultimato definitivo» estabelecido pelo primeiro-ministro inglês Tony Blair para se assinar um acordo de paz para o Ulster, as negociações promovidas pelos governos britânico e irlandês continuam a esbarrar na intransigência e nos

obstáculos levantados, sobretudo, pelos protestantes. As divergências são essencialmente protagonizadas pelos unionistas (protestantes) chefiados por David Trimble e pelos republicanos (católicos) encabeçados por Gerry Adams, com os primeiros a insis-

tir, agora, na exigência do desarmamento do IRA como pré-condição para se sentarem à mesa do acordo, enquanto o Sinn Féin insiste que não foi isso o estabelecido no acordo de Viernes Santo de 1998. O impasse está instalado, embora os executivos

britânico e irlandês não admitam o falhanço das conversações, enquanto dissidentes unionistas já andam exercendo pressões para que se reveja completamente o acordo de 1998 se as actuais conversações não chegarem a bom termo.



Entre 44 assembleias só 10 repetem boicote

No passado domingo, foi repetido o acto eleitoral para o Parlamento Europeu nas 44 assembleias de voto que boicotaram o acto no dia do escrutínio nacional, mas, desta vez, apenas 10 assembleias repetiram o boicote, «furando» o policiamento organizado pelo Ministério da Administração Interna, precisamente com o objectivo de impedir que as respectivas populações voltassem a assaltar os locais de voto e a defenestrar os boletins e o equipamento. As 44 assembleias de voto que sofreram boicote localizam-se todas no Norte da parte continental do país e foram invariavelmente assumidas pelas populações

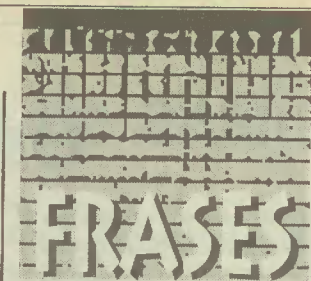
«rebeladas» como forma de protesto e luta pelas mais diversas reivindicações locais, desde a elevação de freguesias a concelho, à localização de uma nova escola secundária ou à instalação de mais médicos no sistema de Saúde local, para darmos apenas alguns exemplos das motivações invocadas. De qualquer modo, na generalidade dos actos eleitorais repetidos e realizados verificou-se uma baixíssima taxa de votos expressos. Entretanto, continua por definir a atribuição partidária do 25.º deputado europeu português, o que deverá ocorrer quando se apurarem os votos expressos na emigração.

Polícias da ONU chegam a Timor

Chega a Dili, capital de Timor-Leste, o primeiro grande contingente de polícias da ONU que irão supervisionar as eleições referendárias previstas para Agosto próximo. Este primeiro contingente totaliza 41 elementos integrando 15 australianos, 10 neozelandeses, sete britânicos, seis espanhóis e três irlandeses, que partiram de Darwin, na Austrália, e receberam formação específica para esta missão na sede da ONU desta cidade australiana. Acompanhados pelo comissário Alan Nills, estes

polícias fazem parte de um contingente de 280 efectivos que integram a Missão de Assistência da ONU em Timor-Leste (UNAMET), encarregada de preparar a consulta aos timorenses agendada para 8 de Agosto. Recorde-se que, antes, já chegara ao território um pequeno grupo de portugueses encarregados de organizar a instalação do efectivo português que integrará esta missão da ONU no território. «O grande objectivo da vossa missão será aconselhar a polícia indonésia no cumprimento do

seu dever», afirmou o comissário Alan Nills aos recém-chegados, acrescentando que alguns deles serão destacados para vários pontos de Timor-Leste já a partir da próxima terça-feira. O próximo grande contingente de polícias da ONU chegará no próximo sábado, se o regime indonésio não levantar mais obstáculos, como os que atrasaram a chegada deste contingente por atraso na concessão de vistos. Neste momento, já são 170 os elementos da UNAMET presentes no território de Timor-Leste.



“O que os estrangeiros querem nos bancos portugueses é esta economia virtual. Portugal já hoje tem fama de ser a mais eficiente e discreta lavandaria de dinheiro sujo, estando os bancos controlados por nacionais. O que seria se fossem os estrangeiros a mandar? Talvez um casino mal frequentado.”

(Rui Teixeira Santos, *Semanário*, 18.6.99)

“Para ganharem as eleições de 1995, [os socialistas] converteram-se à pressa à moeda única e aos critérios de Maastricht. Tudo para ganhar a confiança dos mercados. Agora, continuam mais liberais do que os outros para marcar privatizações às terças e às quintas. Mas às segundas, quartas e sextas regressam ao «pior estilo» do intervencionismo estatal.”

(Sérgio Figueiredo, *Diário Económico*, 18.6.99)

“Governar é exactamente o oposto. Nomeadamente, estar suficientemente sólido para que se um António Champalimaud não cumprir com o prometido o país não entre em drama pré-eleitoral.”

(Francisco Azevedo e Silva, *Diário de Notícias*, 21.6.99)

“Nos negócios não chega respeitar a lei e ser competente: é necessário ter ética e respeitar a palavra dada. Os compromissos têm valor. E achincalhar os poderes públicos não deve ser coroa de glória para nenhum empresário. Levantar dúvidas sobre a forma como o Governo está a gerir esta crise não implica, por isso, aplaudir o senhor – é assim que o trata o próprio filho – António Champalimaud.”

(José Manuel Fernandes, *Público*, 19.6.99)

“O Governo deu-lhe [a António Champalimaud] a Mundial e o Totta em condições e a preço de amigo, reconhecendo-lhe a capacidade de constituir um dos raros grupos financeiros portugueses capaz de resistir à expatriação da economia portuguesa. E ele agarrou na Mundial e no Totta e entregou-os aos espanhóis, a preço de negociante.”

(Miguel Sousa Tavares, *Público*, 18.6.99)

“Este é o Estado que é implacável para com os pequenos contribuintes em falta e que tão compreensivo é com os grandes negócios, em que mais milhão menos milhão não parecem nunca fazer grande diferença ao erário público. Se não é o Governo a ser compreensivo, é a Procuradoria-Geral da República, e, se não é a Procuradoria, são os tribunais.”

(idem *ibidem*)

“Há um ano e meio atrás, eu tinha quintas, andares, moradias com piscinas, e hoje verifica-se que era tudo falso.”

(Narciso Miranda, presidente PS da Câmara de Matosinhos, *Público*, 19.6.99)



Índia aperta cerco militar a guerrilha pró-paquistanesa

Prosseguem as operações de combate entre o exército indiano e a guerrilha apoiada pelo Paquistão na linha de fronteira que separa a parte indiana da parte paquistanesa do Estado de Caxemira. A Índia, fortalecida pela reconquista de várias posições estratégicas e pelo crescente apoio internacional, prossegue as operações de cerco aos guerrilheiros independentistas apoiados pelo Paquistão que, segundo a Índia, violaram continuamente o território indiano de Caxemira até se chegar a novo confronto armado na região em 9 de Maio passado. Segundo as autoridades indianas, os combates já

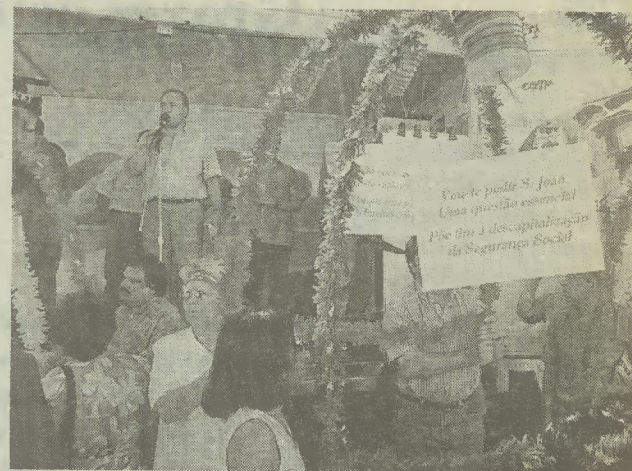
provocaram 149 mortos e 297 feridos do lado indiano e 336 mortos do lado paquistanês, enquanto os números oficiais de Islamabad afirmam que morreram pelo menos 47 paquistaneses e 300 indianos. O conselheiro indiano para a Segurança Nacional, Brajesh Mishra, reafirmou que só a restauração do *statu quo ante* na fronteira poderá permitir o reinício do diálogo com Islamabad – ou seja, a retirada das forças paquistanesas da Caxemira indiana –, enquanto o Paquistão insiste que não tem forças no terreno e quem combate os indianos serão guerrilheiros separatistas.



TRABALHADORES



A acção realizada em Lisboa recebeu os tons da época festiva, na Praça do Município, levando-os depois até S. Bento



A Segurança Social não se pode transformar num sistema caritativo e não devem ser feitas alterações para instituir um tecto contributivo ou limitar o valor das pensões, defendeu antontem a CGTP, em várias iniciativas onde, mais uma vez, foi reclamado um travão para a ofensiva legislativa contra os direitos dos trabalhadores.

CGTP em defesa dos direitos e da Segurança Social

«Stop» à destruição

A proposta de Lei de Bases da Segurança Social, da autoria do Grupo Parlamentar do PS, não altera a essência do projecto anteriormente aprovado pelo Governo, mantendo aquilo que maior preocupação e contestação suscita por parte dos trabalhadores e da CGTP, que vêem ameaçado um direito que deriva de uma relação de trabalho e dos descontos sobre os salários, a par de outros direitos colocados em perigo com o pacote laboral.

Esta mensagem - comum às intervenções produzidas e resoluções aprovadas em Lisboa, no Porto, Santarém, Leiria, Aveiro, Braga - foi traduzida em quadras dos santos

populares, nas concentrações realizadas na capital (Praça do Município e frente à AR) pelas uniões de sindicatos de Lisboa e Setúbal. «A Segurança Social/é apoio solidário/Não é esmola estatal/nem Fundo Comunitário», proclamava um cartaz no carro-tribuna de onde entrevistaram Carvalho da Silva e outros dirigentes. Em verso, denunciava-se ainda que «Patrões querem precariedade/Exigem leis renovadas/O Governo faz-lhes a vontade/Anda com eles de mãos dadas». Com este quadro no poder, as quadras viraram-se para os santos: «Vou-te pedir, S. João/uma questão essencial/Põe fim à descapitali-

zação/da Segurança Social», «Santo António de Lisboa/Que p'rás bilhas és fatal/ Ajuda-me a destruir/o pacote laboral».

O coordenador da CGTP acusou o Governo de «chegar ao fim da legislatura sem uma reforma do sistema fiscal» e de a pretender efectuar agora à custa do sistema de Segurança Social. Na intervenção que fez frente ao Parlamento, Carvalho da Silva alertou que «as propostas do Governo pretendem uma reforma da Segurança Social sem discutir as formas de financiamento de um futuro sistema», o que conduzirá apenas à sua descapitalização».



Inaceitável

A proposta apresentada na AR pelo PS prevê alterações que iriam reduzir ou anular o direito universal dos trabalhadores à Segurança Social,

motivo por que merecem a rejeição da CGTP. A resolução aprovada em Lisboa aponta três grandes problemas:

- a consagração de um tecto contributivo, o que se iria traduzir numa forte quebra das

receitas (seriam excluídos os maiores contribuintes);

- a limitação do valor das pensões e outras medidas selectivas, que empurrariam, para esquemas privados de seguros e planos de pensões, os trabalhadores de rendimentos médios ou superiores;

- a possibilidade de transformação da Segurança Social, hoje universal, num sistema assistencialista ou caritativo, para pobres e excluídos.

Para a CGTP, o objectivo da proposta colocada à discussão no Parlamento é, «acima de tudo, satisfazer a gula das seguradoras e dos bancos, que querem apoderar-se de parte da Segurança Social». Visa também «evitar a discussão e a tomada de medidas necessárias e urgentes», em matérias como o financiamento do sistema (descapitalização, dívidas do patronato e do Estado), a política de emprego e os subsídios às empresas, a participação dos trabalhadores na definição das políticas e na gestão da Segurança Social.



Em fila contra o lay-off premiado

No dia 16, quarta-feira, para quando foi agendada a discussão na Assembleia da República do projecto de lei sobre o regime de lay-off (suspensão dos contratos de trabalho), a União dos Sindicatos de Lisboa realizou uma concentração de dirigentes na Rua Castilho. Depois de passarem à

porta do gabinete do ministro do Trabalho, os sindicalistas dirigiram-se para o Palácio de São Bento, onde assistiram à discussão sobre a concessão de ainda maiores benefícios ao patronato, à custa de maiores despesas para a Segurança Social. (Ver noticiário da AR, nas págs. 10 e 11).



TRABALHADORES

Graves acusações ao secretário de Estado e ao Governo

Sindicatos contestam demissões no IDICT

CES

É hoje apresentado ao grande público o 9.º Congresso da Confederação Europeia de Sindicatos, numa emissão especial de televisão por satélite, que em Lisboa pode ser seguida no Centro Jean Monet, entre as 9 e 30 e as 11 horas, onde também estarão dirigentes da CGTP-IN. O congresso terá lugar em Helsínquia, de 29 de Junho a 2 de Julho.

Yazaki

Rescisão ou despedimento é o que a administração da Yazaki Saltano está a exigir a trabalhadores da empresa de material eléctrico de Ovar, denunciou anteontem o SIEC/CGTP, que afirma estarem a ser pressionados trabalhadores com longos períodos de baixa por doenças contraídas na fábrica. O sindicato responsabiliza a administração pelas consequências da pressão psicológica sobre grávidas e alguns outros trabalhadores com problemas do foro neurológico. Entretanto, a Yazaki está a recorrer a empresas de trabalho temporário e a pessoal contratado a termo, denuncia o SIEC.

Revelação

Sem receber salários desde Fevereiro, a maioria dos 30 trabalhadores da Revelação abandonou esta empresa de artes gráficas. Contudo, nos impressos para o subsídio de desemprego, a empresa tem registado que a saída se deve a «mútuo acordo», protestou o Sindicato dos Gráficos, notando que «aos 8 trabalhadores que ainda estão na empresa é exigido o mesmo grau de profissionalismo», mesmo sem remuneração. «Haverá alguém que rescinda por mútuo acordo, quando não recebe salário», pergunta o sindicato.

Contrato

A mediação de seguros não é totalmente abrangida pelo acordo de revisão do contrato colectivo assinado pelo Sisep e a associação patronal, alertou o Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte, para o qual aquele documento «mais não é do que a proposta que a Aprese apresentou em tempos aos sindicatos e que os trabalhadores recusaram». O STSN reafirma, citando a seu favor também a opinião de «técnicos responsáveis do Ministério do Trabalho», que o acordo apenas se aplica aos associados do Sisep que se encontram ao serviço das mediadoras filiadas na Aprese. Para todos os restantes trabalhadores, mantêm-se em vigor o contrato colectivo assinado em 1984 e que só pode ser revogado pelas partes que o subscreveram: sindicatos de seguros do Norte e do Sul, Aprese e outras.

O Sindicato da Construção Civil do Norte e Viseu expressou «sérias dúvidas» acerca da actuação futura da Inspeção Geral do Trabalho e decidiu solicitar ao ministro Ferro Rodrigues, com urgência, uma audiência para analisar a situação «dramática» no sector.

Na passada sexta-feira, no Porto, o sindicato tomou posição relativamente a «recentes acontecimentos no Instituto do Desenvolvimento e Inspeção

do Trabalho, o sindicato quer analisar «o aumento desregulado da sinistralidade e da clandestinidade, principalmente durante esta governação»,

mento das contribuições de todos os trabalhadores para a Segurança Social e contra a vergonha da sinistralidade».

Fundadas críticas

«A crise que eclodiu no IDICT e originou a exoneração do seu presidente e doutros membros da direcção veio mostrar como eram fundadas as crí-

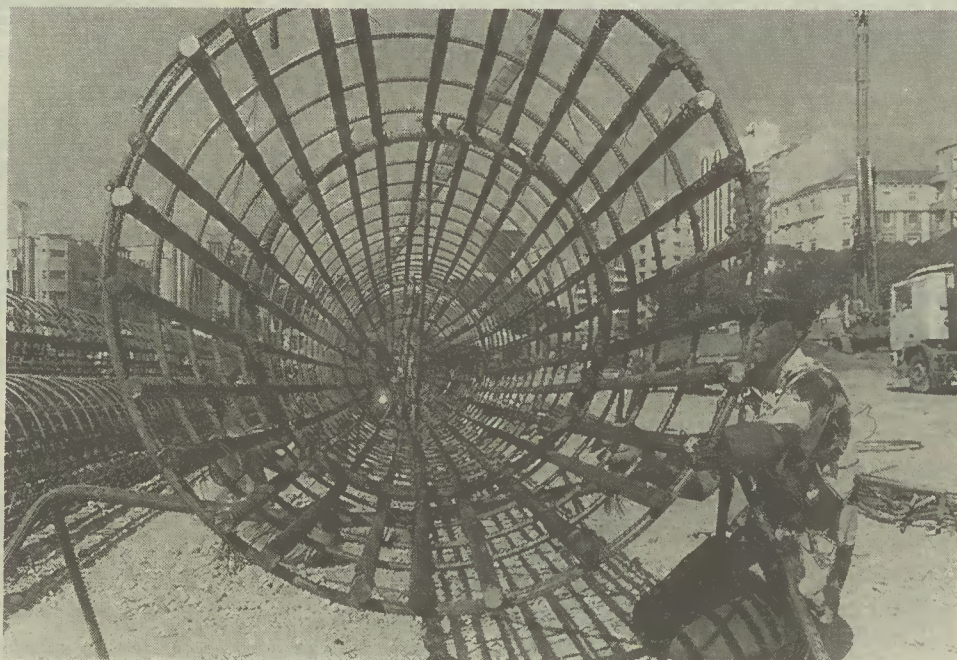
Final, lamenta a nota do Departamento de Informação da CGTP, «tem-se verificado uma coisa e outra».

A central coloca ainda, na base da crise, «a incompetência e o partidarismo de que o secretário de Estado tem dado provas», já que «o Governo não resolveu nenhum dos *dossiers* importantes que tinha ou lhe chegaram às mãos».

Por um lado, foi congelada a aplicação de medidas como a regulamentação da eleição dos representantes dos trabalhadores, a organização dos serviços (designadamente o processo de autorização de funcionamento das empresas de serviços de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho), a certificação dos técnicos de SHST, a revisão do Estatuto da Inspeção do Trabalho, referidos pela CGTP como «instrumentos sem os quais não se resolverá tão cedo, no nosso país, o gravíssimo problema dos acidentes de trabalho, nem os sistemáticos atropelos patronais às leis».

Por outro lado, notava-se no comunicado de dia 4, «o secretário de Estado tem revelado uma estranha apetência para intervir onde não lhe compete, como aconteceu com a autorização a empresas prestadoras de serviços de SHST ligadas à TAP e à Portugal Telecom, numa clara atitude de compadrio político, já que há várias centenas de pedidos de autorização à espera de serem despachados».

Quanto às exonerações, são vistas pela Intersindical Nacional como «uma nova manifestação de prepotência por parte do secretário de Estado das Relações Laborais», que «só podem contribuir para emperar ainda mais o funcionamento e a actividade do próprio instituto e, em especial, da Inspeção do Trabalho», situação que «torna premente a necessidade de repensar o modelo e a estrutura orgânica do IDICT, situação em que o Governo se tem mostrado verdadeiramente inoperante».



A construção civil é o sector com mais graves efeitos devido à ineficácia da Inspeção do Trabalho (foto de arquivo)

das Condições do Trabalho, que culminaram com a exoneração do seu presidente e vice-presidente». Para a estrutura da CGTP naquele sector e região, «se o IDICT e a IGT não estavam a funcionar eficazmente, o primeiro a ser exonerado deveria ser o Inspector Geral do Trabalho, que tem pautado a sua actuação pelo mediatismo e não pela eficácia».

As dúvidas dos sindicalistas da construção do Norte e Viseu prendem-se com o que irá suceder ao interrompido «projecto do Dr. Fernando Cabral» e à forma como irá doravante funcionar a IGT. Com o minis-

bem como apresentar propostas.

Recordando que «a clandestinidade no sector prejudica a Segurança Social em mais de 30 milhões de contos», o sindicato entende que, «se o ministro do Trabalho foi implacável contra as baixas fraudulentas, deverá agora sê-lo contra esta chaga da construção civil que é a clandestinidade». Na nota divulgada aos jornalistas, o sindicato adianta que, mantendo-se a falta de garantia de tomada de medidas concretas, «iremos realizar uma jornada de luta contra a clandestinidade, a precariedade, bem com pelo paga-

mentas e as reservas oportunamente formuladas pela CGTP-IN acerca do modelo orgânico que o Governo decidiu atribuir àquele instituto», afirmou a central, no comunicado que emitiu, no início de Junho, a propósito das demissões.

Para a *Inter*, na raiz dos problemas actuais está, «em primeiro lugar, o facto de se ter retirado autonomia à Inspeção do Trabalho, diluindo-a num organismo profundamente governamentalizado, como é o caso do IDICT», o que «só podia ter um de dois resultados: ou a inoperância ou a sua utilização para acções de efeito meramente propagandístico».



Valor do trabalho salientado ao PR

A CGTP manifestou segunda-feira ao Presidente da República, em Lisboa, algumas das suas preocupações de ordem estratégica relativas ao futuro e que visam revalorizar a importância do trabalho na sociedade portuguesa.

«É assustador que 53 por cento dos jovens trabalhadores até 30 anos e que têm mais do que o 12.º ano de escolaridade trabalhem como indiferenciados», o que «é um indicador profundamente negativo para o futuro do País», declarou o coordenador da central. Segundo a Lusa, Carvalho da Silva adiantou, no final da audiência, que a reflexão mantida com Jorge Sampaio revelou uma «preocupação de olhar para o futuro», onde assumem particular relevo as matérias ligadas ao ensino, educação, formação e qualificações dos trabalhadores.

«Há milhares de pessoas que têm formação que não está a ser aproveitada», facto revelador de que «não há uma inserção na vida profissional», a que se associa «um défice enorme de qualificações», sustentou Carvalho da Silva, considerando que se vive «uma cultura de pouca valorização do trabalho, dos trabalhadores e das suas organizações», como demonstram «as atitudes que às vezes são assumidas pelos patrões».

O dirigente sindical denunciou mais uma vez que «há um clima de pressão, de repressão, de desrespeito pelos direitos dos trabalhadores», em que «as entidades patronais jogam com o funcionamento lento da Justiça» e com «uma percepção de que o poder executivo não tem autoridade sobre elas».

Inter-Reformados denuncia retaliação em Braga

A comissão distrital da Inter-Reformados de Braga acusou na semana passada o Governo Civil, as câmaras municipais e a administração do Parque de Exposições de tomarem «medidas de retaliação» por aquela estrutura da CGTP «não participar nas festas e passeio por eles organizados, porque mais não são do que promoções políticas, caça aos votos, passeios para comícios, etc.».

A acusação foi feita após a análise da participação da IR/Braga nas comemorações do Ano Internacional do Idoso e, em particular, da iniciativa que levou a cabo no dia 22 de Maio, na capital do distrito, com a participação no presidente da Comissão Nacional das comemorações, de diversos convidados e centenas de reformados — como se explica na nota difundida quinta-

feira. Nesse documento, a Inter-Reformados de Braga «lamenta que, dos vários pedidos de apoio solicitados ao Governo Civil e câmaras municipais, todos tenham negado qualquer apoio, não se dando sequer ao trabalho de responder», enquanto a administração do Parque de Exposições «exigiu 25 contos pela ocupação do Pavilhão Translúcido (público e ao ar livre) por algumas horas».

Afirmando que «jamais aceitará vergar-se e render-se, a troco de alguns subsídios, que mais não são do que dinheiro dos nossos impostos», a estrutura bracarense expressa o seu agradecimento a todos os sindicatos, à União dos Sindicatos de Braga, às comissões de trabalhadores e ao Inatel, pelo apoio dispensado para as comemorações do Ano Internacional do Idoso.

TRABALHADORES

Administração local conclui quinzena de luta Acção pública amanhã no Terreiro do Paço

Desde dia 14, os trabalhadores das autarquias estão a levar a cabo, de forma descentralizada, uma série de iniciativas para dizer ao Governo e à opinião pública que estão fartos de promessas e exigem mudanças.

Entre os motivos de descontentamento e protesto, que estiveram na base da quinzena de luta promovida pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, destacam-se a exigência de um aumento salarial intercalar, a falta de regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, e a reclamação de medidas correctivas para os problemas criados com a revisão do regime de carreiras. Os sindicatos salientam «a necessidade de uma inversão de política, no sentido de serem tomadas medidas concretas para a melhoria das condições de vida» dos trabalhadores, como referiram numa nota conjunta, divulgada pelo STAL e o STML.

Na semana passada, representantes dos **bombeiros profissionais** e dos **quadros técnicos** entregaram abaixo-assinados na residência oficial do Primeiro-Ministro, onde se deslocariam ainda, com semelhante objectivo, sindicalistas dos **transportes urbanos** colectivos (ontem) e da área de **informática** (hoje).

Para o sector da informática, foi entregue um **pré-aviso de**

regionais, realizados pelo STAL em Coimbra, na segunda-feira, e em Évora, anteontem. Na acção pública de amanhã, na Praça do Comércio, vão participar «cen-

denunciando a falta de uma proposta de nova carreira para o pessoal operário altamente qualificado. Segundo a revisão das carreiras do regime geral, decretada pelo



Trabalhadores da administração local participaram anteontem no «Stop» da CGTP (foto do desfile em Lisboa)

greve para os dias 28 e 29 (segunda-feira e terça), como forma de «condenar a provocatória proposta de revisão de carreiras» entregue pelo Governo e reclamar «o imediato início de negociações sérias», com base no documento que a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública apresentou «há longos meses».

No âmbito da quinzena destacaram-se ainda os plenários

tenas de activistas sindicais e trabalhadores» das regiões de Lisboa (incluindo a CML), Setúbal e Santarém.

Qualificados

Além de faltar aos compromissos assumidos com os sindicatos, o Governo também não está a cumprir a legislação que publica, acusam o STAL e o STML,

Governo sob críticas e protestos dos sindicatos e dos trabalhadores, a negociação e legislação daquela carreira deveriam ser feitas até ao passado dia 18.

Na véspera, meia centena de representantes de vários locais de trabalho entregaram, na residência do Primeiro-Ministro, um abaixo-assinado de protesto que, em menos de 10 dias, recolheu 2 mil assinaturas – informaram os sindicatos.

Estrutura do PS a despedir na Telecom

Há quadros do PS que «executam, sem pestanejar, a estratégia delineada pela administração (DGR/DRH) para a redução de efectivos» na Portugal Telecom, denunciou a Comissão de Trabalhadores da PT.

Ao anunciar que ia exigir do conselho de administração a suspensão dos contactos para rescisões, nomeadamente com trabalhadores que têm por habilitações literárias a 4.ª classe, a CT sublinha que a aposentação antecipada, a pré-reforma, a suspensão do contrato ou a rescisão devem resultar de um processo «sempre voluntário» e sem «a chantagem, o medo, a pressão emocional e psicológica que a administração, encapotadamente, está a usar».

«A pressa é tanta, que a administração/Governo envolveu a estrutura interna do PS (chefias e outros quadros) no convite aos trabalhadores para aceitarem as condições propostas», afirma a CT, considerando que o envolvimento de tais quadros, muitos com posições de chefia, «em nada difere» do processo usado por Luís Todo Bom e pelo PSD, em 1995.

A CT critica também a «mesquinhez chocante» de alguns representantes dos trabalhadores que, «limitam-se a ser os porta-vozes da gestão», numa atitude que «só pode encontrar justificação na dependência total dos interesses dos seus «amigos» na administração».

Polícia de choque contra pescadores

Na quarta-feira da semana passada, depois de mais de dois meses de greve do arrasto costeiro e na madrugada do dia em que iam ter lugar importantes plenários de trabalhadores, o Governo mandou a polícia de choque atacar nos portos de Matosinhos e Aveiro.

A União dos Sindicatos do Porto, ao solidarizar-se com os pescadores, notou que «cada vez fica mais claro que, contraditoriamente com a tantas vezes repetida cassete do diálogo, o mecanismo a que o Governo mais facilmente recorre é a polícia de choque», desta vez numa altura em que estavam já «**contados os votos**». A USP/CGTP recorda que o partido que assim age no Governo tem em Matosinhos «alguns dirigentes que se diziam solidários com os pescadores e a sua luta».

Para a comissão executiva da US de Aveiro, «a postura e posições dos armadores, UGT e Governo funcionaram como uma *santa aliança* contra os pescadores e suas famílias, na tentativa de os vergarem pela fome». «Não o tendo conseguido, o Governo não se coibiu em ceder às pressões dos armadores, ao ordenar escandalosamente a intervenção da polícia de choque», acusa a União.

Em plenários realizados nos portos de Matosinhos, Figueira da Foz e Aveiro, foi decidido que a greve permanente, levada a cabo sem interrupção desde o dia 4 de Abril, passasse a abranger, desde domingo, apenas os fins-de-semana e os dias feriados. «Os armadores têm agora a oportunidade de confirmarem a sua boa-fé, já que sempre argumentaram que não resolviam o conflito com os trabalhadores em greve», desafia a USA/CGTP.

Ao protestar contra o impedimento, «por um forte e desproporcionado dispositivo policial», do acesso à lota de Aveiro de dois dos seus dirigentes, que iam reunir com os trabalhadores da pesca do arrasto costeiro, a US de Coimbra expressou a dúvida sobre se a liberdade sindical é «uma miragem».

A intimidação policial para impedir a actividade sindical dos pescadores em greve pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho foi igualmente condenada pela CGTP, que emitiu um comunicado de imprensa em que responsabiliza o Governo pela grave situação criada no sector, «na medida em que, não obstante os muitos pedidos de audiências e outras diligências efectuadas junto dos ministros do Trabalho e da Agricultura, estes não só não responderam às solicitações, como deixaram arrastar e agravar o conflito». Em contraste, o Governo apressou-se «a enviar as forças policiais para os conflitos laborais», o que é «inadmissível».

A greve terá provocado, ao longo de quase 80 dias, uma quebra de facturação de milhão e meio de contos das cerca de 30 empresas e 64 embarcações do arrasto costeiro. Não foram divulgados cálculos dos sacrifícios que a paralisação custou aos pescadores e suas famílias. No entanto, os trabalhadores e os sindicatos insistem na sua razão e na continuação da luta para que seja aumentado o salário-base de 25 contos e seja actualizada a quota de 1,2 por cento do pescado, que, desde há 25 anos e apesar do aumento de produtividade, completa a remuneração dos pescadores.

Enfermeiros pararam em Vila Franca

Teve uma adesão média de 95 por cento a greve de terça e quarta-feira da semana passada, no Hospital de Vila Franca de Xira, convocada pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses

O hospital conta, segundo o SEP, com 223 enfermeiros, dos quais há 202 que asseguram os cuidados de enfermagem 24 horas por dia, no sistema designado de «roulement». O sindicato salientou que estes números são «manifestamente insuficien-

tes», face aos serviços e utentes do hospital, e alertou há mais de um ano para as consequências de tal situação.

A administração reconheceu o problema e até propôs um novo quadro de pessoal, com 240 enfermeiros, que a Secretaria de Estado do Orçamento veio a reprovar. O SEP sugeriu então que a administração atribuisse o regime de horário acrescido (42 horas semanais) aos enfermeiros que para tal se disponibilizassem,

o que poderia fazer com que no hospital houvesse 200 profissionais a trabalhar por 240, como solução transitória, que foi aceite, mas apenas para 120 enfer-

Júlio de Matos

Para a próxima terça-feira, dia 29, foi convocado um dia de greve dos enfermeiros do Hospital Júlio de Matos, em Lisboa, que assim pretendem protestar contra a redução do número de profissionais por turno, decisão que foi dada a conhecer pela administração em Abril e que provocará uma diminuição da qualidade dos cuidados prestados aos doentes – disse Guadalupe Simões, dirigente do SEP, à Agência Lusa.

meiros. Assim, continua a ter que recorrer à diminuição do número de enfermeiros por turno e continua, ilegalmente, a programar trabalho extraordinário.

Governo cedeu aos não docentes

Na véspera da greve convocada para dia 17, o Ministério da Educação «foi obrigado a ceder à disposição de luta dos trabalhadores não docentes das escolas, ao aceitar, com perspectivas mais amplas, a revalorização das carreiras profissionais», anunciou a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.

O Governo, refere a nota da federação, admitiu aceitar algumas das propostas que visam uma transição mais favorável para as carreiras que vão ser revalorizadas. Esta aproxima-

ção de posições levou a FNSFP/CGTP a suspender a greve.

No âmbito do acordo com a federação, os representantes do ME comprometeram-se a entregar até ontem uma proposta contendo as posições defendidas na semana passada. «A eventual quebra deste compromisso poderá ditar a realização de novas acções de luta», preveniu a estrutura sindical que, neste processo, já havia promovido duas greves, com elevados níveis de adesão.

Professores

A FENPROF reclamou anteontem a suspensão do Despacho 511/98, recusando que «em caso algum, sejam fixadas na componente lectiva dos professores horas pertencentes à componente não lectiva do seu horário». «Em nome da qualidade pedagógica», a federação «exige que às escolas seja concedido o número de horas necessário ao normal desenvolvimento das suas actividades, nomeadamente as de coordenação pedagógica e gestão das instalações específicas, designadamente

laboratórios, oficinas, instalações e material gimno-desportivos, bibliotecas, salas de informática, etc., o funcionamento dos clubes e outras actividades extra-escolares, a participação dos docentes nas assembleias de escola, no respeito pelos regulamentos internos e projectos educativos».

«Uma situação de funcionamento das escolas conflituante com a qualidade da vida escolar cria condições para uma abertura do próximo ano lectivo extremamente perturbada», alerta a FENPROF, na nota emitida pelo seu Secretariado Nacional.

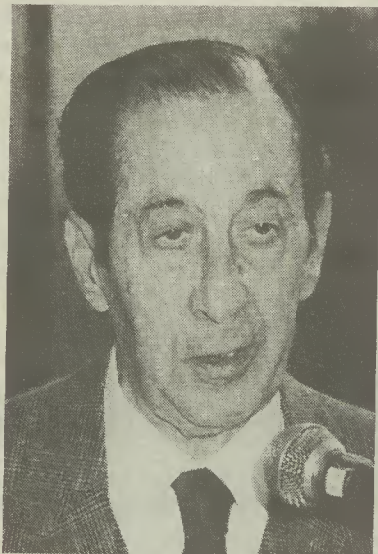
Faleceu Armando Castro

Armando Castro, um dos maiores vultos da ciência e do pensamento marxista deste século, em Portugal, foi a enterrar na passada quinta-feira, no Cemitério do Prado do Repouso, no Porto.

Economista, advogado, investigador, professor da Faculdade de Economia do Porto, de que foi Presidente do Conselho Directivo, Armando Castro deixou uma vasta obra publicada, com centenas de trabalhos nos domínios da História, Economia Teórica e Aplicada e Teoria do Conhecimento.

Grande lutador antifascista, corajoso e sempre solidário, era militante comunista desde 1935, destacando-se como um revolucionário coerente até à data da sua morte, ocorrida no dia 16, com 80 anos de idade.

A Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, evocando a memória de homem da ciência e da cultura e cidadão exemplar que foi Armando Castro, lembra que este perfil lhe



In Memoriam

Ao cabo de vários meses de um lento apagamento irreversível, Armando Castro, quase imobilizado, morreu no dia 18 de Junho, a poucos dias de completar os 79 anos de idade.

Formado em Direito com excelentes classificações, teve de acumular o seu trabalho de investigação com o exercício de uma profissão de advogado, e ainda em 1973 denunciava a proibição de um seu curso particular superior, de teorização da história económica; mas basta prestar atenção ao seu largo currículo de estudos publicados, para se descobrir a sua estreita dependência dos seminários e encontros, a que se ficou devendo os meios e os arquivos ingleses, franceses, hispânicos, e até colecções regionais de documentos que lhe permitiram completar, continuar ou corrigir as obras clássicas, e que em particular desmentem a sua directa e incerta sequência directa de sínteses, que tanto seriam (pretensamente, segundo ouvi) os textos de Herculano, Gama Barros, Oliveira Martins, Lúcio de Azevedo ou Jaime Cortesão, etc., que ele aproveitava e crítica de modo tão livre e independente. O leitor facilmente encontra referências à Torre do Tombo, a arquivos estrangeiros ou regionais, que a incapacidade de alguns críticos dificilmente sentiam ao alcance de um advogado sem privilégios académicos — é que, a cada passo, tinha de adiar o trabalho profissional de advogado e preparar seminários ou conferências, tinha que escrever artigos de pretexto comemorativo, para se manter em dia e poder travar conhecimento com especialistas, e de utilizar um bom ensino local de investigação por sua conta. Foram pelo menos dois decénios de um esforço de que é natural poucos se sentirem capazes e que só uma disciplina férrea lhe permitiu manter, dos anos trinta aos anos setenta, quando o 25 de Abril lhe bateu à porta na figura já gasta mas intrépida do Professor Ruy Luís Gomes, que lhe abriu as portas de uma Faculdade.

Dispôs só de 13 anos para, num ambiente novo e incerto, patentear aos alunos a sua reflexão, os seus *dossiers* e as suas fichas —

mereceu ter sido galardoado com várias distinções, entre as quais a Medalha de Ouro da Cidade do Porto.

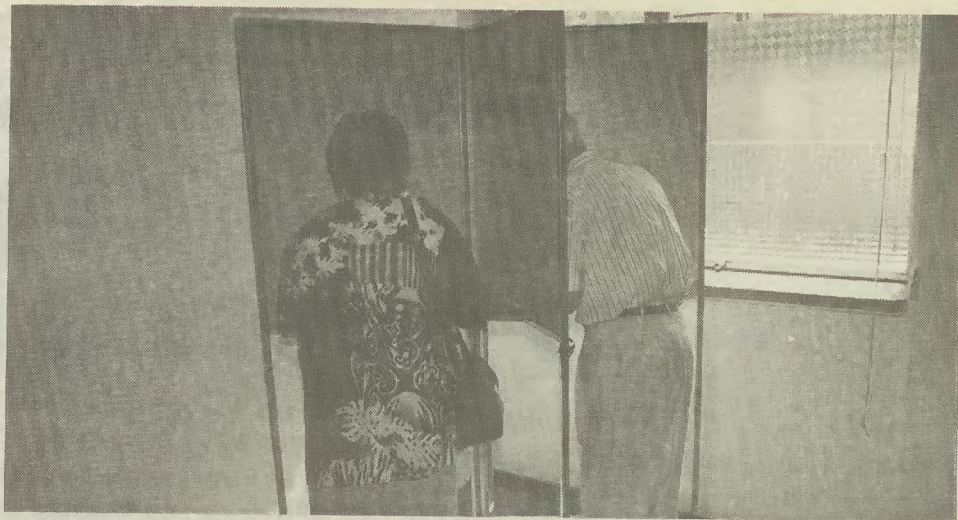
Em mensagem de pesar enviada à família de Armando Castro, o Secretariado do Comité Central do PCP afirma que «o país e a cidade do Porto perdem um português e homem de cultura com uma enorme grandeza intelectual e humana, mas o património da sua vida e da sua obra continuarão a inspirar todos quantos se batem pelo progresso da ciência e da cultura e pela sua estreita vinculação com o progresso social e humano.»

Por sua vez, a direcção do Sector Intelectual de Lisboa do PCP, lembrando a vastíssima obra científica de Armando Castro, atribui-lhe a responsabilidade pela formação de gerações de economistas e destaca «o impacto da sua militância pelas grandes causas da resistência antifascista e da liberdade, a que dedicou toda a sua existência combativa».

que lá ficaram, na Faculdade, como trabalho para continuar e ultrapassar: a vida renova-se cada dia, e a ciência, quando represa, renova-se mais ainda.

Apenas uma indicação bibliográfica sumária, que aponta no sentido do avanço patente das suas próprias reacções: **Revolução Industrial em Portugal no Século XIX**, 3.ª edição, 1976 (1.ª, 1945); **A Evolução Económica em Portugal nos Séculos XII a XV**, 1964-1970, nove volumes, seguido do 10.º Limiar, 1965, e do 11.º, Caminho, 1980, obra várias vezes reeditada com variantes e lançada e mantida por teimosia quase heróica de Augusto Costa Dias; **História Económica de Portugal, I e II**, Caminho, 1978-1981; **Estudos de História Sócio-Económica Portuguesa**, 1972 (constituída em grande parte de fichas extratadas do **Dicionário da História de Portugal**). A partir de 1975 publica uma série sobre a **Teoria do Conhecimento Científico**. A revista **Vértice**, entre outras, contém artigos comemorativos sobre Gil Vicente, Camões, Fernão Mendes Pinto, etc., e devem-se-lhe dois estudos que focam as condições ideológicas da História da Literatura Portuguesa, entre 1890-1910 e 1925-1985, numa história então publicada em fascículos. E publicou três breves e luminosos ensaios sobre a génese de Portugal e sobre a Revolução de 1385, baseados num curso que organizou para a Universidade Popular do Porto. Além destes dados, que fazem sentir a necessidade de uma bibliografia que dê conta das numerosas reedições refundidas, ou simplesmente revistas e actualizadas da sua obra, e de artigos dispersos em numerosas revistas, o que tudo caberia bem num **In Memoriam**, ou acto público de homenagem — Armando Castro deixa, na lembrança de quantos o conheceram, a imagem de um incomparável amigo, sempre atento, sempre disponível, e tão incapaz da mera verrina de endereço pessoalista, como discretamente irónico, e desprendido do valor das suas próprias intervenções.

■ Óscar Lopes



Os comunistas vão intensificar a acção de esclarecimento já iniciada

Eleições europeias Organizações analizam resultados

Após o primeiro balanço aos resultados eleitorais, a que o Comité Central do PCP procedeu imediatamente a seguir às eleições para o Parlamento Europeu, as organizações distritais e concelhias do Partido fazem o seu próprio balanço e analisam os resultados obtidos pela CDU nas suas regiões.

A Direcção Regional do Alentejo do PCP lamenta que, «ao contrário do que se verificou por quase todo o País, a CDU não tenha subido o seu número de votos», comparativamente às eleições de 1994.

Assim, a perda de 9800 votos pela CDU na região, contribuiu para comprometer a eleição do 3.º deputado, «premiando» os principais responsáveis pela grave crise económica e social do Alentejo e «penalizando» aqueles que «de forma firme e coerente lutaram por um Alentejo desenvolvido, de progresso e bem estar».

O trabalho desenvolvido não foi, porém, «em vão» e aqueles que «confiaram o seu voto à CDU» sabem que esta «tudo fará para assumir os compromissos em defesa de quem trabalha».

A DRA espera, no entanto, que os seus militantes e simpatizantes tirem destes resultados as devidas ilações e compreendam a importância da sua mobilização e empenho nas próximas legislativas de Outubro, de forma a que a CDU «recupere a sua votação e obtenha uma vitória significativa».

Madeira

Na Madeira, a reacção é distinta, como distintos foram os resultados obtidos. Com o melhor resultado de sempre em eleições para o PE, a CDU, na Região Autónoma da Madeira, duplicou os seus votos, passando nomeadamente no Funchal de 1,9% (856 votos) para 4,6% (1950 votos).

A Direcção da Organização Regional do PCP destaca ainda os resultados obtidos na freguesia de Camacha e no concelho de Machico — onde a CDU teve o maior número de votos em actos eleitorais desde 1976 —, que abrem «perspectivas animadoras» para que esta força política dê continuidade ao trabalho que

vem desenvolvendo junto das populações.

Os resultados eleitorais da CDU na região confirmam ainda como correcta a orientação assumida no último Congresso do PCP/Madeira, de intensificar os movimentos sociais de luta e a ligação às lutas das populações e a «aposta» no alargamento do seu espaço político, revelando que «é inteiramente possível impedir» o desastre que seria o PS alcançar maioria absoluta nas próximas legislativas.

Os comunistas vão, pois, intensificar as orientações traçadas, propondo-se em relação às eleições para a Assembleia da República «assegurar um vasto esclarecimento em torno das políticas do Governo PSD na região e do Governo PS no Continente», traduzidas pelo «descalabro de importantes sectores produtivos» e pelo «aumento das desigualdades sociais».

Coimbra

Em Coimbra a CDU cresceu 27% (mais 2030 votos) e aumentou a percentagem e o número de votos em todos os concelhos do distrito, passando a terceira força política e posicionando-se no limiar da eleição de um deputado pelo distrito nas próximas eleições legislativas.

Face a estes resultados, a Direcção da Organização Regional do PCP definiu como objectivo para as eleições legislativas continuar a crescer eleitoralmente e eleger um deputado da CDU pelo círculo de Coimbra. Até lá, os comunistas vão intensificar o esclarecimento e procurar convencer todos os eleitores de esquerda, trabalhadores, jovens e largos sectores descontentes com a política governativa do PS de que «a grande inovação que pode ocorrer em Outubro é a eleição de um deputado da CDU, pondo fim ao

monopólio do PS e do PSD na representação parlamentar» do distrito.

Braga

Também para a Direcção da Organização Regional de Braga, a obtenção de mais 3100 votos e a subida percentual relativamente às europeias de 94 «deixam abertas boas perspectivas e confirmam a possibilidade da eleição de um deputado» nas próximas eleições legislativas.

Como aspecto significativo e positivo, a DORB destaca o facto de a CDU no distrito já ter subido nas legislativas de 95 relativamente a 91 e nas autárquicas de 97 relativamente a 93, tendência que a votação agora obtida confirma.

Entretanto, o PCP lamenta que a perda de um deputado da CDU no Parlamento Europeu, por uma diferença mínima de votos, reduza a sua capacidade de intervir e influenciar as decisões daquele órgão «num sentido mais favorável aos interesses do povo português e do País». Tanto mais que este terceiro deputado é «reconhecidamente» um dos deputados portugueses que mais trabalho aí desenvolveu.

Outras

Por sua vez, a Direcção da Organização de Viana do Castelo, considera que o dinamismo e espírito de iniciativa evidenciados pelos militantes e simpatizantes durante a campanha eleitoral contribuíram para o resultado «globalmente positivo» obtido no distrito pela CDU em número de votos e em percentagem.

A Direcção da Organização de Leiria, por seu turno, valoriza o empenho das organizações locais e dos activistas da CDU na campanha, designadamente a presença de vários dos candidatos da lista em dezenas de iniciativas.

Também neste distrito a CDU viu confirmado o reforço da sua votação em número absoluto de votos em todos os concelhos, «abrindo excelentes perspectivas» à sua afirmação no próximo acto eleitoral.

Festa do Avante! JCP de Viana divulga novos talentos

A Juventude Comunista Portuguesa de Viana do Castelo, com a realização, no sábado passado, do «Avante Viana», voltou a mostrar o seu empenhamento na divulgação das «novas promessas culturais da região».

A iniciativa, que este ano tem a sua quarta edição, insere-se na preparação da Festa do Avante! - que ocorrerá nos próximos dias 3, 4 e 5 de Setembro, mais uma vez na Quinta da Atalaia, Seixal - e teve a participação de seis bandas: E-Quality, Dilemma, Slave Soul, Red Floor, Utopia e BD.

Este ano, foram mais de três centenas os jovens que marcaram presença no Festival de música de bandas jovens de Viana do Castelo, desta vez realizado no exterior do ex-Pavilhão da Portucel, decorrendo sem problemas mas de forma particularmente animada.

Com a realização deste Festival, a JCP pretende divulgar e dar espaço às bandas que nele concorrem e, simultaneamente, facultar à banda ganhadora a oportunidade de actuar na Festa do Avante!. Desta feita, coube aos Dilemma - grupo vencedor - representar as bandas de

Viana do Castelo, no Palco Liberdade / Espaço Novos Valores, na Festa.

Os jovens comunistas aproveitaram ainda para divulgar a

campanha de Solidariedade com Cuba, que tem em curso em conjunto com outras juventudes progressistas da Europa.

Esta campanha destina-se à construção de um Hospital Universitário e ao equipamento médico que aí vai ser utilizado, pois embora Cuba possua um dos mais avançados sistemas de saúde, sofre há longos anos um brutal embargo económico por

parte dos EUA, que não lhe permite o acesso a alguns bens imprescindíveis à boa qualidade de vida do povo, como medicamentos, material escolar ou produtos de limpeza, por exemplo.

Assim, a iniciativa da JCP teve também o mérito de denúncia e combate ao embargo dos EUA e de apoio à luta heróica do povo de Cuba.



Novos valores de Viana preparam-se para a Festa do Avante!

PCP contra «negócio Champalimaud»

A proibição pelo Governo da operação de venda por António Champalimaud de 40% da sua holding pessoal aos espanhóis do Banco Santander Central Hispano, é considerada pelo PCP como «o mínimo que o Governo teria de fazer face ao comportamento que o próprio Governo e o Partido Socialista assumiram em todo este processo.»

De facto, diz o PCP relativamente à decisão anunciada na sexta-feira pelo ministro das Finanças, «foi o próprio Governo e o PS que favoreceram decisivamente a realização deste negócio que transfere para Espanha o controlo de uma parte importante do sistema financeiro

e da economia portuguesa» porque, conhecendo-o, juntaram os votos socialistas aos do PSD e do PP e impediram a aprovação do relatório da Comissão de Inquérito Parlamentar. Um relatório que concluiu que «o Governo PSD, prejudicando os interesses patrimoniais do Estado e de terceiros favoreceu António Champalimaud, pondo à sua disposição os meios necessários para adquirir empresas do Estado em processo de privatização.»

Mas, segundo o PCP, o Governo e o PS favoreceram também este negócio ao entregarem a António Champalimaud, em Novembro de 1996, «os 13% que restavam do capital do

Banco Totta e Açores nas mãos do Estado abdicando da última posição do Estado como accionista que lhe teria permitido alguma intervenção neste processo em tempo útil.»

Aliás, «toda a história da reconstituição do império Champalimaud e do tratamento de favor que lhe foi concedido pelos Governos do PSD e do PS configura o exemplo mais paradigmático do que tem sido o saque do património público ao longo do processo de privatizações que tem conduzido progressivamente à transferência para grandes grupos económicos privados e para centros de decisão no estrangeiro de parcelas estra-

tégicas da economia portuguesa.»

Daí que o PCP espere que a decisão anunciada se torne efectiva «em defesa de uma parcela de reserva estratégica da soberania nacional e do interesse público». E, considerando que todo o processo «está fragilizado face à política de privatizações que tem sido seguida e que o Governo PS prossegue, nomeadamente com a privatização de mais 13,5% do capital da Portugal Telecom no próximo mês de Julho», reclama que este exemplo sirva para «o Governo pôr termo de vez ao irracional processo de privatizações que tem prejudicado seriamente o interesse nacional.»



Viana do Castelo Plano Estratégico é essencial

A Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP quer conhecer o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Lima para 2000/2006, para cuja preparação e discussão não foi convidada, tendo para isso solicitado por escrito uma entrevista ao Presidente da Associação de Municípios de Vale do Lima. Aliás, partindo do pressuposto que este Plano é um instrumento essencial para o desenvolvimento, pelo que é fundamental conhecer a opinião das diversas componentes da sociedade regional, solicitou também em Maio de 1998 e em Abril deste ano entrevistas idênticas ao Presidente da Associação de Municípios do Vale do Minho, de quem continua a aguardar concretização. Na reunião onde analisou a situação sócio-económica do distrito, a DORVC criticou ainda a política de pescas do Governo, patente, entre outras medidas, no corte de mais de 26% no Orçamento do Estado nesta rubrica.

Matosinhos Governo ao lado dos armadores

Com a autorização expressa do Governo do PS, a Polícia Marítima invadiu na quarta-feira passada as instalações da Docapesca em Matosinhos, furando a greve dos pescadores de arrasto e, desta forma, atentando contra um direito que a estes assiste.

Solidária com a luta dos pescadores, a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP promete intervir junto das instituições, nomeadamente na Assembleia da República, para «exigir o apuramento de responsabilidades» por este atentado às liberdades democráticas. Afinal, acusa o PCP, o Governo do Partido Socialista que sempre se recusou a intervir neste conflito acabou por fazê-lo «da pior maneira», aguardando o fim das eleições para se colocar «sem peias» ao lado dos armadores.

Reformados não «desarmam» no Prior Velho

Os reformados comunistas do Prior Velho já atingiram o valor da importância que se haviam proposto recolher até final da Campanha Nacional de Fundos, facto esse que não obsta, contudo, a que prossigam a Campanha com o mesmo ânimo. Aliás, todos os aspectos da sua actividade são caracterizados por um dinamismo que tem mostrado resultados muito positivos. Para além de uma participação activa na campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, através nomeadamente de um permanente contacto com as pessoas, e da sua presença e intervenção no recente Encontro dos Reformados no Barreiro, continuam a aumentar a venda do Avante! e a levar por diante a tarefa do recrutamento. Sintomaticamente, coube a este grupo de reformados o recente recrutamento de mais dois jovens militantes de 18 e 22 anos.

A Campanha Nacional de Fundos está na recta final. Daí que, a exemplo de campanhas anteriores, as organizações do Partido dêem novo impulso à actividade de recolha de fundos. O objectivo é cumprir as metas estabelecidas e embora o Verão aconselhe piqueniques e excursões, algumas das iniciativas por que as organizações manifestam preferência nos seus calendários, muitas outras estão em curso. Caso dos leilões, como o que a foto ilustra.



Diogo Menezes

Vítima de um trágico acidente, faleceu no passado sábado Diogo Menezes, de nove anos, filho dos camaradas Maria Alzira e Carlos Menezes. O funeral realizou-se ontem, no Cemitério do Alto de S. João, em Lisboa. O Secretariado do Comité Central do PCP e o Secretariado da Festa do Avante!, entre outros organismos do Partido, expressaram sentidas condolências aos pais, irmão e restante família do pequeno Diogo, pela brutal perda que sofreram.

O colectivo da Redacção do Avante! associa-se, também, à expressão de profundo pesar e consternação pela tragédia.



VII Legislatura

Deputados comunistas prestam contas

Leis da República e Resoluções com origem em iniciativas do PCP

Lei n.º 26/99

Alarga a aplicação dos princípios reguladores da propaganda e a obrigação de neutralidade das entidades públicas à data da marcação das eleições ou do referendo

Trata-se de uma lei da maior importância para a democraticidade dos processos eleitorais e designadamente para a garantia da igualdade de direitos entre as diversas candidaturas.

Esta lei consagra 4 princípios fundamentais:

– As várias candidaturas têm direito a efectuar livremente e nas melhores condições a sua propaganda, devendo as entidades públicas e privadas proporcionar-lhes igual tratamento.

– Os órgãos do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, das demais pessoas colectivas de direito público, das sociedades de capitais públicos ou de economia mista e das sociedades concessionárias de serviços públicos, de bens do domínio público ou de obras públicas, bem como, nessa qualidade, os respectivos titulares, não podem intervir directa ou indirectamente em campanha eleitoral, nem praticar quaisquer actos que favoreçam ou prejudiquem uma posição em detrimento ou vantagem de outra ou outras, devendo assegurar a igualdade de tratamento e a imparcialidade em qualquer intervenção nos procedimentos eleitorais.

– Os funcionários e agentes das referidas entidades observam, no exercício das suas funções, rigorosa neutralidade perante as diversas candidaturas.

– É vedada a utilização de símbolos, siglas, autocollantes ou outros elementos de propaganda por titulares de órgãos, funcionários e agentes das entidades acima referidas durante o exercício das suas funções.

E, ponto muito importante, e lei deixa claro que o regime nela previsto é aplicável desde a publicação do decreto que marque a data do acto eleitoral.

Aumento da comparticipação dos medicamentos psiquiátricos

A estigmatização da doença mental no nosso país tem sido uma realidade ao longo dos anos. As dificuldades de acesso ao tratamento, a falta de equipamentos e recursos humanos e também o escasso acesso aos medicamentos, especialmente aos mais modernos e com maior eficácia, contribuem para a degradação das situações de doença mental inviabilizando muitas vezes a cura ou o tratamento possíveis.

Daqui resulta uma profunda discriminação social, já que o preço elevado de alguns dos medicamentos mais eficazes e essenciais é um obstáculo intransponível para muitos doentes mentais. Daí que o PCP tenha proposto, para o Orçamento de Estado de 1999, uma norma em que se estabelece a transferência para o Serviço Nacional de Saúde das verbas necessárias para a comparticipação a 100% dos medicamentos antipsicóticos, e a 70% dos medicamentos antidepressivos. Ambos são neste momento apenas comparticipados em 40%.

A aprovação desta proposta e a sua inclusão no orçamento em vigor obrigará o Governo a proceder a estes aumentos de comparticipação e garantirá aos doentes mentais um acesso mais justo e eficaz a medicamentos indispensáveis ao seu tratamento e que tantas vezes não estavam ao seu alcance.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Lay off e trabalho temporário Mais benesses para o patronato

Com a proposta de lei que materializa um conjunto de alterações ao regime jurídico do chamado «lay off», aprovada faz hoje oito dias no Parlamento, com os votos favoráveis do PS e do PSD, o Governo consumou mais uma peça do «pacote laboral». Para a bancada do PCP, que se opôs firmemente ao diploma, votando contra (tal como o PEV), esta é mais uma maneira de o Governo «dar mais benesses às entidades patronais, transferindo custos de erros e dificuldades de gestão, ou mesmo má gestão, para a Segurança Social».

O deputado Alexandrino Saldanha sintetizou a questão numa fórmula que ajuda a entender o essencial das orientações que animam o Governo em matéria de política laboral: «para os patrões, menos descontos e mais benefícios, sobretudo à custa da descapitalização da Segurança Social; para os trabalhadores, mais incógnitas sobre as reformas futuras, mais precariedade, mais desregulação e mais insegurança».

Bem se pode dizer, pois, que não faltaram fundadas razões para as duras críticas oriundas da bancada comunista. Reações de contestação ao diploma fizeram-se ainda ouvir dos sindicalistas presentes nas galerias, que acabaram por ser expulsos às ordens do Presidente da Assembleia da República, Almeida Santos.

No articulado do diploma, a alteração mais gravosa prende-se com a mudança do modo como vão ser distribuídos os custos salariais dos trabalhadores em caso de redução ou suspensão da prestação de trabalho, anteriormente suportados em partes iguais pela entidade empregadora e a Segurança Social.

Esta percentagem é agora alterada para 70 por cento a ser suportada pelo orçamento da Segurança Social e os restantes 30 por cento pelas empresas, podendo no entanto esta percentagem ser ainda menor se as empresas aderirem à formação profissional dos trabalhadores, ou seja, atingir, no máximo, 15 por cento para as empresas.

Para o secretário de Estado das Relações Laborais, Fernando Ribeiro Mendes, tais alterações têm em vista a viabilização e recuperação das empresas através do aumento desta compensação.

Discordando frontalmente, para Alexandrino Saldanha a questão é outra e reside numa política que visa dar «cada vez mais benesses às entidades patronais». Opondo-se a que seja a Segurança Social a financiar a crise ou a má gestão empresarial, a bancada comunista acusou ainda o Governo de não se preocupar em definir critérios objetivos que pudessem determinar quando se aplica a suspensão da prestação de trabalho, nem de obrigar as empresas a fundamentá-la no sentido da salvaguarda dos interesses da empresa e trabalhadores.

Trabalho temporário

Em debate na semana transacta esteve ainda uma outra proposta de lei sobre matéria laboral. Trata-se de um diploma que introduz alterações ao regime de trabalho temporário. Foi aprovado com os votos favoráveis do PS e PSD, os votos contra do PCP e do PEV e a abstenção do CDS/PP.

Entendendo que a venda da força de trabalho através de empresas de trabalho temporário constitui «mais uma forma de precarização laboral e de feroz exploração», para a bancada comunista a atitude correcta deste ou de qualquer outro Governo deveria ser no sentido da proibição desta «forma de precarização».

Não o sendo, como referiu Alexandrino Saldanha, então, no mínimo, o que se esperaria é que fossem respeitadas as normas internacionais que regulamentam as actividades deste tipo de empresas.

Nesse sentido, importaria, entre outras, que as alterações ao diploma contemplassem a exclusão do «âmbito de aplicação do regime de trabalho temporário a sectores de actividade ou categorias profissionais particularmente perigosas para a saúde e segurança dos trabalhadores».

Outro aspecto que mereceu a oposição da bancada comunista diz respeito ao facto de o diploma não estabelecer «medidas de protecção acrescidas para os trabalhadores migrantes», do mesmo modo que não prevê a «partilha solidária de responsabilidades entre empresas de trabalho temporário e as empresas utilizadoras».

Armando de Castro Um pensador e investigador incansável

«O País perde uma figura de referência, de um pensador e investigador incansável». Foi nestes termos que a Assembleia da República expressou, em voto de pesar, o elogio pela vida e obra do Professor Armando de Castro, falecido no dia 16, com 80 anos de idade. No texto, apresentado por deputados comunistas e aprovado por unanimidade, enaltecido é o percurso do «activo opositor da ditadura», que entrou para as fileiras do PCP em 1935, e que foi impedido de leccionar até ao 25 de Abril.

«Depois da Revolução de Abril, passou a exercer a docência da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, de que foi Director até à sua jubilação, em 1989», recorda o texto do voto, no qual a Assembleia da República «expressa o seu pesar pelo falecimento» de Armando de Castro e endereça à sua família «os mais sentidos pêsames».

Da figura ímpar de Armando de Castro, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra e em Economia pela Universidade do Porto, destacado é igualmente o facto de ter dedicado a sua vida à investigação científica, de que resultou uma «vasta e profunda obra», designadamente nos domínios da História Económica e da Epistemologia.

Testemunhadas são ainda «as suas enormes qualidades de investigador», bem como a «importância do seu trabalho de muitas décadas», aspectos reconhecidos por todos os que o conheceram e com ele privaram. «Entre muitos livros, estudos e artigos – sublinha o texto – impõe-se salientar a sua obra em numerosos volumes sobre a Evolução Económica de Portugal, do século XII até ao século XX, e a Teoria do Conhecimento, de que estão publicados oito volumes».

Trabalho nocturno



O Grupo Parlamentar do PCP defendeu a revogação do diploma que flexibiliza o conceito de trabalho nocturno. Na

apreciação parlamentar ao decreto-lei, realizada por sua iniciativa faz amanhã uma semana, o deputado comunista Alexandrino Saldanha acusou o Governo de estar a «consagrar uma regressão inadmissível dos direitos dos trabalhadores» e de contrariar a legislação em vigor da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Também o PSD contestou o diploma lamentando que o Governo continue a «alterar causticamente as leis, tendo como único objectivo servir interesses corporativos». Posição diversa assumiu o CDS/PP, manifestando-se favorável à flexibilização do conceito de trabalho nocturno.

Co-incineração

Os partidos da oposição reiteraram o seu propósito de anular a realização de qualquer teste para a co-incineração nas

freguesias de Souselas e Maceira, sem que seja apresentado ao Parlamento um estudo prévio de carácter científico. Esta posição foi assumida no decorrer da apreciação parlamentar (ratificação) aos dois decretos-leis elaborados pelo Governo sobre esta matéria. O Executivo foi acusado, nomeadamente, de «sofrer de uma obsessão» ao tentar impor desde já a solução da co-incineração naquelas localidades.

O Governo, no entender das bancadas da oposição, não desarmou da sua intenção de tentar dar como adquiridas as escolhas de Souselas e de Maceira para receberem a co-incineração. Realçado foi igualmente o facto de os dois diplomas pretenderem desresponsabilizar o Ministério do Ambiente da tarefa de reconversão ambiental de todas as zonas do país em que existem cimenteiras. Por intermédio do ministro dos Assuntos Parlamentares, António Costa, o Governo classificou como «inúteis» grande parte das alterações pretendidas, acabando no entanto por deixar um apelo à busca de um consenso em torno deste processo.

Associações de imigrantes



Mais dois projectos de lei do PCP deram origem a Leis da República. Falamos, num caso, do diploma

que define o regime jurídico das associações de imigrantes, aprovado em votação final global, faz hoje uma semana, por unanimidade. O outro diploma adopta providências em matéria de organização e funcionamento dos tribunais judiciais. Trata-se, concretamente, de uma disposição que vem alterar a imposição antes estabelecida de as Câmaras Municipais cederem obrigatoriamente terrenos para a construção dos tribunais.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Por uma viragem à esquerda na política nacional

O líder parlamentar comunista reiterou o empenhamento do PCP em contribuir «para uma política diferente em Portugal» – «nos actos, e não apenas nas palavras», frisou –, «uma política virada para a esquerda, uma política mais justa, de progresso económico e social, e mais solidária».

Na sessão plenária que retomou os trabalhos parlamentares, após as eleições europeias, foram ainda estas a dominar a declaração política proferida por Octávio Teixeira. Todos os partidos, aliás, se pronunciaram sobre o tema. Tendo no horizonte as próximas legislativas, o PS reclamou vitória, mas a sua leitura dos resultados não foi acompanhada pelos partidos da oposição. Ninguém, de resto, assumiu qualquer derrota.

Mas a verdade é que, como tratou de demonstrar o presidente da formação comunista, nuns casos (PSD e CDS/PP), houve mesmo derrotas e, noutro (PS), o «bom resultado» não esconde o fracasso de uma estratégia. Vamos por partes. Quanto ao PSD, lembrou Octávio Teixeira, a luta renhida pela obtenção do 25.º mandato entre aquele partido e a CDU (no momento da intervenção a diferença situava-se em 1383 votos, isto é 43 milésimas) veio reeditar a situação ocorrida em 1994. Só que com uma diferença. É que então, assinalou, a disputa era «entre a obtenção do terceiro

mandato da CDU e o décimo mandato do PSD. Hoje, o que está em causa para a CDU é, de novo a obtenção do terceiro man-



O PCP continuará a bater-se por uma política que melhore as prestações sociais e garanta condições de vida digna aos reformados e idosos

dato. Mas para o PSD não é já o 10.º, mas apenas o 9.º mandato».

No que se refere ao CDS/PP, como assinalou Octávio Teixeira,

foi a única força política a perder votos relativamente a 1994 – quase 100 000 votos –, perdendo igualmente o lugar de terceiro partido mais votado. Mesmo assim consegue afirmar «que este resultado significa o seu renascimento», ironizou o presidente da formação comunista, antes de lembrar que o PP foi, aliás, o único que fez as «comparações dos resultados

obtidos não com resultados anteriormente conseguidos mas, apenas e quixotescamente, com as sondagens...»

Sem deixar de reconhecer que em comparação às eleições de 1994 o PS obteve «um bom resultado», Octávio Teixeira evidenciou ser do mesmo modo inequívoco que o «grande e principal objectivo» perseguido – a obtenção de uma maioria absoluta assente no prestígio de Mário Soares – «se saldou por uma enorme desilusão para as hostes rosa». «O elemento cen-

tral e prioritário da estratégia definida pelo PS e pelo Governo fracassou. Ainda por cima, nem sequer conseguiu a percentagem

de votos que o PS obteve em 1995», sustentou Octávio Teixeira.

Não esquecendo a diminuição verificada na percentagem de votos, os resultados obtidos pela CDU, no entender da bancada comunista, foram «positivos», concorrendo para esta leitura o facto de a Coligação ter mantido a sua percentagem nos dois dígitos, ter aumentado o número de votantes relativamente a 1994 e ter reconquistado o lugar de terceira força política portuguesa que havia perdido, precisamente, há cinco anos atrás.

Neste contexto, a quatro meses das legislativas, há dois «elementos políticos» que importa reter, segundo Octávio Teixeira. O primeiro, é o de que «é perfeitamente possível impedir que o PS possa obter a maioria absoluta que tão fortemente ambiciona». O segundo, prende-se com as votações agora obtidas, as quais, anotou, «vieram retirar qualquer credibilidade ao pré-definido apelo do PS ao «voto útil» do eleitorado de esquerda, com o espantoso do perigo de a direita regressar ao poder». Com efeito, observou, «o que agora foi patente é que nem com o pleno do voto da direita o PSD está em condições de lutar pelo lugar de partido mais votado nas próximas eleições legislativas».

Aquisição de submarinos



A Assembleia da República aprovou, faz hoje oito dias, em votação final global, uma alteração à Lei-Quadro das Leis

de Programação Militar que permitirá ao Estado adquirir submarinos através de contratos de *leasing*. O diploma foi aprovado com os votos favoráveis do PS e do CDS-PP, a abstenção do PSD, e com os votos contra do PCP e do PEV.

Não obstante as alterações introduzidas ao diploma no decorrer dos trabalhos da Comissão de Economia, para onde tinha baixado sem votação há algumas semanas atrás, estas não mereceram o acordo da bancada comunista, que justificou o seu voto contra «por uma questão de princípio». Como explicou Lino de Carvalho, o Grupo comunista não está de acordo que se compre material militar no sistema de *leasing*.

«Apreciamos as alterações feitas no sentido de clarificar e de impor maior transparência aos actos do Governo, mas continuamos a não poder aceitar a questão de fundo», sublinhou o parlamentar do PCP.

Regime de férias e faltas



O Grupo Parlamentar do PCP apresentou um conjunto de propostas de alteração ao decreto-lei que estabelece o

regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da administração central, regional e local. Em causa está, nomeadamente, a aquisição do direito a férias no ano de admissão, para o qual a bancada comunista defende uma «solução mais equilibrada» do que a proposta pelo Governo. Tal solução, segundo os deputados comunistas, passa por uma regra de proporcionalidade, «consoante o período maior ou menor do tempo de serviço prestado nesse ano».

Para os deputados comunistas, como explicou Alexandrino Saldanha na apreciação parlamentar ao diploma solicitada pela sua bancada, trata-se ainda de corrigir a solução adoptada pelo Executivo que prevê a manutenção da atribuição de diferentes períodos de férias, em função exclusiva da idade. Entendendo não ser esta a «fórmula mais adequada», Alexandrino Saldanha preconiza a atribuição de 25 dias de férias a todos. Mas a manter-se a diferenciação, observou, o tempo de serviço deverá ser também considerado para a atribuição de mais um, dois ou três dias de férias.

Sindicatos na PSP



A proposta de lei de criação de sindicatos de funcionários da PSP foi inviabilizada, na especialidade, faz hoje oito dias, pelo PSD

e pelo PP. Não obstante os votos favoráveis dos deputados comunistas e socialistas, o diploma não conseguiu os dois terços de maioria qualificada necessários à sua aprovação. Depois de o primeiro artigo não ter conseguido os dois terços de votos, por proposta do presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, já não se passou sequer à votação final global. Em nome da bancada comunista, João Amaral solicitou que ficasse registado de modo claro a existência de uma maioria no Parlamento em apoio à criação de sindicatos na PSP, palavras que receberam um gesto de concordância do ministro da Administração Interna (MAI), Jorge Coelho.

Sector científico e tecnológico

Governo não revitaliza sector da investigação

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou várias propostas de alteração a dois diplomas respeitantes ao sector científico e tecnológico nacional. Trata-se, concretamente, de dois decretos-leis, um sobre o Estatuto da Carreira de Investigação Científica, o outro, relativo ao quadro normativo aplicável às instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento tecnológico.

Em qualquer dos casos, como referiu a deputada comunista Luísa Mesquita no debate que procedeu à ratificação dos diplomas, realizado por iniciativa da sua bancada, está em causa o facto de o Governo ter ignorado a «efectiva participação dos trabalhadores» neste processo legislativo, a que se associa a inexistência de qualquer objectivo dirigido para a «revitalização do sector público do Estado».

«Estes dois decretos-leis foram repetidamente anunciados, sucessivamente protelados e agora, sem discussão e à pressa, foram aprovados em Conselho de Ministros», lembrou Luísa Mesquita, que considerou ter sido negado à comunidade científica, aos laboratórios e às universidades e às próprias organizações sindicais «um

mínimo de tempo para poderem debatê-los e pronunciarem-se sobre eles».

E bem necessária teria sido essa auscultação. É que, frisou, há fundados motivos para preocupação face ao panorama hoje existente no sector, o que, em sua opinião, justificaria «medidas urgentes e não reformas virtuais no papel».

A testemunhar esse estado de

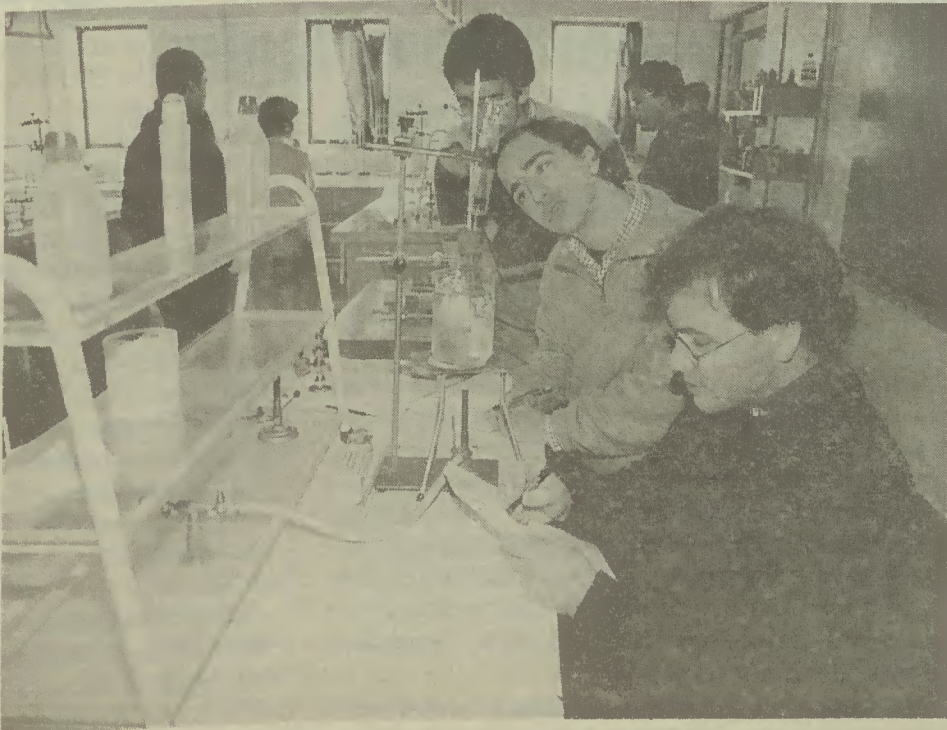
coisas está, por exemplo, a circunstância de a despesa *per capita* de investigador em Portugal corresponder a 37,5 por cento da média europeia, ao mesmo tempo que se agrava em termos de financiamento a situação dos grandes laboratórios do Estado. Neste capítulo, segundo Luísa Mesquita, «há laboratórios com défices acumulados de muitas centenas de milhar de

contos», havendo ainda a registar os «impedimentos de recrutamento de novos técnicos e investigadores», para não falar da existência de «património em risco por incúria e irresponsabilidade».

E perante este quadro de fundo, o que fez o Governo? No que se refere ao diploma relativo às instituições de cariz científico e tecnológico, opta

pela «concorrência desleal entre o sector público e privado, confundindo intencionalmente os dois sectores», como fez notar Luísa Mesquita, quando «seria lícito esperar uma política de clarificação da situação», isto é, como preconiza o PCP, a «clarificação do que é público e do que não é, e de ser regulado o que é público, consagrando-o com a vocação e o destino que esse carácter público lhe confere». Daí a proposta da bancada comunista de «imediate cessação de vigência» do diploma.

«Erros de concepção e deficiências» marcam, por outro lado, o diploma referente à carreira de investigação, podendo vir a agravar as dificuldades sentidas nas instituições. Luísa Mesquita assinalou sobretudo o facto de o decreto-lei «ignorar a natureza dos objectivos, missões e necessidades de funcionamento das unidades de investigação», razão pela qual, sustentou, as propostas de alteração da sua bancada vão no sentido de «repor, minimamente, as opiniões da comunidade científica que se viu impedida de participar na construção do seu próprio estatuto de carreira».



A despesa per capita de investigador em Portugal corresponde a 37,5 por cento da média europeia

FENPROF debate currículos

A gestão flexível dos currículos esteve em debate terça-feira passada, num encontro no Hotel Roma, em Lisboa, que reuniu quadros sindicais dos Sindicatos da FENPROF e representantes das escolas onde decorre a experiência em curso.

No encontro, que contou com a participação de Júlio Pires, docente da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, foram abordadas as questões teóricas e de aplicação prática do projecto ministerial sobre gestão flexível dos currículos, projecto que o Ministério da Educação pretende alargar, ainda a título experimental, a cerca de 100 escolas no próximo ano lectivo.

Solidariedade com Angola

A Câmara de Almada vai lançar em Dezembro uma campanha de angariação de fundos e produtos destinados à população de Porto Aboim, província angolana de Kuanza-Sul.

A intenção da autarquia de Almada de avançar com esta campanha de solidariedade, foi entretanto anunciada ao embaixador angolano, numa audiência em que foi formalizada a entrega de uma electrobomba, um equipamento que desinfecta a água ao dosear a quantidade de cloro. Numa visita efectuada há um ano a Porto Aboim, uma delegação da Câmara de Almada constatou que as principais carências da população incidiam em material escolar, medicamentos, saneamento básico e abastecimento de água.

Em parceria com as câmaras de Loures, Seixal e Palmela – que também têm protocolos de geminação e cooperação com cidades angolanas – a Câmara de Almada vai participar, ainda este ano, numa campanha de angariação de medicamentos.

A autarquia, que assinou o protocolo de geminação e cooperação com o município de Porto Aboim em Novembro de 1997, desenvolve também acções de solidariedade com a Ilha do Sal, em Cabo Verde. Futuramente, o campo de intervenção estender-se-á à cidade brasileira de Niteroi e a outros países de língua oficial portuguesa, como Moçambique e São Tomé e Príncipe.

A semana que libertou Portugal

As comemorações dos 25 anos da Revolução continuam este mês em Évora, no quadro da secular feira de S. João, que decorre esta semana e envolve os festejos do S. Pedro, dia da cidade.

O programa desta semana abre com a exposição *A semana que libertou Portugal*, promovida pela Associação 25 de Abril e envolve um vasto programa cultural, recreativo e desportivo.

Mostras de artesanato, produtos regionais, gastronomia e actividades económicas da região, provas desportivas e dezenas de espectáculos em três palcos, são alguns dos componentes do programa, além de exposições de artes plásticas.

A feira, promovida pelo município, compreende os festejos locais de S. João e do S. Pedro, a 29 de Junho, dia da cidade.

CDU/Madeira optimista

O resultado das eleições europeias faz com que a CDU/Madeira encare «as próximas eleições legislativas nacionais com confiança», considerou o dirigente comunista Leonel Nunes.

O dirigente e deputado à Assembleia Legislativa Regional salientou que a CDU aumentou os resultados no Funchal, tendo duplicado a votação relativamente a 1994, «o melhor resultado de sempre nas eleições europeias».

De destacar ainda o crescimento registado em Machico e Camacha.

Um reflexo das dioxinas

O consumo de produtos avícolas em Portugal registou um decréscimo próximo dos 20 por cento desde a divulgação da detecção de dioxinas em ovos e frangos na Bélgica, informou o presidente da Federação Portuguesa de Associações Avícolas (FEPASA).

Face a esta situação a FEPASA decidiu, em encontro realizado no passado fim-de-semana em Fátima, promover a publicação de um comunicado, em alguns órgãos de comunicação social, em que é feito um apelo ao consumo de «produtos nacionais».

Barreiro apoia iniciativas com crianças

Está patente, até dia 30, no átrio do Hospital da Nossa Senhora do Rosário, no Barreiro, uma exposição de trabalhos de crianças sob o tema «O ambiente visto pelas crianças».

Reunindo uma colecção de sete painéis, de 30 azulejos cada, esta exposição é promovida pela Junta de Freguesia do Alto do Seixalinho em colaboração com a comunidade educativa da freguesia, e resulta do trabalho dos alunos dos jardins de infância e das escolas do 1.º ciclo do ensino básico do Alto do Seixalinho.

Entretanto, domingo passado, na Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal, no Barreiro, teve lugar um espectáculo realizado no âmbito do projecto «Alfabetização Musical».

Este projecto, que tem como protagonistas os alunos de jardins de infância e escolas da zona, é promovido anualmente pelo Centro de Formação de Professores do Barreiro e tem como objectivo dar formação aos professores envolvidos.

Agricultores de Setúbal denunciam PAC

A política agrícola promovida pela UE e a posição assumida pelo Governo português nesta área continuam a estar no centro das preocupações e críticas dos agricultores portugueses.

Promovido pela Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal, realizou-se dia 5 de Junho, no Poceirão, um encontro/debate sobre a revisão da PAC, o estado da agricultura na Península, a protecção das culturas e o futuro das agro-ambientais.

Nas conclusões saídas do encontro ressalta a crítica ao Governo português que «numa

atitude e posição de subserviência aos interesses dos países ricos do norte da Europa e das transnacionais aceitou a proposta da revisão da PAC 1999 que vem na mesma linha da de 1992 que causou enormes prejuízos e levou ao desaparecimento de milhares de explorações da agricultura familiar.»

A Associação de Agricultores de Setúbal refere em particular a

situação dos cereais, carne e leite e denuncia o facto de as grandes explorações, os grandes proprietários e a grande agro-indústria continuarem a receber «a quase totalidade das ajudas dado que não foi aceite a modulação e limites máximos».

Os agricultores de Setúbal exigem que «as verbas e outros apoios ao mundo rural sejam definidos e distribuídos com a participação das organizações agrícolas» e que os novos direitos, nomeadamente plantio de vinha, mais cabeças de gado, mais área de cereais, sejam distribuídos «com prioridade às

explorações familiares e às regiões mais carenciadas».

A Associação de Setúbal exige ainda a aplicação de limites máximos e modulação (escalões) às ajudas ao rendimento e outros subsídios, de forma a que a agricultura familiar receba «as ajudas a que tem direito».

Quanto à situação e problemas específicos da Península, nomeadamente no sector do tomate, os agricultores exigem ajudas para continuar a combater a erradicação do vírus que atingiu o tomate e compensações para a quebra de produção.

MDM

Consagrado estatuto de parceiro social

«Um acto de justiça» é o comentário do Secretariado Nacional do MDM ao reconhecimento do Movimento Democrático de Mulheres como parceiro social, anunciado no passado dia 2 pelo Conselho Económico e Social.

Esta decisão, sublinha-se em documento divulgado à imprensa, constitui um encorajamento

para «a continuação de um processo que há muito se iniciou» e cria assim «novas e melhores condições para a luta emancipadora das mulheres portuguesas.»

Na perspectiva do MDM, é importante que esta luta venha a consagrar:

- Emprego com direitos;
- Combate às discriminações

das mulheres no emprego – no acesso, nos salários e na progressão profissional;

• Combate às discriminações da mulher em função da maternidade, no trabalho, e alargamento da rede pública de apoio à infância – medidas fundamentais para a promoção da função social da maternidade-paternidade;

• Promoção da igualdade de oportunidades de participação das mulheres na vida social, política, cultural e desportiva;

• Alargamento das razões para a despenalização do aborto e a sua realização em meio hospitalar;

• Medidas de efectivo combate à violência sobre as mulheres.

III Jogos do Futuro

Os *III Jogos do Futuro*, uma iniciativa do Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, vão reunir este fim-de-semana, no Estádio Universitário, Pavilhão Carlos Lopes e no Complexo Desportivo Municipal dos Olivais, cerca de 2700 atletas, treinadores e dirigentes desportivos, em representação de 42 municípios de várias zonas do país e dos municípios de Madrid, Barcelona e Badajoz.

Os vários recintos do Estádio Universitário vão acolher provas competitivas de várias modalidades e demonstrações, sem carácter competitivo, de jogos tradicionais, escalada, BTT, tiro com arco e judo.

Marinha Grande contra tarifa de saneamento

A luta da população da Marinha Grande contra a tarifa de saneamento foi vitoriosa. A Câmara da Marinha Grande aprovou, a semana passada, a suspensão da tarifa de saneamento a todos os consumidores domésticos de água, na sequência da contestação de munícipes e de eleitos da CDU, que denunciaram a taxa como ilegal.

A ratificação desta deliberação será feita amanhã, em reunião da Assembleia Municipal.

A tarifa, em vigor desde o ano passado, estava a ser aplicada a todos os consumidores, independentemente de serem ou não servidos por rede de esgotos, o que levou a um protesto envolvendo vários milhares de munícipes a promoverem abaixo-assinados e requererem a realização de uma Assembleia Municipal extraordinária, com vista à eliminação da taxa.

No quadro deste protesto, a tarifa foi denunciada como «ilegal, por ser aplicada a todos os consumidores, independentemente de serem, ou não, servidos de rede de saneamento».

A actual deliberação da autarquia marinhense prevê a devolução das quantias já cobradas a munícipes não servidos por rede de esgotos.

Saudando a população da Marinha Grande, pelo empenhamento de todos os que lutaram contra a tarifa de saneamento, os vereadores da CDU sublinham, em comunicado de imprensa, que «a contribuição decisiva do protesto das populações mostra a importância do seu empenhamento cívico e das vantagens da sua intervenção e participação nos problemas da vida colectiva» da Marinha Grande.

Junta de Alcântara homenageia Maria Isabel Aboim Inglês

Na sexta-feira passada, no âmbito das comemorações dos 25 anos do 25 de Abril, a Junta de Freguesia de Alcântara homenageou Maria Isabel Aboim Inglês, numa cerimónia em que se verificou o descerramento de uma lápide no edifício da Junta, na Rua dos Lusíadas.

Aliás, foi precisamente na Rua dos Lusíadas que, há 60 anos, Maria Isabel Aboim Inglês inaugurou o Colégio Fernão de Magalhães para cujo Conselho Directivo foi unanimemente nomeada em Outubro de 1942. Uma nomeação que viria a durar pouco, já que, apenas dois meses depois, Mário Figueiredo, então ministro da Educação, viria a anulá-la.

A sua seriedade e nobreza de carácter, as reconhecidas capacidades humanas e intelectuais levam a que, em 1946, seja convidada a integrar a Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática (MUD), onde permaneceu até ao momento em que o fascismo ilegalizou o Movimento e prendeu toda a sua Comissão Executiva, na sequência da distribuição de um comunicado de condenação da admissão de Portugal na ONU.

As estruturas e quadros do MUD reorganizam-se então à volta da candidatura de Norton de Matos, em 1949, o que acabou por levar o

Governo fascista, dois dias depois do acto eleitoral, a encerrar o Colégio Fernão de Magalhães e retirar a Maria Isabel Aboim Inglês o estatuto de directora e todo os seus diplomas, impedindo-a de leccionar em qualquer estabelecimento de ensino.

Em 1953 é convidada a leccionar no Brasil mas o regime nega-lhe o visto de saída. Monta, então, um atelier de costura, ao mesmo tempo que dá aulas particulares.

O regime não a amedronta, porém, pelo que integra activamente a candidatura de Humberto Delgado, sempre se disponibilizando para declarações abonatórias sobre os presos políticos nos tribunais plenários e denunciar o regime.

Quando morre, em 7 de Março, a PIDE proíbe a divulgação da notícia a um dos seus filhos, o dirigente comunista Carlos Aboim Inglês, que se encontrava preso em Peniche, impedindo-o de assistir ao seu funeral.

Este o perfil da democrata conseqüente que foi Maria Isabel Aboim Inglês, agora justamente homenageada pela Junta de Freguesia de Alcântara, numa cerimónia a que assistiram vários alunos e professores de escolas da freguesia, para além de familiares, comunistas e outros democratas.

Ilha de Lamas Realojamento é urgente

As "ilhas" do Porto são marcadas por grande degradação das condições de vida

Na Ilha de Lamas, no Porto, mais de uma centena de pessoas vive entre um esgoto a céu aberto e telhados que deixam entrar água, lado a lado com as casas já construídas, mas entretanto desertas, que lhes estão destinadas. Uma situação que a CDU/Porto denuncia e se compromete a acompanhar de perto.

No quadro dos contactos regulares com as populações, eleitos da CDU da cidade do Porto deslocaram-se, sábado passado, à Ilha de Lamas, na freguesia de Paranhos. Com o mesmo objectivo de outras visitas que se têm vindo a realizar – o contacto directo com a realidade e a vida quotidiana das pessoas, para melhor poder defender os seus interesses.

Na Ilha de Lamas, pertença da Santa Casa da Misericórdia do Porto, residem 25 famílias, cerca de cem pessoas, em condições de habitabilidade muito degradadas. As instalações sanitárias, comuns, localizadas no centro da Ilha, obrigam as pessoas a sair de suas casas para irem à casa de banho; o entupimento permanente da fossa séptica transformou a rede de saneamento num esgoto ao ar livre; a degradação dos telhados permite permanentes

infiltrações de água.

Entretanto, já há muitos meses, foram pedidas informações aos moradores, sobre os seus agregados familiares, com a promessa de realojamento num bairro social construído pela Misericórdia na Quinta Seca, na mesma freguesia de Paranhos. Em Fevereiro a imprensa noticiava mesmo que os realojamentos (que englobam outros bairros degradados) teriam lugar em Abril/Maio. Mas, para já, a situação permanece inalterada.

Actualmente as casas da Quinta Seca estão praticamente concluídas, faltando apenas uma decisão burocrática quanto à demolição de um muro adjacente aos novos blocos.

A CDU considera inadmissível esta «situação de coexistência de milhares de pessoas a viverem em condições desumanas, com habitações, que se destinam a realojá-

las, prontas e vazias». Em comunicado divulgado à imprensa, a CDU afirma ainda que «tal só é possível devido à falta de sensibilidade dos responsáveis pela resolução destes problemas, bem como ao completo desconhecimento que aparentam ter sobre as reais condições de habitação em que vivem muitos milhares de moradores do Porto».

Neste quadro, a CDU irá interpelar a Câmara e a Misericórdia do Porto, comprometendo-se ainda a apresentar este problema na Assembleia Municipal do Porto e na Assembleia de Freguesia de Paranhos e acompanhar este processo, em permanente contacto com os moradores.



Évora Participar para desenvolver

Desde Março de 1998 que o Governo e os seus serviços descentralizados, em particular as Comissões de Coordenação Regional, vêm preparando os instrumentos de intervenção no desenvolvimento do país para o período de 2000 a 2006. É o caso do PNDES (Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social) e do PDR (Plano de Desenvolvimento Regional), que deverá constituir a base para a negociação, com a Comissão Europeia, do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA), ao nosso país.

Todo este processo se tem desenvolvido entretanto como «um segredo bem guardado», apesar das recomendações da Comissão Europeia sobre a participação das entidades locais e regionais, denuncia a Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE), que lembra as promessas e a resolução do Conselho de Ministros no sentido de uma «ampla participação, envolvida na sua elaboração o Conselho Económico e Social, repre-

sentantes da sociedade civil e de instituições relevantes e especialistas».

No caso do Alentejo, e apesar do trabalho desenvolvido pelos municípios e suas associações, que há mais de um ano têm vindo a apresentar propostas e contributos para o PDR, só em 1 de Junho a Comissão Coordenadora da Região do Alentejo distribuiu um documento sobre a futura Intervenção Operacional Regional do Alentejo, dando 15 dias de prazo para quaisquer propostas e contributos.

Face a esta situação, a Associação de Municípios do Distrito de Évora denuncia, como totalmente inaceitável, «que os instrumentos de programação do desenvolvimento do país para os próximos anos estejam a ser preparados, sem a participação de todas as entidades regionais e nacionais relevantes e, no plano regional, sem a participação das únicas entidades democraticamente legitimadas pelo sufrágio das populações».

A AMDE lembra ainda o que ao Governo parece esquecer, ou seja, «que a concretização das intenções de descentralização de mais competências para os municípios» exige uma muito maior participação destes.

A AMDE considera esta actuação como uma afronta ao poder local a às populações, «cujo futuro está a ser preparado sem que lhes seja dada qualquer possibilidade de participação» e recusa-se a dar cobertura a qualquer simulacro de participação, exigindo que seja lançado um verdadeiro processo de participação na preparação do PDR e do QCA, com divulgação da informação, debate e audição eficazes de todas as entidades regionais interessadas.



A descentralização exige uma maior participação dos municípios

Tribunal dá razão a Teatro em Movimento

Teatro em Movimento, companhia de teatro de Bragança, acaba de obter uma vitória assinalável, com a decisão final do Supremo Tribunal Administrativo, que dá razão ao grupo de teatro no recurso apresentado em relação à atribuição dos subsídios às companhias teatrais.

Uma questão também colocada à Assembleia da República, em Fevereiro, pelo grupo parlamentar do PCP, que então questionou a situação do *Teatro em Movimento* – ao qual não iria ser atribuído qualquer subsídio – como, «no mínimo, estranha».

No requerimento à AR, o PCP lembrava que este grupo de teatro «realiza cerca de 200 representações anuais, mantendo uma elevada média de espectadores, percorrendo em itinerância não só o país mas também outros países europeus e está prestes a comemorar o seu 20.º ano de existência».

A resolução do Tribunal coloca agora ao Ministério da Cultura a necessidade de resolver este caso. Para o *Teatro em Movimento*, o que está em causa é fazer justiça. Mas sem com isso causar problemas às outras companhias e através do diálogo.

«Só queremos que o nosso exemplo possa servir para novas formas de atribuição de subsídios» considera o grupo teatral de Bragança, que defende a necessidade de se parar para estudar uma fórmula para que os subsídios «não sejam atribuídos por um júri nacional, mas sim por vários júris regionais».

Prossegue, entretanto, uma actividade múltipla.

De Janeiro até finais do corrente mês, o *Teatro em Movimento* apresentou 97 espectáculos distribuídos por 13 produções, das quais, neste momento, se mantêm 6 em cena.

Para além da visita a vários concelhos e à região autónoma dos Açores, o grupo realizou três espectáculos em Espanha. Em Bragança foram realizados 55 espectáculos, a maior parte dos quais orientados para os estabelecimentos de ensino da cidade.

Paralelamente, continuam os apoios aos grupos de teatro amador, por todo o país, bem como as acções de formação. Em curso, ou programadas para os próximos meses, decorrem acções de formação em Bragança e Pombal de Ansiões. Em Estremoz estreia-se, no final do mês, dois novos espectáculos do grupo «Lume de Chão». Em Gouveia irão realizar-se dois seminários com o grupo de teatro local. Na Velas, S. Jorge, Açores, ao longo de três semanas no mês de Agosto, terá lugar um curso de sensibilização teatral com o apoio da autarquia local.

CDU contesta traçado de metropolitano para Odivelas

A Comissão Instaladora do Município de Odivelas anunciou o seu parecer favorável ao traçado final do Metropolitano de Lisboa, entre a Calçada de Carrixe e Odivelas, e à localização das estações no Senhor Roubado e Odivelas.

Uma decisão contestada pela CDU, que considera que este traçado não serve a população e se fundamenta em bases economicistas.

Na proposta anteriormente avançada pela Câmara Muni-

pal de Loures, já tendo em conta uma das hipóteses aventadas pelo Metropolitano de Lisboa, defendia-se a localização de uma terceira estação no parque Maria Lamas, com uma área de influência directa de 16 mil habitantes.

A decisão da Comissão Instaladora inviabiliza a existência de uma estação no núcleo central da cidade pelo que, sublinha-se em comunicado da CDU, «é bem possível que grande parte dos moradores do

concelho continuem a deslocar-se de carro para os seus trabalhos, não se resolvendo, deste modo, o problema do trânsito nos acessos a Lisboa e mesmo dentro da cidade.»

Desmontando os argumentos da Comissão Instaladora de que a proposta da Câmara de Loures «tecnicamente não pareceu exequível», a CDU lembra que o Metropolitano de Lisboa «dispõe e utiliza tecnologias avançadas que permitem superar facilmente as dificuldades alegadas,

como ocorre nas obras em curso no sentido de Stª Apolónia». A CDU sublinha, em particular, que «os benefícios resultantes do serviço público prestado a dezenas de milhar de pessoas, particularmente no núcleo histórico de Odivelas, Patameiras, Pombais, Quinta do Mendes, Arroja, Porto Pinheiro, Famões, Ramada» deveriam prevalecer nas decisões a tomar, que nunca deveriam ser ditadas por «motivações economicistas de curto prazo.»

Itália: dois milhões de famílias em bancarrota

Cerca de dois milhões de famílias italianas encontram-se ameaçadas de bancarrota, «endividadas até ao pescoço para sobreviverem», como revela um estudo da associação de consumidores Adicosun, baseado em informações da banca, do Banco Nacional do Trabalho e do Instituto Nacional de Estatísticas. Para estas famílias, «o endividamento tornou-se uma necessidade vital para a subsistência». Num outro grupo estão 6,5 milhões de famílias (40 por cento do total), lidando com grandes dificuldades, mas conseguindo «com grande esforço equilibrar as suas contas».

Peru: metade dos criminosos são polícias

Cerca de 40 por cento dos criminosos processados este ano pela Justiça do Peru como pertencentes a bandos organizados fazem ou já fizeram parte do corpo da polícia. Segundo informações judiciais, este ano 905 pessoas foram formalmente acusadas por crime organizado, integrando duas centenas de bandos que operavam em Lima e em localidades do interior. Roubos, sequestros e homicídios constituem as suas principais actividades, para as quais contava com armas modernas e equipamento de comunicações.

Colômbia: negociações em Julho

No dia 7 de Julho têm início as negociações de paz que juntarão à mesma mesa o Governo colombiano e a guerrilha das FARC. O local ainda não é conhecido, mas o Alto Comissário para a Paz, Victor Ricardo, anunciou que, ao mesmo tempo que decorrem as conversações, terão lugar em todo o país «mesas temáticas» com «audiências públicas», em que se ouvirá os vários sectores da opinião pública.

Chile: índios reclamam direitos

Terminou, no domingo, em Santiago do Chile a marcha dos índios mapuche, 25 dias e 670 quilómetros depois do seu início em Temuco. Com esta iniciativa, o Conselho de Todas as Terras pretende ver reconhecidos pelo Governo de Eduardo Frei os direitos das tribos indígenas. «O objectivo da marcha é criar novos espaços de diálogo entre o governo e a comunidade mapuche e promover um novo cenário, favorável à promoção dos direitos políticos do nosso povo», afirmou Aucán Builcamá. Os 300 índios que participaram na marcha foram acompanhados ao longo do percurso por milhares de anónimos, que manifestaram o seu apoio às reivindicações indígenas.

Chile Militares assustados

Os militares chilenos estão assustados com as acções da Justiça contra as violações dos direitos humanos cometidas durante a ditadura de Pinochet. Os processos contra oficiais, a reinterpretação do decreto-lei da amnistia e a acusação que recai sobre o ex-ditador são encaradas como ameaças.

Os comandantes-chefes do Exército, da Força Aérea, da Marinha e dos Carabineiros reuniram-se na semana passada para discutir o assunto, tal como os 39 generais de todo o país.

Na mesa está uma proposta do almirante Jorge Arancibia, chefe da Marinha, de criar um organismo composto por um grupo de «homens grandes e homens bons», com o objectivo de alcançar um acordo sobre os presos e os desaparecidos durante o regime. A proposta foi já apresentada à Comissão dos Direitos Humanos do Senado.

«Para qualquer iniciativa que tenha em vista a unidade dos chilenos, o reencontro e a reconciliação, os Carabineiros vão estar disponíveis», afirmou o seu chefe, o general Manuel Ugarte.

O chefe do Exército não partilha esta posição, tendo inclusivamente justificado o golpe de Estado de Setembro de 1973. Para o general Ricardo Izurieta, os responsáveis pela rebelião foram os políticos do Governo eleito de Salvador Allende, que tornaram a situação «ingovernável».

A situação interna agravou-se com a prisão dos responsáveis da editora Planeta devido à publicação do «Livro Negro da Justiça Chilena», no dia 16, acusados de infracção à Lei de Segurança de Estado.

O porta-voz do Governo de Concertação, Jorge Arrate, considerou a detenção uma vergonha. «Se continuarem assim, acabarão processando os leitores. Este é mais um passo para a Inquisição», defendeu Antonio Martínez Poblete, director do Grupo Santillana.

A detenção foi também condenada por um grupo de escritores formado por Jorge Edwards, Carlos Frans, Arturo Fontaine e Gonzalo Contreras.

Entretanto, na sexta-feira, o juiz espanhol Baltasar Garzón acrescentou 36 novos casos de torturas, genocídio e terrorismo



Os autores da repressão que se abateu sobre o Chile temem agora as consequências das suas acções

Indústria de desaparecimentos

Volta a provar-se que o desaparecimento dos presos políticos

desaparecidos entre 1974 e 1977, realizado com base em declarações de 45 ex-agentes da extinta Direcção Nacional de Inteligência (DINA), entrevistas pessoais e informações de diversos relatórios, revela que se tratava de uma verdadeira «indústria de desaparecimentos e mortes».

«Esta é uma contribuição muito importante para conhecer o funcionamento do processo de desaparecimento de pessoas no Chile. A investigação demonstra que o extermínio dos mais de mil detidos políticos desaparecidos foi um processo deliberado e estruturado de acordo com o que se denomina os princípios de organização científica do trabalho», afirmou em conferência de imprensa, na sexta-feira, o presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara de Deputados, Carlos Ominami, citado pelo jornal espanhol *El País* na sua edição de sábado.

Erika Hennigs, viúva de um desaparecido e investigadora da Corporação Nacional de Repara-

ção e Reconciliação, explica que o primeiro passo dado por esta «indústria planificada» consistia na compilação de dados sobre os opositores ao regime. De seguida prosseguia-se à sua detenção, interrogatório e tortura e terminava com a elaboração de um relatório que determinava o destino do preso.

Dar um «destino não conhecido» significava a morte. «O código *Puerto Montt* queria dizer que se devia esconder os cadáveres, enterrando-os. O código *Moneda* aludia a que o ocultamento se procedia na água (mar ou rio)», explicou Erika Hennigs. Nestes casos, para garantir que os corpos não apareciam a flutuar à superfície colocava-se um peso nos pescoços dos detidos.

Dados oficiais indicam que, entre 1973 e 1990, 3197 pessoas morreram vítimas de violência do Estado, dos quais 1185 eram presos políticos desaparecidos. Apenas se encontraram os restos mortais de uma centena.

Governo demite-se

O Governo chileno demitiu-se na segunda-feira, na sequência do anúncio feito pelo Presidente Eduardo Frei da implantação de um pacote de medidas contra o desemprego.

O ministro do Interior, Raúl Troncoso, afirmou que Frei «está a pensar fazer algumas modificações no Gabinete», sem adiantar quantas nem em que ministérios.

A taxa de desemprego no Chile atinge os 8,7 por cento (meio milhão de pessoas), o que revela um aumento de 140 mil desempregados no último ano.

no processo contra Augusto Pinochet, divulgando um relato pormenorizado de factos que relacionam o antigo ditador chileno com a violação dos direitos humanos.

durante a ditadura de Pinochet não era fruto de excessos de elementos da polícia ou do exército, mas sim uma prática sistemática e programada pelas autoridades.

Um estudo sobre os presos

Arafat pede a palestinianos que abandonem trabalho nos colonatos

O líder da Autoridade Palestiniana exortou na sexta-feira os palestinianos a deixarem os seus postos de trabalho na construção de colonatos judeus da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, como forma de contrariar a ampliação dos assentamentos israelitas, que têm sido impulsionados pelo Governo demissionário de Benjamin Netanyahu.

Classificando a colonização como uma ameaça à identidade nacional palestiniana, Yasser Arafat consegue assim deixar sem mão-de-obra barata mais de 163 mil colonos e 194 assentamentos, dos quais 90 por cento se situam na Cisjordânia e os restantes 10 por cento em Gaza.

Contudo, este «apelo» afectará mais de 8 mil trabalhadores, que vêm aumentar as altas taxas de desemprego da Palestina. De acordo com dados oficiais, actualmente 29 por cento da população não encontra trabalho e 12 por cento está na situação de

sub-emprego. A situação será mais grave na Faixa de Gaza, onde 70 por cento dos palestinianos trabalham para israelitas.

Os palestinianos têm sido contratados desde há alguns anos para os trabalhos mais pesados e pior remunerados na construção das colónias judaicas. Hoje constituem uma parte considerável da mão-de-obra, mas este boicote não terá consequências graves para os israelitas, visto poderem substituí-los facilmente com trabalhadores romenos, filipinos e tailandeses, conhecidos pela sua docilidade e pelos baixos salários que recebem.

Entretanto, na segunda-feira, centenas de pessoas manifestaram-se na cidade israelita de Lod contra a demolição de casas construídas ilegalmente por árabes. Segundo a agência Lusa, os manifestantes lançaram pedras contra carrinhas da polícia, que reagiu disparando balas de borracha. Oito pessoas ficaram feridas, entre elas um deputado

do Balad (partido árabe israelita).

Shimon Peres, o presidente do Parlamento, classificou o ferimento do deputado como

«um acto grave e excepcional» e anunciou que irá pedir explicações à polícia.

Por seu lado, o Hadash (partido árabe israelita comunista)

exigiu a destituição do chefe da polícia, considerando-o «responsável pela brutalidade da repressão contra os deputados árabes».

G7 "perdoa" parte da dívida do terceiro mundo

Reunidos na cidade alemã de Colónia, os sete países mais ricos do mundo decidiram perdoar um quarto da dívida externa dos 41 países mais pobres do mundo, no valor de 65 mil milhões de dólares (mais de 12 mil milhões de contos). Em contrapartida, exige-se aos países beneficiados «um compromisso claro no sentido de avançar com as reformas (económicas e estruturais segundo as directrizes do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial) e de lutar contra a pobreza». Este perdão é considerado «insuficiente» por várias organizações, que acusaram o G7 de «inflacionar» a iniciativa com diversos truques. «O valor que foi dado a conhecer - contado em termos reais e se se descontar o que foi aprovado em outras reuniões, parte da dívida que se deixou de pagar e outros truques - equivale a muito menos», adiantou

Seth Amgott, porta-voz da associação Oxfam, acrescentando que seria necessário pelo menos o dobro da quantidade aprovada para o futuro poder ser encarado com optimismo.

Colónia e Londres foram palco de diversas manifestações, que juntaram milhares de pessoas contra o G7 e as suas políticas económicas. Os manifestantes protestaram contra as consequências negativas da globalização e exigiram o perdão real das dívidas. Músicos como Bono Vox (vocalista dos U2), Bob Geldof e Youssou N'Dour participaram nas iniciativas.

A dívida externa atinge em média 70 por cento da economia nacional em África, 40 por cento na América Latina e Caribe e 30 por cento na Ásia. Cerca de 45 por cento do dinheiro foi emprestado pelo Japão, 25 por cento pela França e 15 por cento pela Alemanha.

Kosovo

Promessas de paz e partilha do poder

O Exército de Libertação do Kosovo (UCK) e a KFOR assinaram domingo à noite em Pristina um documento que estabelece a desmilitarização do UCK. Até ao momento, trata-se de um gesto mais mediático do que prático, já que os homens das fardas negras se encontram espalhados por toda a região, dominam aldeias e vilas, perseguem e matam sérvios indefesos.

Segundo o comandante da KFOR, o general britânico Michael Jackson, o documento assinado com Hashim Thaçi, dirigente do Exército de Libertação do Kosovo, numa cerimónia em que também esteve presente o porta-voz do Departamento de Estado norte-americano, James Rubin, «não é um acordo, mas um compromisso unilateral do UCK, conforme as recomendações do Conselho de Segurança». O significado deste «compromisso» é bastante vago. Não foi certamente por acaso que Jackson sublinhou as divisões existentes entre os independentistas albanos-kosovares, enquanto manifestava a esperança que todos os «comandantes locais do UCK respeitem o compromisso do seu comando». A questão está em saber se existe de facto um comando centralizado e quais as suas intenções.

O texto do «compromisso» prevê que o UCK abandone, no prazo de 30 dias, as suas posições de combate, os uniformes, as insígnias, os controlos de estrada e os edifícios públicos, e que entregue as armas pesadas e deixe de transportar espingardas e armas de assalto.

O texto apela ainda aos rebeldes para manterem o cessar-fogo, expulsar todos os membros estrangeiros e respeitar as autoridades de manutenção da paz em matérias de segurança.

Situação complexa

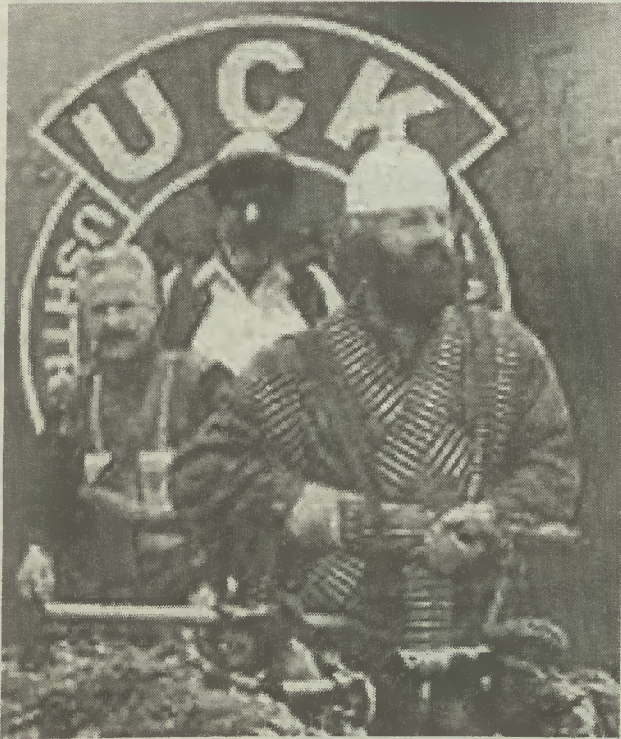
A súbita conversão de Thaçi suscita muitas dúvidas, até nos seus mais próximos aliados. Em contacto telefónico com o presidente dos EUA, Bill Clinton, Thaçi comprometeu-se «a proteger os direitos de todas as minorias», afirmando ter «uma visão idêntica à de Clinton quanto ao Kosovo: um governo autónomo que trabalhe segundo os princípios democráticos e proteja os direitos humanos», segundo o porta-voz da Casa Branca, Michael Hammer. Quanto ao presiden-

te norte-americano, qualificou o compromisso «de etapa importante» e afirmou que «trabalhará em contacto estreito com o povo kosovar em favor de uma verdadeira autonomia», ainda de acordo com Hammer.

Menos optimistas estão os responsáveis militares norte-americanos. Num estudo recente, citado pela Lusa, a direcção de planeamento político e estratégico do Pentágono advertiu que a possibilidade de o poder no Kosovo cair nas mãos do UCK levará a uma maior desestabilização nos Balcãs.

O relatório avisa que uma tentativa do UCK para conquistar a independência do território ou tornar o Kosovo parte de uma «grande Albânia» provocará o envolvimento na região de países como a Turquia e mesmo outros países muçulmanos, provocando uma reacção imprevisível de países vizinhos.

«Não haverá qualquer consequência positiva» de um desenvolvimento desse tipo, alerta o relatório, sublinhando que mesmo um controlo «modesto» do poder por parte do UCK criará circunstâncias contrárias aos interesses ocidentais.



Acordo dos EUA com o UCK abre aos independentistas o caminho para o controlo do poder

Benesses para o UCK

Hashim Thaçi designa-se a si próprio «primeiro-ministro» do governo provisório do Kosovo. Também Ibrahim Rugova tem um governo provisório para a região, mas a sua estrela parece estar a perder brilho. Thaçi assinou o compromisso de desmilitarização total do UCK num prazo de 90 dias e em troca recebeu algumas contrapartidas.

Segundo os dados disponíveis, o processo decorrerá por fases: até hoje, quinta-feira, o UCK comprometia-se a abandonar os postos de controlo e combate que ocupa; até sábado, a dar a conhecer a localização dos seus depósitos de armas; num período de trinta dias a abandonar os uniformes e a entregar as armas de calibre superior a 12,7 milímetros (com excepção de pistolas, metralhadoras e armas de caça); até ao fim do prazo o desarmamento total.

As negociações preliminares decorreram em Tirana, conduzidas pelo representante do Departamento de Estado norte-americano, James Rubin.

Em troca do desarmamento, o UCK recebe várias benesses. Os «especialistas» em ordem pública (?) ascendem à categoria de candidatos - presume-se que preferenciais - à futura polícia multiétnica a criar pela ONU; a comunidade internacional prestará a «devida consideração» ao papel do UCK no Kosovo e tê-lo-á em conta na formação, «em devido tempo», de «um Exército do Kosovo» segundo o

modelo da Guarda Nacional norte-americana (dependente da autoridade regional), «no futuro estatuto» da região.

Teoricamente, cabe às Nações Unidas estabelecer a nova administração civil e de segurança para o Kosovo, em colaboração com as forças políticas da região.

Após o acordo com os EUA, Thaçi reafirmou publicamente que «não abandona o seu objectivo de criar um Estado separado», dentro de três anos. Até lá, garante não proceder a vinganças nem a interferir com o previsto regresso dos polícias sérvios a quem caberá vigiar os monumentos, as fronteiras e acompanhar a desminagem do Kosovo.

Na ocasião, Thaçi voltou a convidar Ibrahim Rugova para conversações, tendo em vista a formação do Governo autónomo. «Há espaço suficiente para

ele no Kosovo e pode ajudar muito no processo político», disse Thaçi.

A formação do Governo autónomo do Kosovo, recorda-se, deveria ser supervisionada pelas Nações Unidas, e resultar de um processo democrático.

Os bons e os maus

O acordo, que afinal é um «compromisso», para a desmilitarização do UCK impôs-se como uma necessidade urgente em meados da semana passada, quando os ataques do UCK em Vucitn, a norte de Pristina, assumiram proporções impossíveis de escamotear.

As armas calaram-se ali depois da intervenção do contingente francês, mas os «incidentes» registam-se por todo o lado.

Em Prizren, três centenas de civis sérvios, dos quais 10 religiosos ortodoxos, incluindo o bispo Artemije, foram atacados pelo UCK no mosteiro da Virgem de Ljeviska.



As forças da KFOR prometem defender os sérvios, mas os «incidentes» continuam

Jogos de bastidores

O manifesto interesse dos EUA em consolidar a liderança de Hashim Thaçi, de 31 anos, em detrimento do «histórico» Ibrahim Rugova, aponta para uma estratégia que pode vir a revelar-se perigosa. A facilidade com que Thaçi, cujo controlo sobre o UCK é muito duvidoso, abandonou aparentemente as teses independentistas, sugere acordos de bastidores de imprevisíveis consequências no terreno.

Analistas norte-americanos fazem notar que o UCK tem demonstrado ter muito pouco controlo centralizado, estando dividida em facções e clãs que poderão eventualmente, não só escolher a via da confrontação com a NATO, como também envolver-se em combates entre si. As mesmas fontes dizem que há a possibilidade de a «desmilitarização» do UCK ser apenas uma operação «simbólica», já que as diversas facções continuarão a esconder a maior parte das suas armas. A total liberdade com que os separatistas entraram no Kosovo, na esteira das forças da NATO, e a sua liberdade de movimentos, é significativa.

A expectativa do poder levou milhares de pessoas a engrossarem as fileiras do UCK, e a luta pela partilha do poder está agora na ordem do dia no Kosovo.

Como afirma Miranda Vickers, especialista em história e política da região do Kosovo e analista no Grupo de Estudos para Crises Internacionais, os «próximos meses serão tempos difíceis no realinhamento do poder entre os dirigentes kosovares».

«Alguns elementos do UCK vão encontrar sérias dificuldades em adaptar-se às condições de paz», diz Vickers, para quem a credibilidade de Ibrahim Rugova é agora quase inexistente, «excepto junto de uma pequena minoria de famílias ricas e influentes».

Tendo em conta a popularidade do UCK, há quem defenda que a única solução viável é «profissionalizar a organização, rodeá-la de conselheiros da NATO e da ONU e amarrá-la institucionalmente» à administração civil a instalar pela ONU no Kosovo. Outros consideram que se deve continuar a apostar nas divisões entre as diferentes facções. Como de costume, os EUA preparam-se para apoiar quem melhor sirva os seus interesses. Neste contexto, vale a pena reter as declarações do primeiro-ministro britânico, Tony Blair, numa entrevista à televisão norte-americana ABC.

Questionado sobre o futuro das relações NATO-UCK, Blair declarou que os separatistas albaneses «terão um forte grau de autonomia», que «não é o que eles queriam mas é melhor do que o que tinham».

«Poderemos discutir mais tarde qual será o destino final do Kosovo», acrescentou Blair, sublinhando que «muito dependerá do que se passar na Sérvia, do que se passar com Milosevic». Aos aliados cabe, afirmou, «tudo fazer para que o povo sérvio compreenda (...) que a Sérvia não poderá reintegrar a verdadeira família das nações (...) sem a partida» do presidente jugoslavo. Uma decisão que não consta do «acordo de paz» para o Kosovo, em que explicitamente se refere o respeito pela integridade territorial da Jugoslávia, e que, à luz das mais elementares regras democráticas, deveria caber aos jugoslavos decidirem. Livremente.

De acordo com o Patriarcado das Igrejas Ortodoxas da Sérvia, o mosteiro da Trindade, em Musutiste - perto de Prizren -, que data do século XV, foi incendiado.

Várias freiras foram violadas. Um ancião de 70 anos foi morto. Obras de arte sacra foram danificadas, passando a ostentar o símbolo dos independentistas.

A estátua do imperador Dusan, em pleno centro de Prizren, foi demolida.

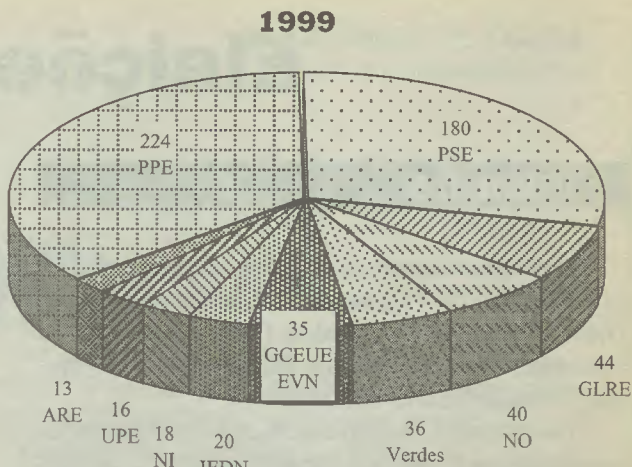
Entretanto, em Podgorica, um jovem de 16 anos foi morto durante um ataque lançado pelo UCK na passada quinta-feira contra um comboio de refugiados sérvios que regressavam ao Kosovo a partir do Montenegro. A emboscada foi desencadeada perto da localidade de Savine Vode, a cinco quilómetros da fronteira com o Montenegro, quando cinco dezenas de sérvios tentavam regressar às suas casas em Pec (oeste da província).

No domingo, uma bomba explodiu junta da Universidade de Pristina. No dia seguinte, as tropas francesas voltaram a ter de intervir para pôr cobro aos saques em Grace, perto de Mitrovica, e para combater os incêndios ateados pelo UCK contra habitações sérvias.

Segundo as forças da NATO, os responsáveis por actos deste tipo, que se repetem por todo o lado, são da responsabilidade de algumas facções «não controladas» do UCK. Os «bons» já assinaram um «compromisso» de bom comportamento.

Eleições para o Parlamento Europeu

Socialistas perdem maioria Esquerda Unitária reforça posições



1999
PPE - Partido Popular Europeu (democratas-cristãos); PSE - Partido Socialista Europeu; GLRE - Grupo Liberal Reformista Europeu; NO - deputados que ainda não optaram por nenhum grupo; GCEUE-EVN - Grupo Confederado da Esquerda Unitária/Esquerda Verde Nórdica (comunistas e esquerda verde nórdica); IEDN - Europa das Nações (ultra-direita); NI - não inscritos; UPE - União para a Europa (direita); ARE - Aliança Radical.



Pela primeira vez na história do Parlamento Europeu, o grupo dos cristãos-democratas (PPE), que reúne os partidos de direita e seus aliados na assembleia de Estrasburgo, conseguiu uma clara vantagem face ao grupo dos socialistas (PSE). O PPE obteve 224 deputados num total de 626, contra 180 do PSE, que perdeu nestas eleições 34 lugares, em grande parte devido aos maus resultados obtidos pelos Trabalhistas britânicos de Tony Blair e pelo SPD de Gerhard Schroder (ver artigos nestas páginas).

Recorde-se que 11 dos 15 governos da União Europeia são liderados pelos socialistas e que agora vão ter de coabitar com uma maioria de direita num Parlamento Europeu que viu reforçados os seus poderes, desde o Tratado de Amesterdão, podendo propor alguns textos legislativos e bloquear as propostas do Conselho de Ministros.

Contrariando a subida da direita, o Grupo Confederado da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde

Nórdica, em que se integram os deputados comunistas portugueses, foi reforçado com mais um deputado, passando para 35. O mesmo aconteceu com o grupo dos Verdes que passou de 27 para 36 deputados. Estas eleições registraram uma abstenção recorde de 52 por cento.



Alemanha

A CDU-CSU (União Cristã-Democrata e União Cristã-Social/Baviera) obteve 48,7% e 53 deputados, seguida pelo SPD (Partido Social-Democrata), 30,7% e 33 deputados; Verdes, 6,4% e 7 deputados; PDS (comunistas), 5,8% e 6 deputados. Os liberais do FDP e a extrema direita do Republikaner não elegeram deputados.

Em Junho de 1994, a CDU/CSU, obteve 38,8%, 47 lugares; o SPD, 32,2% e 40 lugares; e os Verdes 10,1% e 12 lugares.

A Alemanha tem 82 milhões de habitantes, 66 milhões de eleitores e elege 99 deputados. O escrutínio é proporcional e os partidos podem apresentar listas quer ao nível federal quer regional. Só as listas que obtiverem um mínimo de 5% participam na repartição dos mandatos.

Austria

O SPO (socialistas-democratas) obteve 31,7% e 7 deputados; o OVP (conservadores) 30,6% e 7 deputados; o FPÖ (extrema-direita), 23,5% e 5 deputados; e os Verdes 9,2% e 2 deputados. O LIF (liberais), não elegeu deputados.

A Áustria tem 8 milhões de habitantes e 6,4 milhões de eleitores que elege 21 deputados num sistema de representação proporcional à escala nacional. O eleitor vota por uma lista mas pode igualmente exprimir um voto preferencial por um ou outro candidato dessa lista. As listas que

não recolherem pelo menos 4% dos votos são excluídas da repartição dos votos. Esta foi a primeira eleição para o Parlamento Europeu, uma vez que a Áustria só aderiu à União em 1 de Janeiro de 1995.



Bélgica

No Colégio Eleitoral flamengo, o CVP (Partido Social-Cristão) obteve a maior votação, com 13,8% dos votos e 2 deputados. Por seu lado, o PVV (liberais-flamengos) com apenas 13,5% dos votos conseguiu eleger 3 deputados. Seguem-se o Vlaams Blok (extrema-direita flamenga), com 9,2% e 2 deputados; o Agalev (ecologistas flamengos) com 8,9% e 2 deputados.

SP (Partido Socialista flamengo) com 8,9% e 2 deputados; Agalev (ecologistas flamengos) com 7,4% e 2 deputados.

No colégio francófono, o PRL (Partido Reformador Liberal) obteve 10% e 3 deputados; o PS (Partido Socialista francófono), 9,6% e 3 deputados; Ecolo (verdes), 8,4% e 3 deputados; PSC (Partido Social-Cristão francófono) 5% e 1 deputado. No colégio germanófono, o CSP-EVP (socialistas-cristãos) obteve 0,2% e 1 deputado.

Em Junho de 1994, os resultados foram os seguintes: Colégio flamengo - CVP, 27,4%, 4 mandatos; PVV 18,4%, 3 mandatos; SP 17,6%, 3 mandatos; Vlaams Blok 12,6%, 3 mandatos; Agalev, 10,7%, 1 mandato; Volksunie (federalistas flamengos) 7,1%, 1 mandato. No colégio francófono - PS 30,4%, 3 mandatos; PRL-FDF (Liberais e Frente dos Francófonos), 24%, 3 mandatos; PSC (socialistas-cristãos), 18,8%, 2 mandatos; Ecolo (Verds), 13%, 1 mandato; FN (extrema-direita) 7,9%, 1 mandato. No colégio germanófono - CSP (socialistas-cristãos) 31,1%, 1 mandato.

A Bélgica tem 10,3 milhões de habitantes e 8 milhões de eleitores. A representação é proporcional com um sistema de «votos de

preferência», permitindo aos eleitores modificar a ordem dos eleitos nas listas estabelecidas pelos partidos. Existem quatro circunscrições e três colégios eleitorais (Flandres e Bruxelas; Valónia e Bruxelas; e o colégio germanófono). O voto é obrigatório.



Dinamarca

O Venstre (liberais) venceu com 22,7% e 5 deputados. Seguiu-se o SOC (socialistas-democratas), 16%, 3 deputados; Juni-B (antieuropéus), 15,7%, 3 deputados; RV (liberais-radicais), 8,9%, 1 deputado; Konservativ (conservadores), 8,2%, 1 deputado; Folk.B (esquerda antieuropéia), 7,1%, 1 deputado; SF (ex-comunistas), 6,9%, 1 deputado; DF (extrema-direita), 5,6%, 1 deputado.

Em Junho de 1994, o Venstre obteve 19%, 4 mandatos; Konservativ, 17,7%, 3 mandatos; SD (socialistas-democratas), 15,8%, 3 mandatos; Movimento de Junho (anti-Maastricht), 15,2%, 2 mandatos; Movimento Popular contra a União, 10,3%, 2 mandatos; SF, 8,6%, 1 mandato; e Radicais, 8,5%, 1 mandato.

A Dinamarca elege 16 deputados, tem uma população de 5,1 milhões e 4,1 milhões de eleitores. A representação é proporcional à escala nacional. O eleitor pode votar por uma lista completa ou indicar a sua preferência a favor de candidatos individuais.

Espanha

O PP (Partido Popular) obteve 39,4% e 27 deputados, seguido pelo PSOE com 35,3 e 4 lugares. A Esquerda Unida (forças de

esquerda com os comunistas) reuniu 5,8% e 4 deputados; a CIU, CDC (centro direita catalão), 4,49% e 3 deputados; CE (nacionalistas moderados), 3,1% e 2 deputados; a Coligação Nacionalista, 3% e 2 deputados; o Bloco Nacionalista da Galiza, 1,67% e 1 deputado; e o Euskal Herriarrak, 1,49% e 1 deputado. Os verdes com 1,44 não elegeram deputados.

Em Junho de 1984, o PP teve 40,2% e 28 mandatos; o PSOE, 30,8% e 22 mandatos; a Esquerda Unida 13,4% e 9 mandatos; CIU 4,6% e 3 mandatos; Coligação Nacionalista, 2,8% e 2 mandatos. A Espanha tem 39,4 milhões de habitantes, 31,8 milhões de eleitores, e elege 64 deputados, segundo um sistema de representação proporcional a nível nacional.



Rectificação

Na edição da passada semana detectámos um erro no quadro dos resultados nacionais obtidos pelo PCP/PEV, nas eleições europeias de 1994. De facto, nesse ano, a coligação obteve 11,2 por cento dos votos e elegeu 3 deputados, e não 10,33 por cento como infelizmente foi publicado.

Alemanha A terceira via e o naufrágio da social-democracia

■ Rui Paz

Poucos minutos depois de serem conhecidas as previsões dos resultados eleitorais para o Parlamento Europeu, o repórter da ZDF na sede do SPD, em Bona, pediu ao pianista que deveria animar a malograda *party* eleitoral para tocar algo que exprimisse a atmosfera ali vivida. Por alguns momentos os espectadores puderam escutar uma sucessão de melodias do filme que descreve o naufrágio do "Titanic". O SPD acabava de perder em menos de nove meses 12 dos 20 milhões de votos que obtivera nas eleições de Setembro para o Bundestag e oito milhões em relação à últimas eleições para o Parlamento Europeu.

O eleitorado, que já em Outubro estragara a jantarada eleitoral dos banqueiros de Frankfurt derrotando estrondosamente o Governo de Helmut Kohl, voltou a recusar de forma irrefutável mais uma tentativa para lhe impingirem o neoliberalismo, desta vez envolto na capa do "modernismo" social-democrata. Num documento publicado poucos dias antes das eleições, Schröder e Blair esclareciam que "os modernos social-democratas resolvem os problemas da melhor maneira" e que "um emprego para a vida inteira pertence ao passado". "Nós não precisamos de menos mas de mais flexibilidade". "Numa sociedade em que já não existe uma profissão para a vida inteira... trabalho precário e temporário são melhores do que nada"... "O mercado do trabalho precisa de um sector de salários baixos"... "Os cortes necessários nas despesas públicas exigem uma modernização radical do sector público"... "Nós queremos que os sindicatos continuem assentes no mundo moderno" e que "em cooperação com o patronato organizem a mudança". "Construamos conjuntamente o sucesso da social-democracia para o próximo século. Deixem que a

política da "terceira via" e do "novo centro" se tornem numa nova esperança para a Europa".

A resposta do eleitorado a esta "moderna" orgia de primitivismo anti-social traduziu-se num autêntico desastre para a social-democracia e a nova via blairista. Tony Blair e Schröder, fervorosos adeptos do "humanitarismo" bombista, desta vez engaram-se redondamente de alvo bombardeando com efeitos exterminadores o seu próprio eleitorado. Aqueles dois dirigentes, dignos continuadores do que a social-democracia alemã e o trabalhismo inglês produziram de mais à direita ao longo da sua história e para os quais segundo o semanário "Die Zeit" "a política não passa de um negócio mediático cheios de truques", demonstraram constituírem não a "esperança" mas uma verdadeira ameaça para o futuro dos partidos socialistas e social-democratas europeus.

Wolfgang Gerhard, presidente dos Liberais, e expoente máximo da retórica reaccionária do capitalismo global na Alemanha, ajudou imenso a esclarecer os eleitores ao confirmar que a declaração Blair-Schröder era uma "autêntica cópia" do seu programa. Os Liberais, que se intitulam "o partido dos que ganham bem", foram assim mais uma vez premiados pela sua coragem e sinceridade baixando de 4,1 para 2,8. No caso do SPD será necessário recuar até 1932 e à capitulação social-democrata perante o golpe "von Papen-Schleicher" que abriu o caminho à tomada do poder pelos nazis e que já nessa altura teve como objectivo proclamado a liquidação do "Estado-Providência" (Wohlfahrtsstaat) para se encontrar uma penalização eleitoral tão forte daquele partido no curto período de alguns meses.

Com a demissão da Lafontaine, a agressão contra a Jugoslávia e a

falsificação descarada das promessas feitas ao eleitorado na campanha eleitoral de Setembro último, a social-democracia entrou numa fase de descrédito acelerado. A curto prazo parecem inevitáveis graves convulsões no seio do SPD.

Também os Verdes pagaram caro o desvario militarista do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Fischer, baixando de 10,3 para 6,4. O partido ecologista está a caminho de se transformar num segundo partido liberal (FDP). O PDS, o único partido a opor-se abertamente à agressão da NATO, a repudiar Maastricht e a Europa dos bancos aproxima-se imenso dos Verdes subindo de 4,7 para 5,8, reduzindo assim para 0,6% a distância que o separa do partido ecologista e elege pela primeira vez seis deputados para o Parlamento Europeu. Nalguns Estados da antiga RDA, o PDS ultrapassa mesmo a social-democracia.

Nestas eleições para o Parlamento Europeu mais de 150 num total de 300 milhões de eleitores não votaram. Alguns países, particularmente naqueles que dominam a União Europeia como a Alemanha, registaram as mais baixas percentagens de votantes da sua história. Ficou assim bem claro porque é que os donos desta Europa temem o veredicto popular e recusam dar voz aos povos negando-lhes a realização do referendo sobre Maastricht e Amesterdão.

Ao recusar votar o eleitorado disse não a uma União Europeia que tem servido fundamentalmente para desmantelar direitos sociais e democráticos, liquidar a soberania dos povos e intensificar o renascimento militarista. Já não é possível abafar os sinais que apontam para a necessidade urgente de alterar o actual rumo da história.

Na Grã-Bretanha Voto contra o euro e Maastricht

■ Manoel de Lencastre

As eleições recentes para o Parlamento Europeu produziram resultados que podem considerar-se como derrotas significativas para o governo do «New Labour» e para Tony Blair.

Apesar da enorme percentagem de abstencionistas, os euro-cépticos conservadores conseguiram ser o partido mais votado: viram a sua política contra a adesão ao euro e contra os crescentes poderes daquilo a que se chama «a Europa» sancionada por uma maioria de eleitores. Simultaneamente, o *leader* conservador, William Hague, consolidou a sua posição à frente do partido e partiu já para a realização de mudanças no «gabinete sombra», rejuvenescendo-o, dando lugar a uma geração de parlamentares mais novos, cheios de ideias mais adequadas aos tempos de agora, na maior parte descomprometidos com as desastrosas administrações de Margaret Thatcher e John Major.

Tony Blair vive na certeza de que a Grã-Bretanha está a seus pés e de que o velho leão decrépito e doente se lhe teria entregue, incondicionalmente. Quantas vezes, porém, já vimos o Partido Conservador ressurgir de derrotas devastadoras quando se esperava que definhasse e morresse? As vitórias históricas dos chefes trabalhistas, Clemen Attlee, Harold Wilson (por duas vezes), a posição que James Callaghan herdou deste e, agora, o aparecimento de Blair a dar resposta (assim parecia) às ansiedades do povo da Grã-Bretanha, pareceram sempre produzir a abertura a novos caminhos para o país e relegar os conservadores para o estudo do passado e para os caixotes do lixo da História. Mas a aplicação de políticas direitistas e a subjugação ao capitalismo ditaram sempre os chefes trabalhistas a perder. E Tony Blair, no entender do povo destas Ilhas, é o melhor exemplo de como um político que o país abraçara para a construção de um futuro diferente pode revelar-se tão decepcionante como todos os outros e fazer-se de dirigente imperial quando se aguardava que inovasse e conduzisse a Grã-Bretanha em direcção às terras férteis do progresso para todo o seu povo.

Com Blair, Margaret Beckett, a organizadora das eleições europeias no seio dos trabalhistas, sofreu, também, uma séria derrota e poderá ser substituída nos cargos que ocupa. Aproximam-se tempos, todavia, em que a situação do próprio Blair poderá ter de ser considerada se os «Labour Part» quiser enfrentar com dignidade e algumas esperanças as próximas eleições gerais.

Desconfiança e hostilidade

Nas melhores tradições britânicas, o povo declarou, ao votar para o Parlamento de Estrasburgo, que não quer aderir ao euro, que deseja manter a sua independência nos terrenos da economia e das finanças, que pretende unir-se na defesa da libra como moeda nacional. Começaram a surgir clamores contra o facto de os comissários que funcionam em nome da Grã-Bretanha na chamada Comissão Europeia serem políticos comprometidos com o euro. Exige-se que William Hague, em nome do partido britânico mais votado, o Conservador, trabalhe para que Chris Patten e o antigo chefe trabalhista, Kinnock (Neil), sejam afastados.

A baixa média de votantes (23 por cento) nestas eleições representa, além da tradicional apatia do eleitorado britânico para com as coisas «europeias», um claro ressentimento contra o estafado processo «democrático» dos políticos oportunistas que, praticamente, exigem que as pessoas adiram, cegamente, ao sistema de votações constantes, com pouco significado, e abdicam dos seus lazeres para se deslocarem às assembleias de voto. Ninguém pode ser obrigado a votar em candidatos em que não acredita. A desconfiança dos eleitores britânicos face aos manipuladores do sistema para fazerem vingar as suas ambições pessoais e os seus malignos esquemas (como se verificou em Portugal), é cada vez maior. A sua hostilidade, visível.

Boicotes repetiram-se

No passado domingo, 10 das 43 assembleias de voto mantiveram o boicote que abrangeu um universo de 14 379 eleitores. Nine (Vila Nova de Famalicão), Carvalhais (Mirandela), Tourais (Seia), Rio de Moinhos (Penafiel), Sanda, Paços de Gaiolo, Várzea do Douro e Ariz (Marco de Canavezes), Canas de Senhorim (Nelas) e Lazarim (Lamego) foram as freguesias onde as urnas não abriram.

Nas restantes onde o boicote foi levantado, registou-se uma taxa de participação de apenas 7,2 por cento, tendo o PS obtido vantagem em 22 freguesias, o PSD em sete e o PCP/PEV em uma. Numa outra freguesia um único eleitor votou em branco e noutras duas ninguém votou. O PS ganhou em Torres (Trancoso), Aveiras de Cima (Azambuja), Alferrede (Abrantes), Sedielos (Peso da Régua), Nespereira (Cinfães), Raiva (Castelo de Paiva), Miranda do Douro, Constantim, Duas Igrejas, Genísio, Ifanes, Malhadas, Palaçoulo, Paradelas, Picote, S. Martinho da Angueira, Sedim, Silva e Vila Chã (Miranda do Douro), Lavos e Marinha das Ondas (Figueira da Foz).

O PSD ganhou em Vilar (Cadaval), nas secções de voto em que houve repetição da eleição, mantendo-se no entanto o primeiro lugar do PS. Ganhou ainda em Alpendurada e Matos (Marco de Canavezes Dornelas (Boticas), Vilarouco (S. João da Pesqueira), Vermil (Guimarães) e Atenor, Cicouro e Póvoa (Miranda do Douro).

No lugar de Adofreire, freguesia de Pedrógão, concelho de Torrões Novas, um único eleitor votou na Lista do PCP/PEV.

Nas freguesias de Bigorne (Lamego) e Faiã da Terra (Povoação) ninguém votou e na Gandra (Paredes) foi registado um único voto em branco.

O povo britânico já tinha demonstrado em ocasiões diversas não morrer de amores pelo Tratado de Maastricht. Desta vez, disse de maneira clara e fascinante, até, que não deseja continuar ligado ao crescimento de uma Europa sobre a qual tem dúvidas, que não aceita a abolição da libra esterlina, que não se deixará submeter aos poderes remotos, incontrolláveis, de um «governo europeu» criado por políticos.

Eleições para o Parlamento Europeu

Finlândia

O KOK (conservadores) obteve 25,3%, 4 deputados; KeKSK (centristas), 21,3%, 4 deputados; SDP (sociais-democratas), 17,8%, 3 deputados; VIHK (Verdes), 13,4%, 2 deputados; VAS (ex-comunistas), 9,1%, 1 deputado. SFP (liberais) 6,8%, 1 deputado; Federação Cristã 2,4%, 1 deputado.

A Finlândia tem 5,1 milhões de habitantes e 4 milhões de eleitores que elegem 16 deputados segundo representação proporcional à escala nacional com voto de preferência. A adesão à UE efectuou-se em 1 de Janeiro de 1995.

França

O Partido Socialista atingiu 22%, 22 deputados; seguiu-se a lista União pela França e Independência da Europa (ultradireita), com 13% e 13 eleitos; o RPR-DL (direita), 12,8%, 12 deputados; UDF, 9,3%, 9 deputados (centristas); Verdes, 9,7%, 9 deputados; PCF (comunistas), 6,9%, 6 deputados; lista Caça, Pesca, Natureza e Tradições (caçadores), 6,8%, 6 deputados; Frente Nacional (ultradireita), 5,7%, 5 deputados; LO-LCR (extrema-esquerda).

Em Junho de 1994, o RPR-DL teve 25,6%, 28 deputados; o PS, 14,5%, 15 mandatos; a lista União pela França e Independência da Europa, 12,3% e 13 mandatos; a Frente Nacional, 10,5%, 11 mandatos; PCF 6,9%, 7 deputados.

Grécia

O ND (conservadores) obteve 36,1% e 9 deputados, batendo o PASOK, com 32,9% e 9 deputados. Seguiram-se o KKE (Partido Comunista), com 8,7% e 3 deputados; o Dikki (esquerda populista) com 6,9% e 2 deputados; SYN (comunistas pró-europeus) 5,1% e 2 deputados.

Em Junho de 1994, o PASOK obteve 37,6% e 10 mandatos; o ND 32,7% e 9 mandatos; A Primavera Política (nacionalistas) 8,7% e 2 mandatos; o Partido Comunista, 6,3% e 2 mandatos; a Coligação de Esquerda, 6,3% e 2 mandatos.

A Grécia tem 10 milhões de habitantes e 8,9 milhões de eleitores. A representação é proporcional à escala nacional. Só os partidos que obtiverem um mínimo de 3% podem participar na repartição dos mandatos, em número de 25 para o Parlamento Europeu.



Holanda

O CDA venceu com 26,9%, 9 deputados, seguido pelo PvdA (socialistas) 20,1%, 6 deputados; VVD (liberais), 19,7%, 6 deputados; Esquerda Verde, 11,9%, 4 deputados; SGP, RPF, GPV (protestantes), 8,7%, 3 deputados; Democra-ten 66 (centro-esquerda), 5,8%, 2 deputados; SP (extrema-esquerda), 5%, 1 deputado.

Em Junho de 1994, o CDA obteve 30,8%, 10 mandatos; PvdA, 22,9%, 8 mandatos; VVD, 17,9%, 6 mandatos; Democra-ten 66, 11,7%, 4 mandatos; SGP, RPF, GPV, 7,8%, 2 mandatos; e Arco-Íris (ecologistas), 3,7%, 1 mandato.

A Holanda tem 15,7 milhões de habitantes e 12 milhões de eleitores que elegem 31 deputados. Existem 19 circunscrições administrativas, mas os votos são contabilizados a nível nacional. Representação proporcional com a possibilidade de um voto preferencial nas listas.

Irlanda

O partido mais votado foi o FF (Fianna Fail, nacionalistas), com 38,6% e seis deputados. Seguiram-se FG (Fine Gael, centro direita) com 24,6% e 4 deputados; os Independentes, com 15% e 2 deputados; os Trabalhistas, com 8,7% e um deputado; e por últimos os Verdes com 6,7% e 2 deputados. O Sinn Fein obteve 6,3% dos votos, mas não conseguiu eleger nenhum deputado.

Em Junho de 1994, o FF tinha obtido 35% e 7 mandatos; FG, 24,6% e 4; Trabalhistas, 11% e 1 mandato; Verdes 7,9% e 2 mandatos; Independentes, 6,9%, 1 mandato. O Sinn Fein recolheu apenas 3% dos votos, em 1994.

Com uma população de 3,7 milhões e 2,7 milhões de eleitores, a Irlanda elege 15 deputados distribuídos por quatro circunscrições segundo um sistema semiproportional.



Itália

Com 25,2% a Força Itália (democratas-cristãos) elegeu 22 deputados, os DS (Democratas de Esquerda) obtiveram 17,3% e 15 deputados; Aliança Nacional (direita conservadora) 10,3% e 9 deputados; a Lista de Emma Bonino 8,5% e 7 deputados; Os Democratas (movimento de Romano Prodi), 7,7% e 7 deputados; a Liga do Norte, 4,5%

e 7 deputados; a Refundação Comunista, 4,3% e 4 deputados; o Partido Popular Italiano, 4,2% e 4 deputados.

Seguem-se com dois deputados eleitos, o CCD (democratas-cristãos), com 2,5%; o SDI (sociais-democratas), com 2,2%; a CDU (democratas-cristãos), com 2,2%; o Partido dos Comunistas Italianos, com 2,0%; e os Verdes com 1,8%. Por fim, com apenas um deputado eleito, estão a União dos Democratas pela Europa, com 1,6%; o Movimento Socialista Tricolor, com 1,6%; o Rinnovamento Italiano (democratas-cristãos), com 1,1%; o Partido dos Reformados, com 0,7% e o Partido Republicano Liberal (centro-direita) com 0,5%.

Em Junho de 1994, a Força Itália obteve 20,6%, 27 mandatos; PDS, Partido Democrático de Esquerda, 19,1% e 16 mandatos; Aliança Nacional 12,5% e 11 mandatos; PPI, 10% e 9 mandatos; Liga do Norte, 6,6% e 6 mandatos; Refundação Comunista, 6,1% e 5 mandatos; Pacte Segni, 3,3% e 3 mandatos; Federação dos Verdes, 3,2% e 3 mandatos; Reformadores de Marco Pannella, 2,1% e 2 mandatos; Partido Socialista 1,8% e 2 mandatos; Rete, 1,1% e 1 mandato; Partido Republicano, 0,7% e 1 mandato; Partido Social-Democrata 0,7% e um mandato.

A Itália tem uma população de 57,6 milhões de habitantes, 47,4 milhões de eleitores que elegem 87 deputados, em cinco circunscrições, segundo um sistema de representação proporcional.

Luxemburgo

O PCS (cristãos-democratas) ganhou com 31,2% e 2 deputados; o POSL (socialistas) obtiveram 23,6% e 2 deputados, o DP (liberais) 20,5% e 1 deputado; e os Verdes, 10,7% e 1 deputado.

Em Junho de 1994, o PCS teve 31,5%, 2 mandatos; POSL, 24,8%, 2 mandatos; DP, 18,8%, 1 mandato; verdes, 10,9%, 1 mandato.

O Luxemburgo tem 429 mil habitantes e 333.900 eleitores. Elege 6 deputados, num sistema de representação proporcional, com a particularidade de permitir que o eleitor elimine nomes de uma lista e os substitua por candidatos de uma outra lista. O voto é obrigatório.



Reino Unido

Na Inglaterra, Escócia e País de Gales os Conservadores ganharam com 35,77% e 36 deputados; seguem-se os Trabalhistas 28,3%, 29 deputados; Liberais-Democratas, 12,7%, 10 deputados; Independente Party, 7% e 3 deputados; Verdes, 6,3%, 2 deputados; SNP (nacionalistas escoceses), 2,68%, 2 deputados; Plaid Cymru (País de Gales), 1,85%, 2 deputados. Na Irlanda do Norte, venceu o DUP (unionistas protestantes), 28,4%, 1 deputado; SDLP (partido social-democrata e trabalhista), 28,1%, 1 deputado; UUP (unionistas protestantes), 17,6, 1 deputado; e o Sinn Fein (nacionalistas católicos) que com 17,3% não conseguiu eleger nenhum deputado.

Em Junho de 1994, na Grã Bretanha, os Trabalhistas obtiveram 42% e 62 mandatos; os Conservadores, 26,8% e 18 mandatos; os Liberais-Democratas, 16,2% e 2 mandatos; SNP, 3,1% e 2 mandatos; Verdes, (3%); e Plaid Cymru (1%) não elegeram deputados. Na Irlanda do Norte: Partido Unionista Democrático, 29,2%, 1 mandato; Partido Social-Democrático e Trabalhista, 28,9, 1 mandato; Partido Unionista Oficial, 23,8% e 1 mandato; Sinn Fein, 9,7%.

O Reino Unido tem 59,2 milhões de habitantes e 45,6 milhões de eleitores que elegem 87 deputados. A nova lei aprovada em Janeiro de 1999 substituiu o escrutínio por maioritário pela representação proporcional em Inglaterra, Escócia e País de Gales.



Bélgica	
Capital	Bruelas
Área	31000 km ²
Habitantes	10,2 milhões
PIB	213,7 bilhões de ECUs
Participação no PIB da UE	3,0 por cento

França	
Capital	Paris
Área	544000 km ²
Habitantes	58,7 milhões
PIB	1223,1 bilhões de ECUs
Participação no PIB da UE	17,0 por cento

Holanda	
Capital	Amsterdã
Área	42000 km ²
Habitantes	15,6 milhões
PIB	318,3 bilhões de ECUs
Participação no PIB da UE	4,5 por cento

Dinamarca	
Capital	Copenhague
Área	43000 km ²
Habitantes	5,3 milhões
PIB	140,0 bilhões de ECUs
Participação no PIB da UE	2,0 por cento

Reino Unido	
Capital	Londres
Área	244000 km ²
Habitantes	59,0 milhões
PIB	1134,0 bilhões de ECUs
Participação no PIB da UE	16,1 por cento

Áustria	
Capital	Viena
Área	84000 km ²
Habitantes	8,0 milhões
PIB	182,0 bilhões de ECUs
Participação no PIB da UE	2,5 por cento

República Federal da Alemanha	
Capital	Berlim
Área	357000 km ²
Habitantes	82 milhões
PIB	1853,3 bilhões de ECUs
Participação no PIB da UE	26,0 por cento

Grécia	
Capital	Atenas
Área	132000 km ²
Habitantes	10,5 milhões
PIB	105,7 bilhões de ECUs
Participação no PIB da UE	1,5 por cento

Portugal	
Capital	Lisboa
Área	92000 km ²
Habitantes	9,9 milhões
PIB	88,6 bilhões de ECUs
Participação no PIB da UE	1,3 por cento

República da Irlanda	
Capital	Dublin
Área	70000 km ²
Habitantes	3,7 milhões
PIB	66,6 bilhões de ECUs
Participação no PIB da UE	1,0 por cento

Itália	
Capital	Roma
Área	301000 km ²
Habitantes	57,5 milhões
PIB	101,8 bilhões de ECUs
Participação no PIB da UE	14,1 por cento

Finlândia	
Capital	Helsinki
Área	338000 km ²
Habitantes	5,1 milhões
PIB	105,7 bilhões de ECUs
Participação no PIB da UE	1,5 por cento

Espanha	
Capital	Madrid
Área	506000 km ²
Habitantes	39,3 milhões
PIB	472,0 bilhões de ECUs
Participação no PIB da UE	6,6 por cento

Luxemburgo	
Capital	Luxemburgo
Área	3000 km ²
Habitantes	0,4 milhão
PIB	13,9 bilhões de ECUs
Participação no PIB da UE	0,2 por cento

Suécia	
Capital	Estocolmo
Área	450000 km ²
Habitantes	8,8 milhões
PIB	202,0 bilhões de ECUs
Participação no PIB da UE	2,9 por cento

Suécia

O partido S (sociais-democratas) venceu com 26,1%, 6 deputados; o M (conservador) 20,6%, 5 deputados; V (ex-comunistas), 15%, 3 deputados; FP (liberais), 13,8%, 3 deputados; MP (verdes), 9,4%, 2 deputados; KD (cristãos-democratas), 7,7%, 2 deputados; C (centro), 6%, 1 deputado.

A Suécia tem 8,8 milhões de habitantes e 6,9 milhões de eleitores. Representação proporcional à escala nacional com voto preferencial. Para eleger deputados é necessário um mínimo de 4%.

Há ânimo para continuar

JERÓNIMO DE SOUSA
Membro da Comissão Política

PARTICULARMENTE em tempo eleitoral, quando nos canais televisivos, em algumas estações de rádio e nos jornais «fazedores de opinião», o Partido, as suas iniciativas e propostas são silenciadas e distorcidas; quando uma legião de comentadores e analistas (registem-se as excepções) puxam da caneta ou da língua como quem puxa de faca afiada para antever ou proclamar a morte anunciada ou o declínio irreversível do PCP (há quantos anos andam os homens nisto), apetece-nos reagir emocionalmente a tanta aldrabice e manipulação.

Depois, serenamente e em legítima defesa, lá respondemos e protestamos ainda que saibamos que os tais comentadores e analistas reagem ao debate das ideias e dos factos como o macaco sábio que não ouve, não fala, não vê ou como diz o nosso povo, «enrolam o rabinho», salvo seja.

Vem isto a propósito da campanha das eleições para o Parlamento Europeu. Na TSF, um dos analistas da moda, daqueles que vai a todas, quando 1700 sindicalistas e membros de comissões de trabalhadores subscreveram o seu apoio à CDU, dava como exemplo máximo da desgraça o apoio da CGTP à CDU. Assim, sem mais nem menos, a SIC tinha dado o mote e o Público deu-lhe continuidade.

Esta tirada magnânima, que mais do que ignorância revelava má-fé, quis condicionar o direito de 1700 cidadãos eleitores, sindicalistas e membros de comissões de trabalhadores a optarem livremente pelo apoio à força política que mais se identificou com a sua generosa e empenhada luta na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores. Sabia o titulado analista que a CGTP, as Federações e Uniões sindicais, os Sindicatos e as Comissões de Trabalhadores como estruturas não fizeram tal coisa. Mas muitos dos seus membros sentiram-se não só no seu direito, mas no seu dever de manifestar o seu apoio àqueles que no Parlamento Europeu, tal como na Assembleia da República e no tempo todo que medeia entre as campanhas eleitorais, se bateram contra o pacote laboral, deram combate à discricionária interpretação das pausas no horário de trabalho, foram pioneiros na apresentação do projecto das 40 horas, defenderam o interesse nacional dos trabalhadores em relação aos têxteis, aos caminhos-de-ferro, à ex-Renault, à Siderurgia Nacional, foram a única voz solidária com a luta dos pescadores na Assembleia da República, e com tantas outras lutas que se deram.

Doeu ao homem, isto! Como doeu ao canal de Balsemão ou ao jornal de Belmiro, como incomodou o Governo PS.

E embora em tempos e em situações diferentes, inquietou-me um regresso de memória quando, antes de Abril, numa assembleia de metalúrgicos na *Voz do Operário*, vigiada e pressionada por centenas de polícias, manifestando os delegados o seu descontentamento pelo papel do governo de Marcelo Caetano nas negociações do contrato, o Comissário ter avisado: Falem mal dos patrões mas não falem mal do governo!

O analista sabe que é na empresa, na acção e denúncia das estruturas de classe que se demonstra a estreita ligação entre

os problemas dos trabalhadores e a política, que ressalta a coincidência estratégica entre os interesses do patrão e os do Governo PS e dos partidos da direita, que aí se despertam consciências, se libertam energias de luta e de combate propiciadores de uma nova consciência política e eleitoral.

E para o capital e a ideologia dominante não há coisa mais perigosa e maldita que a política feita na empresa, saber quem são os autores das leis laborais injustas e quem vai beneficiar com elas, exigindo por isso que os trabalhadores se «dispam» à porta da fábrica ou dos serviços para ficarem reduzidos ao papel de simples factor de produção, de capital «humano». O capital e os seus arautos têm a ideia precisa de que tal limite conduzirá à função redutora da activi-

terror-se-ão as sondagens minimalistas do «declínio irreversível», caldeadas com alguma intriga do costume.

Mas existem dois problemas.

O primeiro é que, apesar dos artificios e encenações, da realidade virtual, os trabalhadores e outros sectores da sociedade portuguesa continuam a ser confrontados na sua vida quotidiana com dificuldades, problemas e inseguranças resultantes de uma política injusta ao serviço da fortuna e do privilégio; que apesar das tristes rectificações de uns poucos e do desencanto de outros, haverá sempre muitos que lutarão pelas suas aspirações e interesses, como ficou e está a ser demonstrado neste último ano de legislatura.

O segundo é que o PCP e a CDU, num quadro cheio de

complexidades e dificuldades, alcançou um resultado eleitoral capaz de impulsionar votos e vontades para a batalha das legislativas, impedir que o PS alcance a maioria e o poder absolutos e abrir caminho que possibilite uma viragem à esquerda na política nacional.

E nós sabemos que milhares de portuguesas e portugueses que, numa tomada de consciência social, lutaram ao lado e com o PCP, se confrontarão ainda com preconceitos e hesitações na sua



Apresentamo-nos nesta batalha com um sentimento de que é possível reforçar a influência social, política e eleitoral do PCP



dade política dos cidadãos empurrados para o papel de espectadores de campanhas eleitorais e de meros votantes, decisivamente influenciados por aquilo que se vê, ouve ou parece que se vê nos grandes meios de comunicação social. Acabadas as eleições, quem receberá os ministros, os secretários de Estado, os deputados, serão os detentores da empresa, para fazerem a sua política.

A história tenderá a repetir-se face à proximidade das eleições legislativas. Ressurgirá a política espectáculo e o facto político ampliado na comunicação social. O Governo inaugurará pela 5.ª vez o que foi inaugurado, o Manuel Alegre fará um discurso à esquerda em Coimbra e o António Vitorino, em Lisboa, fará o discurso à direita; às eleições europeias quase reduzidas artificialmente à eleição de Soares para Presidente do Parlamento Europeu, suceder-se-ão as legislativas para a eleição de um 1.º Ministro, com a desvalorização da eleição dos outros 229 deputados. Se necessário, agitar-se-á o papão da vitória do Barroso e mão amiga não há-de faltar a Paulo Portas. Para o PCP e a CDU, desen-

opção de voto; que estiveram ali durante 52 semanas na luta pelas 40 horas; ali durante mais de 70 dias na greve da pesca do arrasto; ali na luta da Petrogal, dos ferroviários, da Administração Pública, da Cabos D'Ávila; que ao lado dos comunistas alcançaram vitórias das listas unitárias na Auto-Europa, na Banca, na Phillips de Aveiro; ali na maior manifestação de rua dos últimos 12 anos contra o pacote laboral. Mas o trabalhador que luta há-de, mais cedo que tarde, aliar as suas razões de luta à razão do voto.

Apresentamo-nos nesta batalha com um sentimento de que é possível reforçar a influência social, política e eleitoral do PCP. Esta confiança não advém de nenhuma perspectiva de facilidades, de favores do capital e da comunicação social. Contamos com homens e mulheres concretos, com os militantes, com aquela lista notável de apoiantes da CDU, que à luz de grandes valores e causas sociais querem estar com quem trabalha e quem luta quando, por razões de origem e pela feição do vento, podiam estar no lado de lá.

Dá-nos ânimo para continuar.

Na ressaca serenamente

Cada acto eleitoral é - deve ser, tem de ser - um momento privilegiado de reflexão sobre o País que somos, sobre o Partido que somos no País que somos. Não porque as eleições sejam toda, ou sequer a mais importante, intervenção política no País em que queremos ser, e em que queremos ser com o contributo indispensável do Partido que tomámos. Porque nós, os que deste Partido somos, tomámos partido. E dele não abdicamos. E o partido que tomámos foi o dos trabalhadores, foi o do povo português.

Já o tinha sentido. Decerto com atraso relativamente a outros camaradas, há muito vinha sentindo mudanças que estas campanhas e eleições para o Parlamento Europeu vieram tornar ainda mais evidentes.

Milhares e milhares de quilómetros, centenas de debates, pequenas sessões, encontros, visitas, reuniões - com estruturas sindicais, com organizações de tra-

ela está a ser feita e ainda que, relativamente às eleições acabadas de realizar, até já o mais substancial dessa reflexão foi logo feito em reunião do Comité Central.

Não o nego, bem pelo contrário!, mas acrescento que cada militante também é local próprio para essa reflexão. E esta tribuna é, por sua vez, espaço para reflexões de um militante.

De bastiões...

Nos meados dos anos 50, quando Champalimaud veio dos cimentos para o aço, para o que procurou e arrebanhou à sua maneira muitos apoios, como o de um alvará que o condicionamento industrial exigia e que conseguiu através de Spínola & irmão - facto pouco conhecido mas que não me canso de lembrar -, houve reservas e franzires de sobrolho do ditador Salazar.

Porquê? Porque Salazar temia concentrações operárias, assustava-o a perspectiva de se juntarem milhares de trabalhadores do aço, de metalúrgicos!, ainda por cima na orla norte de um Sul onde o proletariado agrícola, criado pelo latifúndio, não lhe inspirava a tranquili-

ram estaleiros navais importantes (Lisnave, Setenave), apareceram pólos até Vila Franca de Xira, na Amadora e outras periferias de Lisboa.

É verdade que o têxtil e os concentrados tornaram-se relevantes actividades industriais mas, para a reflexão que pretendo "arrumar", sublinho o peso e a localização da metalurgia e afins.

Em termos de luta política, e sem preocupações académicas, parece possível dizer-se que o PCP assentou a sua força, como partido da classe operária, na chamada cintura industrial de Lisboa, com outros bastiões no proletariado agrícola, no Alentejo e em Alpiarça, e também na zona industrial vidreira da Marinha Grande de heróicas tradições.

Isso ter-se-á traduzido, inevitavelmente, nas expressões eleitorais dos primeiros actos de democracia representativa após o 25 de Abril. E poderá talvez afirmar-se que assim se prolongou com alterações quantitativas que, no entanto, não justificavam que se deixasse de encarar o PCP como um partido descontínuo, de bastiões fortes.

A distribuição espacial do poder local melhor o mostrava. A força do PCP estava concentrada, quase diria emblematicamente, no distrito de Setúbal, no Alentejo,

Os grandes grupos recuperaram posições de influência e domínio na política, transnacionalizaram-se e financeirizaram-se, o que apareceu de novidade foi ligado à distribuição, mas também aqui com uma vertente transnacional. É útil lembrar que os grupos dominantes de antes de 1974 se caracterizavam por serem mais domésticos que internacionais.

... a círculo único

Na viragem das décadas de 80 para 90 e na primeira metade desta foi notória a mudança no espectro político-partidário. Em contexto e evolução internacionais muito desfavoráveis, com o aparelho produtivo desvalorizado face à distribuição, finança e especulação, com uma enorme concentração e centralização do poder económico (melhor: financeiro), abundaram os sinais de mudança político-partidária.

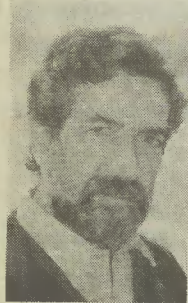
A quebra de influência no distrito de Setúbal, a perda de concelhos como Marinha Grande, Amadora, Vila Franca, por último Alpiarça, poderiam até prefigurar uma rampa descendente para que, aliás, não faltaram referências de evoluções lá por fora.

No entanto, no entanto... o Partido, com surpresa de cangalheiros apressados e reincidentes, aguentou-se. Se muito perdeu nos bastiões, ganhou influência e intervenção onde antes não a tinha, onde antes até fora e estivera banido. Aqui numa junta de freguesia, ali numa vereação, acolá numa assembleia municipal. Sempre na luta, trabalhando em defesa dos trabalhadores, sempre procurando resolver problemas do povo. Credibilizando-se.

As "europeias", como eleições de círculo único, são apropriadas para esta análise (análise a fazer, que outros terão mais adiantada e aqui fica apenas enunciada). Entre 1989 e 1994, no Continente, apenas em três concelhos subimos a votação (em Ourém e em dois pequenos concelhos do distrito de Viseu), mas já entre 1994 e 1999 observámos a continuação das descidas nos ditos bastiões - nos distritos de Beja, Évora, Setúbal, talvez merecendo ser assinalada uma excepção no concelho de Alpiarça - e subidas em número de eleitores por todo o País, com duplicação na RA da Madeira e com algum significado em Aveiro, Braga e Coimbra. É certo que mantendo-se grandes diferenças, mas confirmando tendências.

Este panorama eleitoral é, apenas, um dos muitos ângulos por onde observar a realidade e a sua dinâmica. Temos de saber usar os dados desta observação para melhor conhecer a realidade e as suas mudanças. Só assim somos e seremos revolucionários.

Vai mudando a realidade. Nós, que fazemos parte dela, com ela mudamos e, se queremos transformá-la - e queremos-lo! -, temos de mudar por forma a podermos continuar a ser o que sempre fomos. Um partido dos trabalhadores. De classe.



■ Sérgio Ribeiro



balhadores, com administrações de empresa, com associações sectoriais -, muita informação e esclarecimentos mútuos, têm necessariamente de provocar reflexão sobre o que está diferente da(s) última(s) vez(es), sobre o que mudou e o que está a mudar. No País, e no modo como o Partido sente e reflecte o País, como o País vê e aceita (ou não) o Partido.

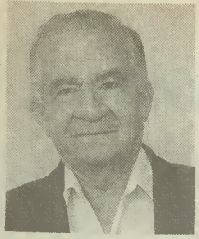
Dir-me-ão que há locais próprios para essa reflexão, que nesses locais próprios

dade da paz podre e da repressão instalada que desejava e que o PCP perturbava. Como o contrariava a evolução internacional e... os ventos da História.

Mas Salazar, o "Botas", não podia fazer parar esses ventos, que da História eram, e com a CEE, a EFTA, a guerra colonial, a emigração, Portugal mudou muito na década de 60. Os grandes grupos económicos ganharam, nalguns casos, dimensão industrial, a Siderurgia não ficou sozinha na metalurgia, surgi-

tejo, nos concelhos de Amadora, Loures, Vila Franca de Xira, Alpiarça, Marinha Grande.

Com a entrada para a CEE, hoje UE, com a desvalorização das actividades produtivas, com as privatizações, com o dismantlar dos estaleiros, a destruição da Siderurgia e desmembrar da metalurgia pesada, com a agricultura em pousio, com a crise na indústria vidreira, a alteração na estrutura económica tinha de arrastar mudanças sociais e políticas.



■ Miguel Urbano Rodrigues

Sobre os limites do poder imperial dos EUA

O sistema de poder que controla as modernas sociedades informacionais, depois de haver desencadeado a mais criminosa e irracional das guerras contemporâneas, desenvolve agora um esforço enorme para persuadir os povos da Terra de que tal guerra não só foi necessária como atingiu plenamente os seus objectivos e terminou com uma vitória absoluta e límpida dos EUA.

Estamos perante uma mentira colossal. Desmascará-la é um dever político e ético.

No início de Abril, antes de do céu começarem a cair bombas sobre o solo da Jugoslávia, a Casa Branca e o Departamento de Estado reconheciam ainda publicamente que a opção pela guerra fora o resultado da recusa jugoslava em aceitar o conteúdo do chamado Anexo B, de Rambouillet. O governo de Belgrado aceitara praticamente todas as exigências apresentadas anteriormente por Washington, nomeadamente as relativas a uma ampla autonomia para o Kosovo. Mas quando o Anexo-B, em golpe de prestidigitação ideado por Madeleine Albright, foi colocado na mesa da Conferência, a Jugoslávia respondeu com um não categórico. Submeter-se seria aceitar a transformação do país numa colónia dos EUA, gerida pela NATO como seu instrumento de dominação político-militar na Europa.

Durante quase 80 dias a Jugoslávia foi bombardeada com selvajaria. Ministérios, hospitais, escolas, pontes, edifícios religiosos, fábricas, emissoras de televisão, residências familiares foram destruídos numa orgia de violência. Centenas de milhar de habitantes do Kosovo, fugindo das bombas, refugiaram-se nos países vizinhos.

Incapazes de obrigar a Jugoslávia à rendição incondicional através da agressão aérea - e temendo as consequências de uma intervenção terrestre - os EUA, finalmente, decidiram negociar. O mediador principal foi a Rússia e o político que a representou nas negociações, Chernomirdin, adoptou desde o início uma atitude ambígua. Pendeu sempre para o lado norte-americano.

Entretanto, não obstante a relação de forças ser extremamente desfavorável, o chamado Plano de Paz aprovado no dia 10 de Junho pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas - com a abstenção da China - não permitiu aos EUA atingir as metas estratégicas que haviam fixado. A leitura comparada desse Documento e do texto de

Anexo B de Rambouillet demonstra com uma clareza meridiana que os EUA obtiveram apenas uma vitória pírrica, ou seja uma falsa vitória que contém em si os germes de futuras derrotas.

Nem um só dos pontos fundamentais do Anexo consta do documento aprovado pelo CS.

Primeira derrota dos EUA: a palavra NATO somente

aparece uma vez no texto do Acordo Militar na referência ao fim dos *air strikes* (ataques aéreos). Ora, no Anexo, a NATO surgia como um super poder que reduziria a Jugoslávia à situação de protectorado. Vinte artigos - do 3.º ao 22.º - impunham as exigências do poder ocupante que iam da imunidade total dos oficiais e soldados das tropas da NATO ao seu direito de circularem por toda a Jugoslávia como se esta fora uma colónia.

Primeiro fracasso estratégico: A «solução política para a crise do Kosovo» não foi a pretendida pela NATO mas um compromisso baseado nos princípios gerais do acordo obtido no G-8 e em Belgrado. A conclusão do processo foi atribuída à ONU, inicialmente ignorada pelos EUA e seus aliados. Foi sob os auspícios das Nações Unidas e não da NATO que as forças do KFOR se instalaram no Kosovo.

Segundo fracasso: o exército jugoslavo, cuja destruição era meta prioritária, sobreviveu à agressão praticamente intacto, segundo reconhecem os próprios observadores do Pentágono e o semanário britânico *Observer*.

Terceiro fracasso: Milosevic, satanizado como novo Hitler no âmbito de uma campanha histórica, permanece na Presidência da Jugoslávia, não obstante o seu afastamento do poder ter sido anunciado como exigência por Washington.

Quarto fracasso: o referendo que, dentro de três anos, decidiria o futuro do Kosovo foi esquecido; o Plano de Paz não se refere sequer ao assunto.

Quinto fracasso: os EUA aceitaram a presença no Kosovo, em data a determinar, de um contingente de tropas jugoslavas, hipótese antes excluída.

Sexto fracasso: o Plano de Paz inclui um item sobre a desmilitarização do UCK, iniciativa que, em Rambouillet, fora combatida pelos EUA.

Novas agressões no horizonte

Obviamente, os EUA não vão respeitar o próprio Acordo que, com a sua plena concordância, foi aprovado no CS. Já começaram a desrespeitá-lo. O simples facto de o comandante do KFOR ser o general Michael Jackson - o falcão britânico na NATO - dissipa ilusões quanto à forma como o Plano de Paz vai ser aplicado. Embora mascaradas, as tropas de ocupação são, no fundamental, as da NATO.

Mas isso não diminui o significado da derrota estratégica que Washington sofreu ao aceitar a intervenção no processo do Conselho de Segurança, a exclusão da NATO como interlocutor político e um compromisso que substituiu o *diktat* previsto.

O bombardeamento desinformativo que pretende apresentar o desfecho da guerra como uma grande vitória norte-americana enganará certamente milhões de ingénúos, mas não tem o poder de eliminar a realidade. A guerra de agressão contra a Jugoslávia não atingiu os objectivos estratégicos fixados pela Casa Branca e ficará a assinalar os limites do poder imperial dos EUA precisamente num momento em que Washington acalenta a ilusão do poder perpétuo.

A lógica da política norte-americana e o funcionamento do sistema que a ela conduz, ou, mais exactamente, a sua irracionalidade, apontam para novas guerras de agressão. As guerras de média intensidade passaram a ser indispensáveis a uma engrenagem na qual a defesa de uma ordem económica e social que aumenta a clivagem entre ricos e pobres empurra os EUA (gestores e garantes do neoliberalismo mais agressivo) para acções punitivas frequentes e cada vez mais violentas e criminosas. Simultaneamente o complexo militar-industrial precisa desses conflitos para fazer negócios bilionários, vender armas, consumi-las e ensaiar novos engenhos de destruição, em exercícios de tiro ao alvo contra países pobres.

Mas, dialecticamente, os fracassos dos EUA (a NATO é apenas um instrumento sem existência autónoma) colocam também a humanidade perante os limites dessa estratégia de loucura.

Se Washington, após 11 semanas de bombardeamentos, não conseguiu impor um *diktat* cujo conteúdo traz à memória os do III Reich nazi, cabe perguntar o que aconteceria se o *inimigo* escolhido, em vez da pequena Jugoslávia com 11 milhões de habitantes, fosse um grande país do Terceiro Mundo, um gigante como o Brasil, o México, a Indonésia, ou a Índia.

Dir-se-á que tal hipótese é improvável. Mas a própria dinâmica e irracionalidade da globalização neoliberal apresenta-se como fonte geradora de crises económicas cada vez mais graves, acompanhadas de consequências sociais devastadoras. A crise global de civilização que estamos vivendo não pode ser separada da irracionalidade das políticas que aprofundam abismos materiais e provocam explosões sociais de intensidade crescente.

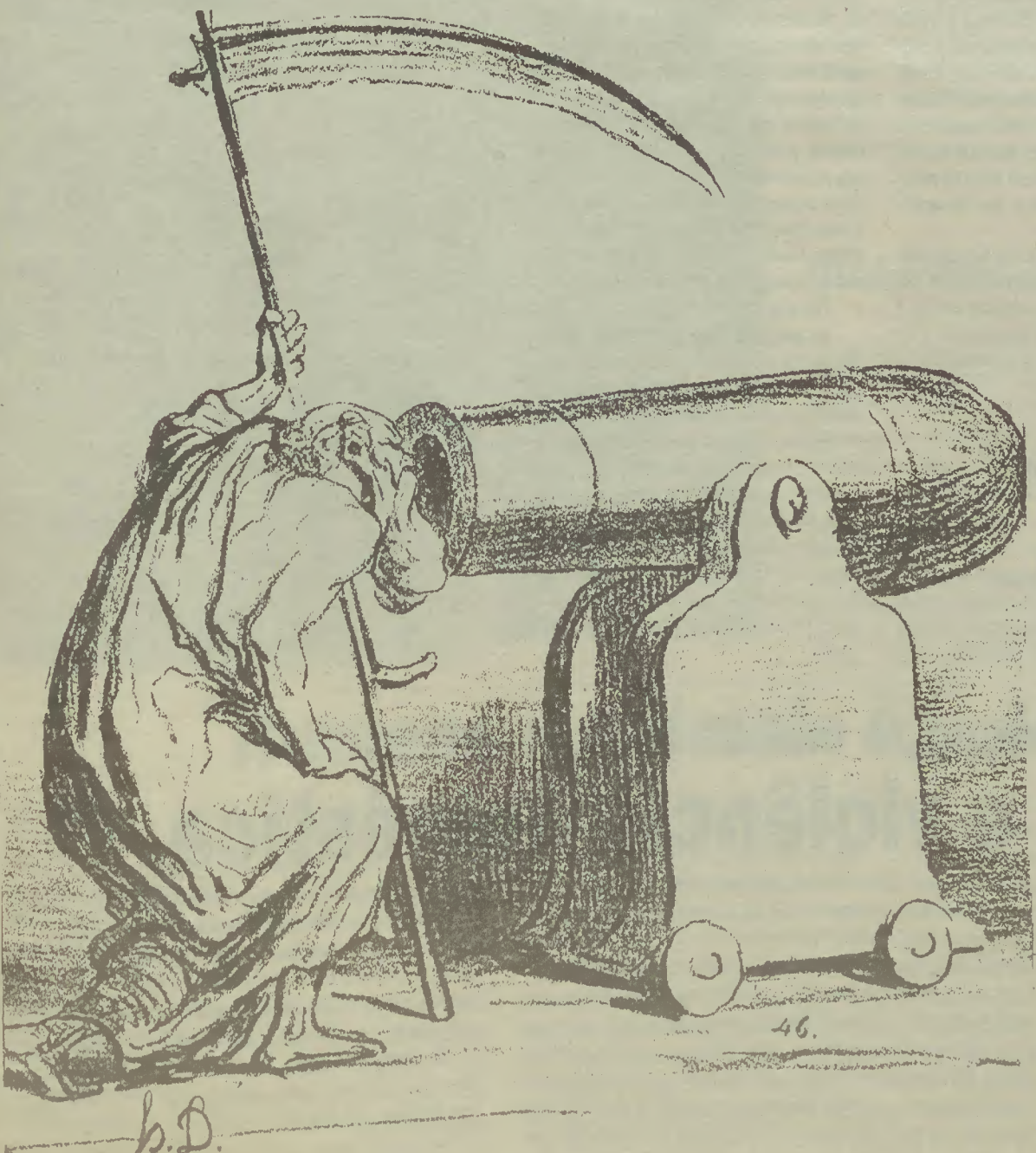
A tentação de responder com a força a essas situações é permanente nos EUA. Mas a história, como lembrou Marx, nunca se repete, ou pelo menos os efeitos em situações aparentemente análogas são muito diferentes. Se em vez do pequenino Kosovo (do tamanho do distrito de Beja), o pretexto-alvo para uma nova guerra de agressão fosse um país de dimensões continentais como o Brasil - onde a crise se agrava ao contrário do propalado pelos *media* - o desfecho poderia ser eventualmente uma intervenção pantanosa capaz de fazer explodir toda a América Latina.

Em primeiro lugar ocorre perguntar: o que iriam bombardear os aviões da USAF? Certamente não seriam as instalações das transnacionais, componentes fundamentais da indústria brasileira.

Em segundo lugar parece improvabilíssimo que no caso de se envolverem num conflito dessa natureza os EUA pudessem contar com a ajuda, por exemplo, de Estados como a França ou a Alemanha. Coligações como aquela que sob as cores da NATO se cobriu de vergonha no Kosovo, não são facilmente repetíveis.

A história ensina-nos, entretanto, que o apetite de poder nos grandes impérios é insaciável. No caso dos EUA, bastião da globalização neoliberal e garante, pela força das armas, quando necessário, do funcionamento da engrenagem do sistema, o sonho de um domínio universal e perpétuo sobre os povos da Terra enraíza-se numa perigosa irracionalidade. Não é uma irracionalidade de fácil definição. Assemelha-se cada vez mais pela sua dinâmica agressiva, nas relações do Estado norte-americano com os povos débeis e pobres, àquela que ficou a assinalar os crimes do Reich alemão nazi, constituindo uma ameaça colectiva para a humanidade.

O perigo é tanto mais assustador quanto o monstruoso sistema imperial norte-americano não demonstra ter consciência dos limites do seu imenso poder. Limites que ficaram transparentes após a guerra de agressão contra a Jugoslávia.



Manoel de Lencastre

Na Grã-Bretanha que faz a guerra à Jugoslávia...

Há feridas que sangram

Quem conhece bem a Grã-Bretanha, sabe que a sociedade está organizada e que as instituições, algumas arcaicas, funcionam. Eis um país onde ainda é possível sobreviver desde que não se questione o papel do Estado capitalista e não se conteste o que é tido pelos ingleses como a sua superioridade relativamente aos outros povos. Mas mil perplexidades aguardam os que chegam a esta terra de tão estranho e gritante passado pretendendo conhecer o âmago da vida e da sociedade britânica em vez de se contentarem com a fachada do palácio de Buckingham, o render da guarda, a Torre de Londres ou um olhar distante sobre o N.º 10 de Downing Street.

Vamos viajar, hoje, portanto, através de uma sociedade confusa e desorientada onde tudo, aliás, parece em magnífica ordem, superficialmente, mas em cujo seio se sofre e as feridas sangram. Isto, enquanto os trabalhistas-blairistas fazem a guerra no país de outros e esquecem, deliberadamente, o que lhes vai em casa. Notaremos, também, as organizações particulares que, perante o desinteresse do governo, lutam no espaço incrível onde o país delira, chora e morre.

Toda a Grã-Bretanha se sentiu abalada, recentemente, pelo frio, matemático e cruel assassinio, com um só tiro de pistola, da popular apresentadora de programas da BBC-TV, Jill Dando, e pela ruína e prisão do ministro das Finanças do antigo governo conservador de John Major, Jonathan Aitken. Trata-se de acontecimentos diferentes, evi-

dentemente. Mas revelam que na sociedade britânica se vive de maneira inquieta e temerosa a atmosfera moderna em que a conquista da celebridade tem um preço elevado. No caso de Miss Dando, a Grã-Bretanha perdeu, incompreensivelmente, uma das suas flores mais sedutoras e suaves. No de Mr. Aitken, um sobrinho em segundo grau de lord Beaverbrook, assistiu-se à catástrofe de uma vida que, apesar das altas posições ocupadas, não resistiu às tentações perigosas em que se afundou. O ex-ministro, sem ter convencido ninguém, ultrapassou acusações graves de envolvimento com árabes no tráfico de armas e de prostitutas. Mas os crimes de perjúrio e de tentativa de alterar o curso da justiça, provados no Old Bailey, levaram-no a receber uma pena de 18 meses de prisão.

Visitamos, pois, a Grã-Bretanha interior, íntima, profunda, aquela que os turistas não divisam. Já não desejamos mencionar as feridas do desemprego, do trabalho precário, da exclusão, da pobreza que alastra frente ao espectáculo constante da baixa classe-média que enche os wine-bars e vive no delírio do crédito. O que surpreende, repetimos, é que o governo do *New Labour* liderado pelo hipócrita Blair e por espantosos ministros da velha escola trabalhista, George Robertson e Robin Cook, iludiu todo o país e dirige a guerra contra a Jugoslávia para afirmar os «direitos sagrados» dos kosovares albaneses, mas esquece as feridas, as profundas feridas que fazem sofrer o seu próprio povo. As pessoas podem deixar-se enganar, Mr. Blair, uma, duas, três vezes... mas não sempre!

Divórcios, separações gente sem abrigo

Numa sociedade desorientada como é a britânica, os divorciados e os separados são quase um país diferente. O mundo que os aproximou e uniu, divide-os. Nomeiam-se advogados. Em que consiste o *estate* (capital fixo ou fluante do casal)? Não possui bens? O divórcio arranja-se em dois meses ou até, talvez, em dois dias. Mas possui alguma coisa? E existem compromissos financeiros? Começa, então, a mais dolorosa e difícil de todas as batalhas – no terreno da divisão dos bens e da liquidação das dívidas do casal. É nesta conjuntura que se cria aquilo que os ingleses designam como *one parent family* (família amputada de um dos dois cônjuges) no âmago das quais se formam crianças que entram, gradualmente, no reino dos circunspectos, dos descontentes, dos insensíveis. Quem procura ajudar as famílias desunidas ou desorientadas por desavenças e conflitos que as liquidam são o National Council for One Parent Families, o National Family Mediation e o Parent Network.

Outra das grandes chagas sociais que sem dificuldade se descobre na Londres capital do cosmopolitismo, é a dos sem abrigo. Milhares de pessoas vagueiam pelas ruas, pelos par-

ques, no interior das estações de comboios e do Metro. É juventude que abandonou as suas cidades de origem para descer à grande metrópole em busca da aventura, das portas do êxito. São homens cabisbaixos que foram *businessmen* e caíram na bancarrota. Mulheres de quem as famílias se desembaraçaram. Gente que se envergonha da sua miséria e se abandona. Velhos que hesitam antes da prática de um crime vulgar que os leve ao apaziguamento, na prisão.

De todos, ocupa-se a famosa organização Shelter, mas em condições problemáticas. Por cada pessoa para quem se encontra abrigo, a sociedade de classes, da democracia e do capitalismo «fábrica» mil que, evidentemente, deixa no meio das ruas.

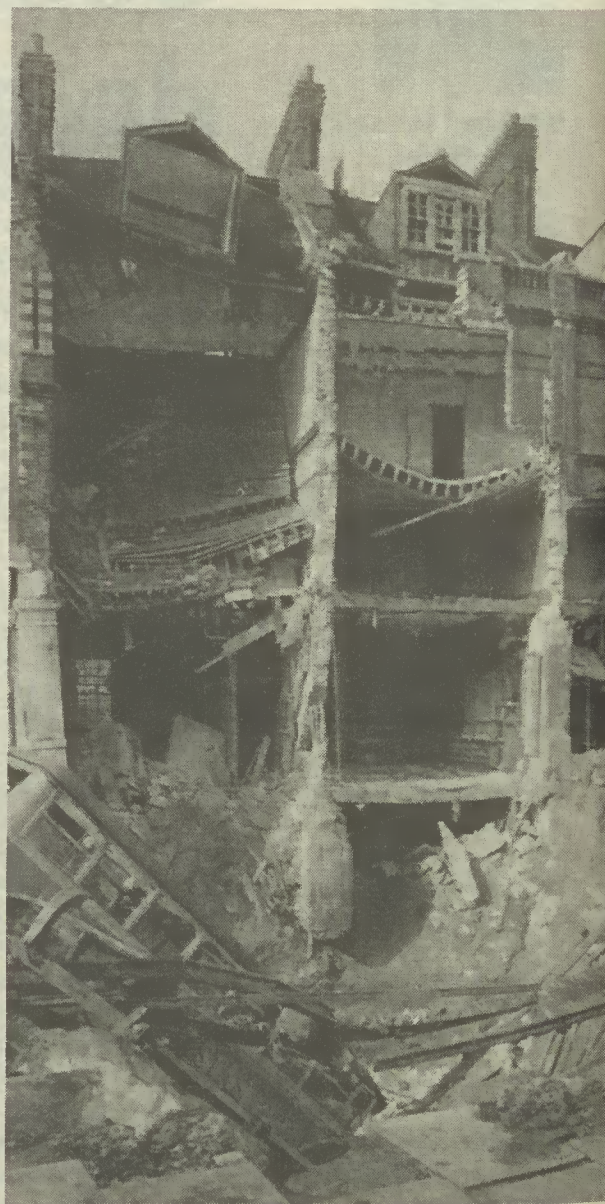
Doenças mentais e tabagismo

Sem dúvida, o grande país que é a Grã-Bretanha não compreendeu a trágica decisão do governo de Margaret Thatcher, há 13 anos, de mandar encerrar as instituições reservadas

aos cidadãos com doenças mentais e psicológicas. Por que havia o Estado, no fim de contas, de arcar com as despesas desses hospitais? Não tinham os pacientes famílias que os recolhessem? Como se sabe, acabaram todos nas ruas e faz imensa pena deparar com estes deficientes que vagueiam pelas artérias das cidades, pelos parques, nos transportes públicos – saquinhos de plástico nas mãos com todos os seus haveres. Qual o seu destino? Como poderão a National Association for Mental Health e a Saneline obstar ao crescimento do número destes infelizes cidadãos?

Eis uma impossível tarefa.

Os que já estão asfixiados pelo tabagismo e vão morrer de cancro nos pulmões, contam-se por milhões. Prosperam, porém, as grandes indústrias britânicas e americanas de produção de cigarros e algumas têm-se fundido para tornarem-se transnacionais mais poderosas, ainda. O recurso aos cigarros continua a ser uma resposta filosófica que se adopta quando pretende esquecer-se a realidade e sonhar ou fugir para o distante universo da fantasia. A *Smokers Quitline* não tem quaisquer hipóteses, apesar da energia e da boa vontade dos seus impulsores.



Desaparecidos

Os milhares de desaparecidos que o país, ansiosamente, procura, ou foram raptados ou, simplesmente, terão decidido voltar as costas ao mundo e mergulhar no desconhecido. A polícia tem ficheiros inextinguíveis de rapari-

corpos abandonados em ravinas longínquas, em minas fora de uso, em caixotes do lixo. A instituição que procura lutar contra os bárbaros crimes sexuais que se praticam, diariamente, na Grã-Bretanha, chama-se "Rape Crisis Centre".

Drogas

Naturalmente, o império dos estupefacientes estende os seus tentáculos a todos os cantos do país. As autoridades policiais e alfandegárias, é justo que se diga, não descansam no combate ao tráfico de drogas mas, apesar dos meios vastos de que dispõem, travam uma luta difícil e sem reais possibilidades de vitória. As grandes cidades britânicas são oceanos de cocaína. E a juventude, como sempre, a vítima preferencial. Nas prisões, alas inteiras estão ocupadas por pequenos distribuidores de estupefacientes enquanto os controladores de todo esse infame comércio continuam para além da alçada dos tribunais. O consumo de drogas começa a fazer parte da existência diária de muita gente. Em certas cidades, bairros inteiros vivem desse e para esse consumo. Que o diga as organizações que operam em tão difícil terreno, o "Turning Point" e o "Release Emergency Service".



gas e mulheres classificadas como desaparecidas. Mas, das duas, uma: ou foram, de facto, raptadas e, secretamente, transportadas para terras distantes ou desistiram da sua identidade, da personalidade em que se definiam, do ambiente em que existiam, dos conflitos em que se envolveram. Onde vai a Polícia encontrar os desaparecidos? A verdade é que estão quase todos entre nós. Constituem um mundo imenso dentro do nosso. Perante a impotência da "Scotland Yard" que tem muito mais que fazer, distinguem-se as actividades dos "Message Home", "Missing Persons Helpline" e "The Salvation Army Family Tracing Service".

Samaritanos lutam contra a solução final

Existe um derradeiro recurso para todos os problemas que vimos observando – o suicídio. Mas para combater esta alucinante alternativa também se destaca o trabalho de uma organização única, a dos Samaritanos. Estão em toda a parte. Basta telefonar-lhes para o 0345-909090 e eles aí estarão prontos para uma das mais singulares tarefas – a de dissuadirem as vítimas e às vezes os autores de todas as calamidades que marcam a vida britânica, da prática do acto final.

Os Samaritanos funcionam a vinte e quatro horas diárias, ininterruptamente. Tentam suspender a morte dos desorientados e vacilantes a quem só falta o último passo. Falam de esperança, de uma possível vida nova. Alguns, sugerem mesmo a luta por um mundo diferente, mas segundo as regras do capitalismo – o que não constitui solução alguma. Na verdade, o sistema económico-social da exploração do homem pelo homem é o grande responsável pelo que se passa na Grã-Bretanha e em todo o mundo.

Violência sexual

O assalto sexual e a violação pertencem à história da Humanidade na selva social. Mas a Grã-Bretanha «democrática» decretou, há muito, que as pessoas têm direitos invioláveis. Entretanto, milhares de cidadãs que desconfiam da polícia e da sobrecarga dos seus agentes, preferem guardar só para si o segredo dos crimes de que foram vítimas. Diariamente, os jornais trazem a público histórias revoltantes de assaltos e abusos sexuais contra crianças que, de uma forma geral, acabam assassinadas, os seus

Homens e animais ligados no sofrimento

Há ceguinhos nas ruas. Só não os vê quem não quer. Os esforços do Royal National Institute for the Blind, ainda que louváveis, não chegam para atenuar os sacrifícios consentidos pelos invisíveis. São cidadãos ofendidos, de estatuto secundário. Ninguém lhes oferece trabalho. Ninguém lhes dá a mão ou lhes oferece uma oportunidade. Pretende-se, simplesmente, que não existam.

Mas as multidões que sofrem do vírus HIV (SIDA) recebem alguma publicidade quando personalidades da vida política ou social as visitam sob os auspícios da National Aids Help ou do Terence Higgins Trust. Nessas alturas, a realidade surge. Mas logo impera a tendência para esquecer. Evidentemente, também o alcoolismo derrota e devora a alma britânica, desvia-lhe os

melhores instintos e lança as suas vítimas, homens e mulheres, nas negras catacumbas da inconsciência e da brutalidade. Isto, não obstante a esforçada acção humanitária dos Alcohol Anonymous que o governo ignora, enquanto os negócios das destilarias e dos importadores de bebidas alcoólicas continua a prosperar.

Os animais sofrem num país onde são constantes as referências ao tradicional «amor dos ingleses pelos seus *pets*». Basta observar os depósitos para onde são atirados os cães e os gatos que a Inglaterra tanto ama quando o chamamento das férias ou de viagens os seduz. A violência contra os animais em jardins zoológicos privados repugna. Naturalmente, desmentem-na. Mas ela existe. O trabalho da RSPCA (Royal Society for the

Prevention of Cruelty to Animals) é dos difíceis e dos menos gratificantes. Todos os dias, a todas as horas, é preciso assistir animais indefesos, vítimas da maldade dos homens.

Essa maldade, entretanto, os homens reservam-na para si mesmos, também. Principalmente, se em luta por interesses materiais definidos e à vista. Intimidam-se. Ameaçam-se. Chantageiam-se. Atraíam-se. Matam-se. Vagas de criminalidade assolam o país. Que o diga o National Office for Victim Support. É por isso que as prisões estão cheias. Ninguém pode conhecer, verdadeiramente, os subterrâneos da vida londrina se não souber o que se passa nas penitenciárias de Wormwood Scrubbs, Wandsworth, Belmarsh ou na própria Ford Open Prison (prisão aberta, só para *gentlemen*).

Crimes na estrada (road rage), o mal do jogo, dívidas e violência doméstica

Em toda a vasta metrópole londrina não é difícil deparar com os milhares de pessoas cujas dívidas lhe consomem a existência. Débitos aos bancos, às companhias emissoras de cartões de crédito, a particulares, a casas de penhores, a casinos, a estabelecimentos de produtos alimentares e de bebidas, às próprias entidades patronais. As dívidas conduzem a situações intoleráveis que desvairam e matam e é para ajudar os que sofrem no campo das questões financeiras que existe o National Debtline – telephone: 0645-500511. Esta organização abrange o país inteiro fornecendo conselhos e opiniões sobre formas de luta contra a praga e o contágio das dívidas.

A violência doméstica é uma das mais complexas e vergonhosas características da sociedade britânica. Quando o conflito surge, as pessoas come-

çam por ignorar-se. Mas o ódio e a intolerância fazem, rapidamente, a sua aparição. Onde está o princípio de que a democracia começa a praticar-se no interior da própria família? Naturalmente, são as mulheres as grandes vítimas desta revoltante circunstância. Mas conhecemos casos de filhos que se voltaram contra os pais por estes se recusarem a transmitir-lhes bens que possuem. Há filhos que assassinaram os próprios progenitores para terem acesso a fortunas de família. Outros, simplesmente, movem-lhes acções em tribunal. Na atmosfera social criada pelo capitalismo, os mais novos exigem riqueza e ostentação... para já! Em casos de violência familiar existe uma organização dedicada à defesa das mulheres, a Women's National Helpline – telephone: 0345-023468. As vítimas das consequências do jogo podem

contar, ainda que de forma meramente educacional, com a ajuda dos Gamblers Anonymous. Estes fornecem palavras de conforto, exemplificam caminhos de lucidez que as afastam das portas douradas mas assassinas dos casinos. Procuram abrir os olhos aos que os deixaram cegar quando atraídos pela ganância ou por instintos de grandeza sem fundamento, de desafio à sorte, de desprezo suicida pelas horas difíceis do amanhecer.

Em tempos recentes notou-se a frequência da prática de crimes de *road rage* (raiva na estrada). Trata-se dos que, impacientes com dificuldades próprias do trânsito, revelam, descaradamente, a sua precária formação cívica e, saindo dos próprios carros, vociferam, ofendem, agridem e assassinam, os que presumem culpados de uma infracção ou de demoras no fluir do trânsito.

Temos MULHERES na Amadora

Um dia, já lá vai algum tempo, num plenário em que estavam presentes cerca de oitenta trabalhadores, homens, uma voz ergueu-se do meio mandando-me «coser meias».

Refiro-o aqui, não porque seja algo que eu nunca tenha feito, que o faço frequentemente, mas porque aquele homem, a quem faltavam argumentos numa discussão com a mulher, sua representante sindical, recorreu ao fácil e baixo argumento das «meias», notoriamente numa derradeira tentativa de subalternizar e rebaixar quem afinal lhe fazia frente, e mais tarde o fez, disso estou certa, engolir tal ordem!

Águas passadas que, no entanto, me voltam frequentemente à memória, tantas vezes quantas assisto à tentativa de se subalternizar e escamotear o papel das mulheres que nesta sociedade desempenham um papel predominante, que a fazem avançar e evoluir, e, paralelamente, continuam remendando os buracos das meias daqueles que, por outro lado, na mesma sociedade desempenham um papel condicionante, retrógrado ou passivo.

No grupo dessas mulheres, daquelas que cosem meias mas lutam, essas que muitas vezes tentam condicionar e rebaixar, estão certamente as que fazem parte da Comissão Sindical do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) da Câmara Municipal da Amadora, 11 num total de 19 membros.

Recentemente, aquando da greve realizada pelos trabalhadores do departamento de higiene e salubridade daquela autarquia, contra a privatização do lixo, que como é do conhecimento público redundou numa importantíssima vitória daqueles trabalhadores, e, na minha opinião, constitui uma rica experiência para o movimento sindical, foi preponderante a acção desenvolvida por essas mulheres, diga-se de passagem em actividade num sector maioritariamente masculino.

Porque a homenagem não poderia deixar de ser feita, porque é cada vez mais importante que se entenda o papel destas «cosedoras de meias», não só na luta pelos interesses e direitos dos trabalhadores mas também na acção transformadora da sociedade – o que acabou aliás por acontecer, na medida em que foi possível inverter um processo que viria, mais tarde ou mais cedo, a prejudicar seriamente a população do concelho da Amadora –, que fique para registo:

– A intensa actividade desenvolvida junto da população do concelho, nomeadamente através da entrega de comunicados, feitura de carros de som e esclarecimento directo;

– A dinâmica mobilizadora e esclarecedora junto dos trabalhadores, quer na realização de plenários quer através do contacto pessoal;

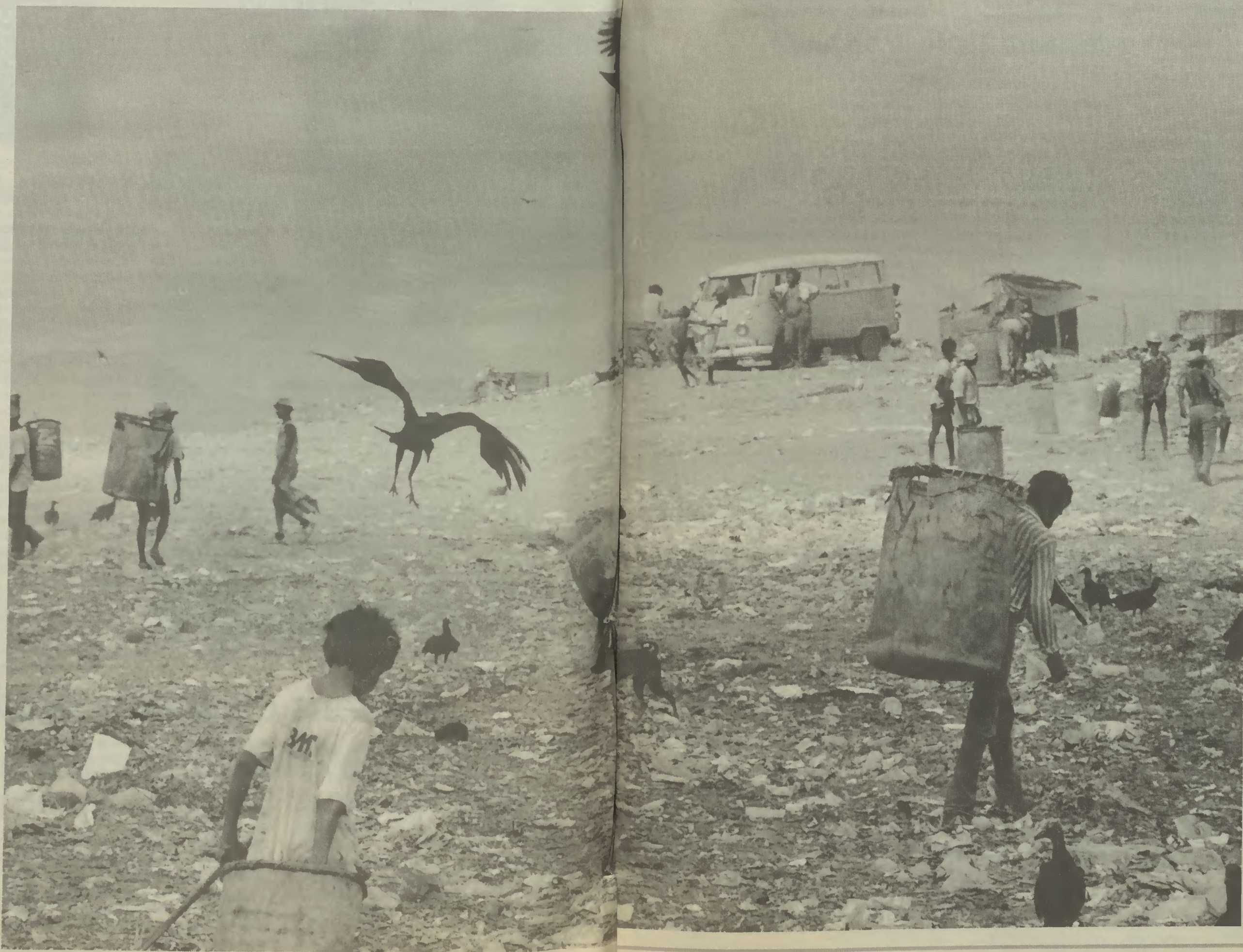
– A entrega militante, e com sacrifício da própria vida pessoal, mesmo quando se tratou de afixar panos ou de travar, corajosamente, as viaturas das empresas privadas que a autarquia contratou para substituir os trabalhadores em greve.

Sem horários e sem limites para o esforço desenvolvido, não tenho a mínima das dúvidas que a essas 11 mulheres muito devem os trabalhadores, sindicato e população da Amadora!...

Algumas meias, porventura, terão ficado por remendar... Que interessa isso?... Quando a troca é a luta pela transformação desta sociedade!...

E a troca vale certamente a pena, pois a Amadora tem MULHERES!!!

■ Fernanda Campos



Esmola ou solidariedade

Incêndio generalizado

No Brasil o neoliberalismo desencadeou um caos generalizado semelhante a um incêndio devastador. O combustível é o roubo e a corrupção acompanhados de formas criminosas mais violentas como a condenação injusta, o lado falso, o assassinato. O Governo gasta o seu tempo criando leis e fazendo inquéritos como se fossem pequenos baldes de água para apagar o fogo. Apaga aqui, nasce ali. As comissões de inquérito multiplicam-se investigando o poder judiciário, o financeiro, o sistema de saúde, o de fiscalização de obras ou do comércio, o da previdência, a idoneidade moral dos deputados, etc. Em todo o lado surgem denúncias de fraudes milionárias, abuso de poder, desvio de recursos, apadrinhamentos, subornos, etc., etc. Os órgãos eleitos do país ocupam-se em funções de polícia, recebem denúncias, apagam os fogos imediatos. Não há tempo para se tratar da salvação do doente, o país, porque estão ainda limpando a casa e despedindo os infractores mais conhecidos. Enquanto isso a erosão destrói o solo e o sistema, mina as pessoas e a confiança que um dia tiveram na organização da sociedade. E o Brasil caminha de olhos fechados sem um plano, sem estratégia, ao sabor dos empurrões das multinacionais e da estrutura política central do mundo global.

Os crimes de lesa-pátria são de tal ordem que parece um quadro surrealista e os vários depoimentos criam um emaranhado que não se consegue distinguir o executante criminoso do mentor oficial. Descobre-se

que nem todos os bancos pagam imposto de renda, mas existem leis que os defende; que o ministro estava na sala onde se decidiu um absurdo que fez com que o Banco Central perdesse 7 bilhões de reais favorecendo bancos privados, mas ele estava olhando para outro lado e não ouviu; os aviões da Força Aérea eram usados por ministros e amigalhões em viagens de férias, mas há quem diga que eles têm direito ao lazer; as campanhas de vacinação contra a gripe, febre-amarela e tétano são levadas a milhões de pessoas, mas há meses faltam remédios imprescindíveis aos que sofrem de doenças de rins, ou cardio-vasculares ou aos tuberculosos, além de insulina para os diabéticos; discute-se (o que todos já sabiam) acerca da morte do PC Faria, assessor do ex-Presidente Collor, que na análise feita por um famoso perito criminalista constava ter sido assassinado pela amante mas que agora se verifica que a base da afirmação estava na altura da jovem - 1,67m - agora provado ser apenas 1,57m. E o público pergunta incrédulo: «Porque o tal perito não mediu o cadáver? Porque não perguntou ao médico dela ou verificou no bilhete de identidade.» As confusões montadas são de modo a deixar o cidadão comum com receio de expor o seu bom senso que não tem diploma universitário.

Mas os absurdos não ficam por aí. Durante mais de cinco anos um auxiliar de enfermagem do maior hospital do Rio de Janeiro matou tranquilamente, com uma dose de potássio no soro ou na veia, os pacientes que poderiam render um «complemento salarial» oferecido pela agência funerária a título de percentagem sobre o preço do enterro. E ninguém desconfiou, mesmo sabendo-se que o número de mortes era sempre

■ Zillah Branco

maior quando o tal auxiliar de enfermagem ficava de plantão. Nem mesmo quando as famílias pediram explicações e autópsias. Casos políticos também são incompressíveis: O ex-Presidente Collor, proibido judicialmente de se tornar candidato e acusado de dever milhões ao fisco, é brindado com um convite para o jantar de posse do ministro do Supremo Tribunal onde se encontrará com todos os seus ex-pares do Governo. A elite tem os sentimentos de uma família unida, mesmo as ovelhas negras são acolhidas no seu seio. O azar é que a elite é uma família global, sem fronteiras, por isso a CIA (norte-americana) generosamente pagou as instalações da CDO (Centro de Dados Operacionais) da Polícia Federal (do Brasil) e doou duas dezenas de automóveis para uso dos delegados. Isto quem informa é a revista *Carta Capital*, de 26/Maio/99, acrescentando que foi esta mesma dobradinha CIA/CDO que grampeou o telefone do Presidente Fernando Henrique Cardoso quando era disputado o sistema de vigilância (via radares) da Amazônia - SIVAM - por franceses e norte-americanos.

Os meios de comunicação transmitem este quadro danesco todos os dias como entremeio às informações sobre a subida do dólar, a queda das bolsas, as alternativas da política cambial, a redução dos juros (o governo já chegou a pagar a 40% ao ano) que têm a mobilidade de uma mini-saia para atrair os investidores estrangeiros, a suspensão de impostos devidos pela grande indústria ou pelos grandes agricultores, o perdão às dívidas de Bancos e, como não podia deixar de ser para um Governo que se diz moralista, as ameaças de sanções aos pequenos que não conseguem pagar o imposto de renda ou outros impostos que atinjam quem compra a sua casa ou abre o seu negócio para tentar sobreviver legalmente ao desemprego que se está tornando crónico.

A situação do brasileiro comum é a do escravo cujos grilhões são institucionais e funcionam com controlo remoto. Ele se sente livre, mas procura não fazer onda para não ser notado nem engolir água. Diverte-se graças à formação cultural ancestral que para a elite serve como folclore mas para ele é o alimento da alma.

Frentes de trabalho

Diante de tanta miséria surgiu entre algumas pessoas que conseguem ser ouvidas pelos governantes a ideia de desenvolver um plano de emergência para criar empregos evitando o agravamento da fome e da marginalidade. O projecto foi inspirado na iniciativa de Roosevelt para enfrentar a crise económica de 1929 quando o desemprego nos Estados Unidos gerou a fome e os conflitos sociais de grandes proporções. Naquela época foram criados 8 milhões de postos de trabalho para a recuperação de florestas, conservação de estradas, limpeza de ruas, trabalhos sociais, etc.

No Brasil os governadores de Estado e prefeitos começam a adoptar a orientação para, por um lado, oferecer alguns meses de emprego que possa minimizar o drama das famílias desempregadas e, por outro, realizar trabalhos necessários para os quais não têm capacidade de manter funcionários com a estabilidade exigida pela legislação do trabalho. O chamado «quebra-galho» para uns e outros.

Em São Paulo o governador Mário Covas explicou que serão admitidos os que não têm formação específica, para trabalharem durante 4 horas por dia com um complemento de mais 4 na semana para formação profissional. Receberão um salário mínimo (cerca de 80 dólares) e uma cesta básica alimentar. Não terão os benefícios da segurança social e nem garantia de contratação depois de 6 meses. É um plano de emergência.

É o caso da esmola que o sistema oferece para que não morram de fome ou não formem um exército de marginais violentos que ponha em risco a sociedade inteira. Mas tem o mérito, como algumas associações e ONG's, de distribuir um pouquinho dos recursos nacionais pela maioria. No entanto, poderia ser melhor se abrisse caminho para o desenvolvimento mental e material da população dentro de uma estratégia de organização da produção. Da maneira como aparece o programa, a elite governante concede generosamente uma migalha e a população desesperada agradece. Demagogicamente os políticos embolsam os efeitos da esmola para a próxima eleição, as ruas ficam varridas por alguns meses, as famílias não morrem de fome neste período.

Uma ideia alternativa seria uma proposta do governante junto com as forças sociais existentes - partidos, igreja, sindicatos, associações de moradores, etc. - e com o apoio dos técnicos das Universidades para que fosse elaborado um plano de desenvolvimento efectivo para cada Estado visando distribuir a população necessitada pelas regiões mais carentes e, com os núcleos de trabalho criados, pudessem estimular a formação de comunidades onde se diversificariam os empregos para os quais fossem formados nesta primeira fase de emergência. A diferença está em que se considera nesta segunda alternativa a necessidade de socorro como uma oportunidade para realizar um plano de desenvolvimento que beneficie a população inserida na produção e não uma solução precária e momentânea que será uma gota d'água no oceano. Mas, é claro, esta segunda alternativa preocupa os governantes que deixariam de ser os únicos mecenazes da iniciativa e traria para a participação política as forças sociais que são mantidas nos estreitos limites da oposição.

Os discursos do ministro

Num recente discurso na Assembleia da República, o ministro Jorge Coelho deu largas à sua retórica muito própria e desatou a afogar o PSD em figuras de estilo. As motivações do discurso até tinham alguma substância, dado que o ministro procurava admoestar o PSD pela sua recusa em legislar a favor da constituição de sindicatos nas polícias portuguesas. O pior foi o remate. Inflamado com as suas próprias palavras, às tantas Jorge Coelho, de dedo em riste para a bancada laranja, desatou a lançar vaticínios usando a seguinte construção «os senhores **hádem**...». Embalado, o ministro não apenas tonitrou a asneira para o hemiciclo, como a repetiu enfaticamente e numa aparente inconsciência dela. Senhor ministro Jorge Coelho, não sabemos se os deputados do PSD «hádem» fazer o que o senhor ministro quer que eles façam, mas dum coisa temos a certeza: o senhor e os seus pares no Governo «háde» tomar nota que, a

PONTOS CARDEAIS

dar tão brutos pontapés na gramática, não «háde» convencer ninguém a fazer coisíssima nenhuma...

Liberdades

Já que estamos na Assembleia da República, recordemos outro episódio ali ocorrido, agora protagonizado pelo próprio Presidente deste importante órgão da hierarquia do Estado, dr. Almeida Santos. A coisa passou-se durante o debate sobre o *lay off*, que decorreu com as galerias do público repletas de sindicalistas afectos à CGTP-IN. A dada altura, a multidão levantou-se e apresentou um cartão vermelho à bancada do partido governamental, que está a querer levar para a frente nova legislação nesta matéria que os trabalhadores consideram profundamente lesiva dos seus interesses. Escudando-se nos regulamentos, o dr. Almeida Santos ordenou à polícia que evacuasse imediatamente as galerias e permitiu-se dar

«conselhos», nomeadamente sobre «o uso das liberdades» e o «merecimento» dessas mesmas liberdades, o que desencadeou um protesto veemente da direcção do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL), em comunicado dirigido a todos os grupos parlamentares e ao próprio Almeida Santos. Não se contesta a legitimidade do Presidente da Assembleia da República em disciplinar o hemiciclo segundo as regras da casa e o seu entendimento delas, mas não suba o sapateiro além da chinela. Guardiães de valores que se arrogam o direito de decidir quem os merece exercer, no mínimo não estão a ser guardiães de nada além dum visão autocrática da sociedade e do Estado. É que o direito à liberdade, já que dela se está a falar, é **de todos** num Estado democrático, como aliás bem consagra a Constituição, não sendo apropriável ou

transmissível por ninguém. Para os seus eventuais maus usos existem regras e sanções - que, aliás, o dr. Almeida Santos aplicou com grande diligência -, mas nem o Presidente do Parlamento nem qualquer outro alto dignitário da República tem autoridade para decidir, sobre o colectivo da sociedade e ao critério dos seus entendimentos pessoais, que há cidadãos que «merecem» o exercício das liberdades e os que o «não merecem». Quem raciocina assim são os ditadores, quando se julgam não apenas donos das verdades, mas dos próprios cidadãos....

Coca-cola

Quando surgiram problemas na coca-cola produzida na Bélgica, os responsáveis deste produto em Portugal apressaram-se a vir a público garantindo que, no nosso país, não há qualquer produto belga da marca em circulação, acrescentando que os consumidores portugueses podiam ficar descansados porque a coca-cola consumida em Portugal é cá produzida sob rigoroso controlo higiénico-sanitário. O discurso, de tão confiante, deixava a coca-cola produzida em Portugal como um produto com certificado de garantia pelas mais altas autoridades da marca no nosso país. Eis se não quando acontece o impensável: são detectadas garrafas de coca-cola, produzidas e comercializadas no nosso país, apresentando partículas de carvão, o que levou à apressada recolha de um lote de 40 mil latas entretanto já distribuídas por todo o território nacional. Nova conferência de imprensa e novas garantias dos responsáveis da empresa, desta vez dizendo que a existência de tais partículas «não coloca em perigo a saúde pública»... Em suma: primeiro, a saúde pública não corria perigo porque a coca-cola era produzida em Portugal sob o mais rigoroso controlo de qualidade, depois a saúde pública continuava a não correr perigo porque as anomalias detectadas no produto «não faziam mal nenhum»... No meio disto tudo, uma coisa é garantida: a saúde pública em Portugal não corre qualquer perigo se ninguém consumir coca-cola...

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Carta a quem votou mal

I
Cai o dia.
A Lisboa regressam os pardais.

Regressam à rua ao quarteirão à árvore à folha do seu tecto.

Lá nada mais que a lá. Guarde-os Deus de efeito mediático.

II

O senhor das terras ou dos negócios o senhor do dinheiro esses, quando votam, já sabem onde está o quadrado que lhes serve.

Quem tem o coração do lado da carteira esse recebe o boletim e nem hesitará: aquele quadrado e já está.

Esse já sabe. Mas tu, pá?

III

Mas tu, pá? Tu que de teu não tens mais que o suor de cada dia? Tu não soubeste, pá, aprender com os pardais que ao fim do dia regressam à cidade para a sua rua para a sua árvore para a folha do seu recato.

Tu não soubeste, pá, onde era o quadrado que te pertencia tu agarraste na esférica, pam!, e disparaste contra o teu coração. O que chateia é ouvir-te dizer mais tarde «aquí d'el-rei que me enganaram!» Qual enganaram, qual carapuça, tu é que foste trouxa, pá.

Dá-me vontade de te ir aos fagotes acorda, pá, vota segundo a tua razão de classe vê quem são os teus vê onde está o quadrado onde o Ferraz o Mello o gestor alimentado a caviar o corrupto encartado o intelectual que quer ser chefe nunca iriam pôr a cruz. Aquele quadrado é teu e se é teu, então usa-o. O espaço é teu mas não caiu do céu aos trambolhões o Partido pagou por ele tanto que se os mártires votassem a maioria absoluta era, limpinho, nossa.

Olha os pardais que ao fim do dia regressam à cidade à sua árvore à folha do seu recato.

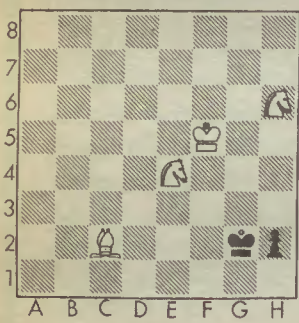
Vê lá se não cais na boca do gato.

XADREZ

DCCX - 24 DE JUNHO DE 1999 PROPOSIÇÃO N.º 1999X21

Por: Henri Rinck «L'Échiquier» - 1928

Pr.: [2]: Ph2 - Rg2 Br.: [4]: Cs. e4, h6 - Bc2 - Rf5



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1999X21 [H. R.]

1. Cc3!, h1=D; 2. Bc4+, Rh2; 3. Cg4+, Rg1; 4. Cc2+ e.g.
2. Rg1; 3. Cc2+, Rh2; 4. Cg4+ e.g.

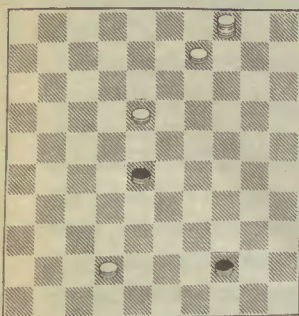
A. de M. M.

DAMAS

DCCX - 24 DE JUNHO DE 1999 PROPOSIÇÃO N.º 1999D21

Por: Nicolas Riso - [F.] «L'Effort», N.º 98 IX-X, 1964

Pr.: [2]: 28-44 Br.: [4]: (4)-9-18-42



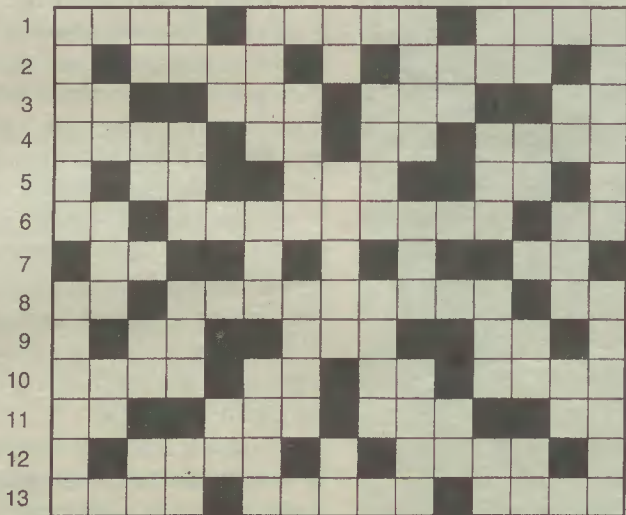
Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1999D21 [N. R.]

1. 4-10!! (28-33!); 2. 42-38 (33x42); 3. 9-4=D e+
Se: 3. (42-47 / 48=D); 4. 10-41 / 37+
Se: 3. (44-49 / 50=D); 4. 10-32 / 28+
A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Resina, que se extrai do pinheiro por meio de incisões no tronco; corredor fechado no porão de um navio; engenho para tirar água dos poços, cisternas, etc. 2 - Cálculo a olho; formar em alas. 3 - Partícula afirmativa do dialecto provençal; a barlavento (naut.); espécie de capa sem mangas usada por irmandades e confrarias, em actos solenes; Ósmio (s.q.). 4 - Feiticeiro; Actínio (s.q.); a parte mais larga dos membros dianteiros das reses; espécie de palmeira de jardim. 5 - Atmosfera; mau cheiro (bras.); também (arc.). 6 - Igreja episcopal ou patriarcal; ligar-se-iam; compaixão. 7 - Espécie de escumilha; pedra de moinho. 8 - O m.q. porco; garganta (fam.); cânhamo da Índia. 9 - Modo (fig.); fúria incontida; índia (s.q.). 10 - Parte superior e posterior do pescoço situada abaixo do occipício; aparência; Tantão (s.q.); vestimenta de mulher indiana. 11 - Dois romanos; mulher que cria uma criança alheia; parte pendente anexa a alguma coisa; caminhosais. 12 - Nome genérico das lendas escandinavas; elevada. 13 - Antipatia; dirigir-se (fig.); interj. que designa repulsa ou raiva.

VERTICAIS: 1 - Pequeno ser fantástico que, segundo os cabalistas, habita no seio da Terra, guardando tesouros; vestuário usado na Antiguidade, comprido e ajustado ao corpo. 2 - Cálcio (s.q.); cada um dos anéis de uma cadeia; interj. de dor. 3 - Pron. pess. reflexo; Gálio (s.q.); antes de Cristo (abrev.); Escândio (s.q.). 4 - A carta mais alta do baralho; discursiva; grande; rio costeiro de França. 5 - Nociva; Prata (s.q.). 6 - Espécie de turques de madeira, usada pelos pentecosteiros; aqui está; estimar muito. 7 - Escavar; engraçada (gir.). 8 - Neptúlio (s.q.); mencionar um texto; preposição. 9 - Inchar; creme. 10 - Grande pedra ou laje que, ressaído de um rochedo, forma um abrigo; irrita; guarnecer com abas. 11 - Nota musical; outra coisa (ant.). 12 - Sódio (s.q.); dez vezes dez; aqui está; planta liliácea oriunda da China. 13 - Suf. de agente; Iridio (s.q.); naquela; brisa. 14 - Língua que se falava outrora ao sul de Loire (França); qualidade natural; graceja. 15 - Tostado; alcança com a vista.

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Gernat; 2 - Esmor; 3 - Oc; 4 - alo; 5 - opa; 6 - Os; 7 - Magos; 8 - S; 9 - S; 10 - S; 11 - S; 12 - S; 13 - S; 14 - S; 15 - S.
VERTICAIS: 1 - Gnomos; 2 - Car; 3 - Me; 4 - A; 5 - S; 6 - A; 7 - S; 8 - S; 9 - S; 10 - S; 11 - S; 12 - S; 13 - S; 14 - S; 15 - S.
15 - Assado; avistado.
10 - Lspa; 11 - T; 12 - Na; 13 - Or; 14 - Oc; 15 - Dom; n.
A. 5 - M; 6 - Tola; 7 - am; 8 - Np; 9 - C; 10 - Q; 11 - S; 12 - S; 13 - S; 14 - S; 15 - S.
A. 5 - M; 6 - Tola; 7 - am; 8 - Np; 9 - C; 10 - Q; 11 - S; 12 - S; 13 - S; 14 - S; 15 - S.

AGENDA

Plenários e outras reuniões

• ALMADA

- Plenário da organização da freguesia de Almada - sábado, 26, às 21h30, no centro de Trabalho Dr. Alberto de Araújo.

• LISBOA

- Plenário da célula dos Bancários Reformados - hoje, dia 24, às 14h30, no Centro de Trabalho Vitória.

- Plenário de militantes do Sector de Transportes - sexta-feira, 25, às 18h30, no Centro de Trabalho Vitória.

- Plenário de militantes das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. Sebastião para apreciação dos resultados eleitorais e perspectivas de trabalho - sábado, 26, às 15h30, no Centro de Trabalho Vitória.

- Zona Oriental de Lisboa - Reunião do OD, alargada aos camaradas das Comissões de Freguesia e Secretariados de Célula: terça-feira, dia 29, às 20h.

• ALENQUER

- Reunião alargada do Organismo do Sector de Empresas do concelho de Alenquer sobre a situação política e as eleições de Outubro próximo - quinta-feira,

dia 1 de Julho, às 17h30, no Centro de Trabalho de Alenquer

• ALHANDRA

- Plenário de militantes da freguesia de Alhandra sobre a situação política e eleições, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa - sábado, 26, às 15h

• CASCAIS

- Reunião de camaradas e amigos da Euronadel sobre os resultados eleitorais, luta na empresa e perspectivas de acção futura - domingo, 27, a partir das 17h, no Centro de Trabalho de Tires

• FARO

- Plenário da DORAL para análise dos resultados eleitorais e definição das tarefas imediatas do Partido na região - sábado, 26, no Centro de Trabalho de Faro, a partir das 15h

• OEIRAS

- Plenário de militantes e amigos do Partido na freguesia de Porto Salvo sobre a situação política, eleições e Festa do "Avante!" - sábado, 26, às 15h30, no Centro de Trabalho de Porto Salvo.

• SEIXAL

- Plenário da célula dos trabalhadores da CM do Seixal sobre as eleições para o PE e perspectivas de trabalho, com a participação do camarada Jorge Pires - sexta-feira, 25, às 17h30, no Centro de Trabalho

• SINTRA

- Plenário de militantes de Almargem do Bispo - sexta-feira, 25, às 21h30, em casa do cam. Miguel Rodrigues (R. da Portela, 12, Almornos)

- Plenário de militantes de Montelavar - sábado, 26, às 21h30, no Centro de Trabalho de Montelavar.

• TORRES NOVAS

- Reunião de militantes e simpatizantes do Partido sobre a situação política e eleições, com a participação do camarada Jorge Cordeiro - sexta-feira, 25, às 21h30, no Centro de Trabalho de Torres Novas.



Carlos Carvalhas hoje em Évora

A convite da Comissão Concelhia de Évora do PCP, o camarada Carlos Carvalhas visita hoje ao fim da tarde a Feira de S. João, em Évora, participando em seguida num jantar-convívio que se realiza no pavilhão do PCP na Feira a partir das 19h30.

Dia internacional contra a droga

Assinalando o Dia Internacional das Nações Unidas contra o tráfico ilícito e o abuso de drogas, o Secretário-Geral do PCP e o grupo da JCP para o Trabalho com a Toxicod dependência tornam público um conjunto de propostas e iniciativas enquadradas nesse propósito - sexta-feira às 12h30, no Espaço Ágora (Av. Ribeira das Naus, 2.º Pavilhão, ao Cais do Sodré).

Lisboa
Almoço-convívio
na Mata de Benfica

Sábado a partir das 13 horas,
com a participação de
Fernanda Mateus

Ciclo de debates em Oeiras

Sexta-feira, 25, às 21h, na Biblioteca Municipal (Assembleia Municipal)
AS IDEOLOGIAS • com José Casanova



Festa 1999
Avante!
3, 4 e 5 Setembro
Atalaya • Amora • Seixal

compra já a EP
custo antes da festa
2100\$00

nos dias da festa 2800\$00

Ajuda
a construir
a Festa!

A partir deste sábado
e todos os fins-de-semana
participa nas jornadas
de trabalho!

TELEVISÃO

Quinta, 24

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.40 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Nas Asas do Destino
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.30 O Amigo Público



Abi Feijó e o cinema de animação feito em Portugal, num documentário a transmitir domingo na RTP2

- 18.15 País, País
- 19.05 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 21.00 As Lições do Tonecas
- 21.45 Maria Elisa
- 23.30 Ballet Rose (Repetição-Ep. I)
- 00.35 24 Horas
- 01.40 Perigosa Evidência (de Sturla Gunnarsson, EUA/1999, com Lynn Whitfield, Richard Yearwood, Erica Luttrell. Telefilme)

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.45 Terra Selvagem
- 16.40 Nascido Selvagem
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Hugo
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.15 Civilizações do Passado
- 21.00 Portugalmente
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Os Noivos Sangrentos (de Terrence Malick, EUA/1973, com Martin Sheen, Sissy Spacek, Warren Oates, Ramon Bieri. Ver Destaque)

SIC

- 08.00 Buêré
- 10.00 Sic 10 Horas
- 12.00 Zázá
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Você Decide
- 15.00 Fátima Lopes
- 17.55 No Sofá Vermelho
- 18.00 Meu Bem Quer
- 19.00 Andando nas Nuvens
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Suave Veneno
- 22.00 Esta Semana
- 23.30 A Fúria da Razão (Longa-metragem)
- 01.30 Último Jornal
- 02.05 Portugal Radical
- 02.35 Vibrações

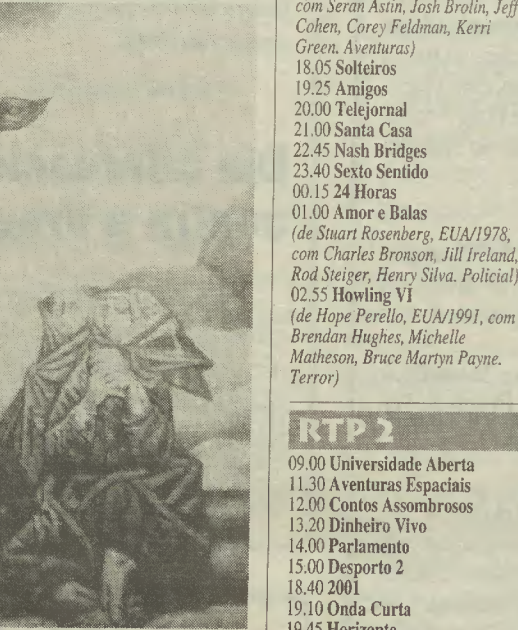
TVI

- 09.00 A Fúria do Destino
- 09.55 TVI Jornal
- 10.05 Animação
- 12.00 Pérola Negra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Sangue do Meu Sangue
- 15.00 Samantha
- 16.00 Animação
- 18.00 Robocop
- 19.00 Asas nos Pés
- 20.00 Nightman
- 21.15 Directo XXI
- 21.35 Em Legítima Defesa
- 23.40 Mentiras Perfeitas (de Samuel Bernstein, EUA/1996, com Elizabeth Anne Allen, Michael Harris, Cedrick Terrel. Drama)
- 01.40 Terra: O Conflito Final
- 02.40 Competente e Descarada
- 03.15 Desporto

Sexta, 25

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.40 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Nas Asas do Destino
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.30 O Amigo Público



Abi Feijó e o cinema de animação feito em Portugal, num documentário a transmitir domingo na RTP2

- 18.15 País, País
- 19.05 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Uma Casa em Fancos
- 22.05 O Bom Filho (de Joseph Ruben, EUA/1993, com Macaulay Culkin, Elijah Wood, Wendy Crewson, David Morse. «Thriller»)
- 23.45 24 Horas
- 00.35 NBA

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.45 O Caminho das Estrelas
- 16.35 Nascido Selvagem
- 17.35 Euronews
- 18.00 Programa Religioso
- 18.30 Hugo
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 19.55 Voleibol: Portugal-Cuba
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Carlos Cruz (Entrevista)
- 23.50 Uma Pistola
- 00.45 Máscaras da Música

SIC

- 08.00 Buêré
- 10.00 Sic 10 Horas
- 12.00 Zázá
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Juiz Decide
- 15.00 Você Decide
- 16.00 Fátima Lopes
- 17.55 No Sofá Vermelho
- 18.00 Meu Bem Quer
- 19.00 Andando nas Nuvens
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Um Sarilho Chamado Marina
- 21.40 Suave Veneno
- 22.50 Ponto de Encontro
- 24.00 O Rosto do Medo (de Farhard Mann, EUA/1990, com Lee Horsley, Pam Dawber, Bob Balaban. «Thriller»)
- 02.00 Último Jornal
- 02.35 Portugal Radical
- 03.05 Vibrações

TVI

- 09.00 A Fúria do Destino
- 09.55 TVI Jornal
- 10.05 Animação
- 12.00 Pérola Negra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Sangue do Meu Sangue
- 15.00 Samantha
- 16.00 Animação
- 18.00 Robocop
- 19.00 Asas nos Pés
- 20.00 Nightman
- 21.15 Directo XXI
- 21.40 Os Reis da Música Nacional
- 23.40 O Toque da Morte
- 03.00 Competente e Descarada

Sábado, 26

RTP 1

- 08.00 Infantil/Juvenil
- 12.00 Fórmula 1 - GP França (Treinos)
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Top +
- 15.00 Robin Williams na Nossa Sala
- 16.10 Os Goonies (de Richard Donner, EUA/1985, com Seran Astin, Josh Brolin, Jeff Cohen, Corey Feldman, Kerri Green. Aventuras)
- 18.05 Solteiros
- 19.25 Amigos
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Santa Casa
- 22.45 Nash Bridges
- 23.40 Sexto Sentido
- 00.15 24 Horas
- 01.00 Amor e Balas (de Stuart Rosenberg, EUA/1978, com Charles Bronson, Jill Ireland, Rod Steiger, Henry Silva. Policial)
- 02.55 Howling VI (de Hope Perello, EUA/1991, com Brendan Hughes, Michelle Matheson, Bruce Marlyn Payne. Terror)

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 11.30 Aventuras Espaciais
- 12.00 Contos Assombrosos
- 13.20 Dinheiro Vivo
- 14.00 Parlamento
- 15.00 Desporto 2
- 18.40 2001
- 19.10 Onda Curta
- 19.45 Horizonte
- 20.35 Departamento de Homicídios
- 21.40 Ugh
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 O Lugar da História
- 23.35 Allô, Allô!
- 00.05 Liga de Cavalheiros



«Ficheiros Secretos», a «jóia da coroa» da TVI, com novos episódios a partir desta semana

- 00.35 Absolutamente Fabulosas
- 01.05 O Livro de Cabeceira (de Peter Greenaway, Gr.Br./Hol./Fr./1995, com Vivian Wu, Ewan McGregor, Yoshi Oida. Drama)

SIC

- 08.00 Buêré
- 11.55 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Polícia Cyborg III (de Yossi Wein, EUA/1996, com Frank Zagarino, Brian Genesse, Jennifer Miller. Acção)
- 16.00 Big Show Sic
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Mundo VIP
- 22.00 Pequenos e Terríveis
- 23.10 Mulher
- 00.10 Afrodísia
- 00.45 Câmara Obsessiva (de Mike Bonfer, EUA/1994, com Birna Wimmer, Ele Keats, Corey Feldman. Erótico / «Thriller»)
- 02.45 Último Jornal
- 03.20 Portugal Radical

TVI

- 09.00 A Fúria do Destino
- 10.00 Animação
- 12.20 Top Rock
- 13.30 Contra-Ataque
- 15.00 O Seu Maior Desafio (de Betty Thomas, EUA/1994, com Meredith Baxter, Jamey Sheridan. Drama)
- 17.00 Sonny e Cher (de David Burton Morris, EUA/1997, com Jay Underwood, Renee Faia, Jim Pirri. Drama / Musical)
- 19.00 Colégio Brasil
- 21.00 Directo XXI
- 21.40 O Segredo das Estrelas
- 22.40 No Limite da Lei (de Andrew Lack, EUA, com Melissa Gilbert, Mel Harris. Drama)
- 00.40 Ameaça Solar (de Alan Smithee, EUA/1995, com Tim Matheson, Charlton Heston, Peter Boyle, Annabel Schofield. Ficção Científica)
- 02.30 Casos de Arquivo

Domingo, 27

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
- 12.30 Jornal da Tarde
- 13.00 Fórmula 1 - GP de França
- 15.00 Made in Portugal
- 16.15 Saber & Fazer
- 16.50 Solteiros
- 17.25 Ferro e Fogo
- 18.35 Canções da Nossa Vida
- 20.00 Telejornal
- 20.55 Saídos da Casca
- 21.50 Jet Sete
- 21.50 Atlântico
- 22.25 Pássaros Feridos
- 23.25 24 Horas
- 00.25 Perigo Iminente
- 01.25 NBA

RTP 2

- 09.00 Programa Religioso
- 10.30 Missa
- 11.20 Quem Sai aos Seus
- 12.00 Faenas
- 12.30 20.000 Léguas Submarinas
- 13.30 A Europa de Combóio
- 14.00 Jornal de África
- 14.30 Rotações
- 15.00 Desporto 2
- 18.40 Ladrão que Rouba Ladrão
- 19.40 Bom Bordo
- 20.05 Artes e Letras «Paixão Cigana - Joaquim Cortez»
- 21.05 A História de Tom Jones Enjeitado
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Horizontes da Memória
- 23.10 Febre de Sábado à Noite (de John Badham, EUA/1977, com John Travolta, Karen Lynn Gorney, Barry Miller, Donna Pescow. Ver Destaque)

SIC

- 08.00 Buêré
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal

Segunda, 28

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.40 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Nas Asas do Destino
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.30 O Amigo Público
- 18.15 País, País
- 19.05 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Nós, os Ricos
- 21.35 Polícias
- 22.35 Bean, Um Autêntico Desastre (de Mel Smith, Gr.Br./1997, com Rowan Atkinson, Peter MacNicol, Pamela Reed, Burt Reynolds. Ver Destaque)
- 00.20 Não Há Lugar para nos Escondermos
- 01.15 24 Horas
- 02.05 Máquinas

RTP 2

- 14.00 Informação Gestual
- 15.45 Rumo ao Sul
- 16.35 Nascido Selvagem
- 17.30 Açores
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Universidade Aberta
- 19.00 Hugo
- 19.30 Um, Dó, Li, Tá
- 21.00 Portugalmente
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 A Coroa e o País
- 23.20 Claxon
- 23.50 Novos Heróis
- 00.45 Biografia: «Abi Feijó»

SIC

- 08.00 Buêré
- 12.00 Zázá
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Juiz Decide
- 15.00 Você Decide
- 16.00 Fátima Lopes
- 17.55 No Sofá Vermelho
- 18.00 Meu Bem Quer
- 19.00 Andando nas Nuvens
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Suave Veneno
- 22.10 Roda de Milhões
- 00.20 Toda a Verdade
- 01.20 Último Jornal
- 01.55 Ninotchka (de Ernst Lubitsch, EUA/1939, com Greta Garbo, Melynn Douglas, Bela Lugosi, Ina Claire, Sig Rumann, Felix Bressart. Ver Destaque)
- 04.00 Portugal Radical
- 04.30 Vibrações

TVI

- 09.00 A Fúria do Destino
- 09.55 TVI Jornal
- 10.00 Animação
- 12.00 Pérola Negra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Sangue do Meu Sangue
- 15.00 Samantha
- 16.00 Animação
- 18.00 Robocop
- 19.00 Nightman
- 20.00 Asas nos Pés
- 21.00 Directo XXI
- 21.40 Pretender
- 22.40 Ficheiros Secretos
- 23.40 Crime Imperfeito (de Greg Green e Dan Brazda, EUA, com Caprice Benedetti, Wilford Brimley. Drama)
- 00.40 Histórias Fantásticas
- 01.30 Competente e Descarada
- 02.10 Casos de Arquivo

Terça, 29

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.40 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Nas Asas do Destino
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.30 O Amigo Público
- 18.15 País, País
- 19.05 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Cromos de Portugal
- 21.45 Herman 99
- 00.10 Dharma e Greg
- 00.40 24 Horas
- 01.30 Seaquest, Brigada Submarina
- 02.30 NBA

RTP 2

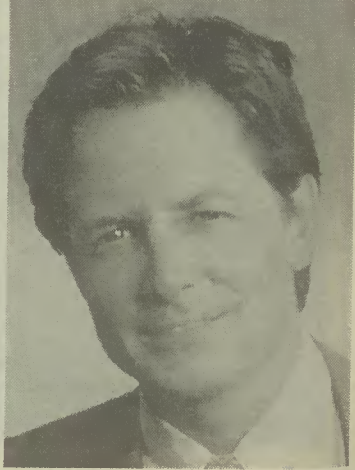
- 15.00 Informação Gestual
- 15.45 Derrick
- 16.30 A Parte de Leão
- 17.40 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Hugo
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.15 O Tigre Siberiano
- 21.00 Portugalmente
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Ler para Crer
- 23.50 Na Linha de Fogo (de Wolfgang Petersen, EUA/1993, com Clint Eastwood, John Malkovich, Renée Russo. Ver Destaque)

SIC

- 08.00 Buêré
- 12.00 Zázá
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Juiz Decide



Duas séries de comédia muito «políticas» - «Murphy Brown» e «Quem Sai aos Seus» - mais uma vez em reposição



- 15.00 Você Decide
- 16.00 Fátima Lopes
- 17.55 No Sofá Vermelho
- 18.00 Meu Bem Quer
- 19.00 Andando nas Nuvens
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Médico de Família
- 22.10 Suave Veneno
- 23.30 Casos de Polícia
- 24.00 Cidade Escaldante
- 01.00 Último Jornal
- 01.35 Balada de Nova Iorque
- 02.40 Portugal Radical
- 03.10 Vibrações

TVI

- 09.00 A Fúria do Destino
- 09.55 TVI Jornal
- 10.00 Animação
- 12.00 Pérola Negra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Sangue do Meu Sangue
- 15.00 Samantha
- 16.00 Animação
- 19.00 Nightman
- 20.00 Asas nos Pés
- 21.00 Directo XXI
- 21.40 Marés Vivas
- 22.40 Na Lista para Matar (de William Webb, EUA/1993, com Jeff Fahey, Yancy Butler, James Coburn. Telefilme / «Thriller»)
- 00.50 Último Tango em Nova Orleães (de Sam Pillsbury, EUA/1990, com Nicolas Cage, Judge Reinhold, Erika Anderson. Drama)
- 03.10 Competente e Descarada
- 03.45 Desporto

Quarta, 30

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.40 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Nas Asas do Destino
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.30 O Amigo Público
- 18.15 País, País
- 19.05 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Docas
- 22.15 Diário de Maria
- 23.30 Reckles
- 00.35 24 Horas

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.45 O Caminho das Estrelas
- 16.40 Na Terra dos Crocodilos
- 17.35 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Hugo
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.15 Cometas e Asteróides
- 21.00 Portugalmente
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Sinais do Tempo ou Zoom
- 23.50 Prémios Mundiais da Música

SIC

- 08.00 Buêré
- 12.00 Zázá
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Juiz Decide
- 15.00 Você Decide
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Meu Bem Quer
- 19.00 Andando nas Nuvens
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Jornalistas

TVI

- 09.00 A Fúria do Destino
- 09.55 TVI Jornal
- 10.00 Animação
- 12.00 Pérola Negra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Sangue do Meu Sangue
- 15.00 Samantha
- 16.00 Animação
- 18.00 Robocop
- 19.00 Nightman
- 20.00 Asas nos Pés
- 21.00 Directo XXI
- 21.35 Quero Justiça!
- 22.35 Em Busca do Ouro Perdido (de Paul Weiland, EUA/1994, com Billy Crystal, Daniel Stern, Jon Lovitz. Comédia)
- 00.40 Competente e Descarada
- 01.10 O Carvo
- 02.10 Casos de Arquivo

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Os Noivos Sangrentos

(Quinta, 22.50, RTP2)

Em finais dos anos 50, um jovem, *Charles Starkweather*, e a sua companheira de quinze anos, *Holly Sargis*, assassinam dez cidadãos (entre os quais o pai da jovem) durante uma travessia tresloucada pelo Middle-West norte-americano. Apanhados, após uma perseguição, ele é condenado à morte e ela condenada a prisão perpétua. É esta *história real* que um grande cineasta-maldito, **Terrence Malick**, até hoje realizador de apenas três longas metragens numa carreira de 27 anos (!) - a última das quais o celebrado *The Thin Red Line*, que alcançou sete nomeações nos Óscares da Academia -, realizou em meados dos anos 70, apenas mudando o nomes dos protagonistas reais, e que é uma denúncia cruel da sociedade norte-americana e da violência que esta engendra. Um filme extremamente duro, a descobrir.



Um fotograma de «Noivos Sangrentos», um filme de Terrence Malick



Al Pacino e a solidão do poder, em «O Padrinho II», de Francis Ford Coppola

Febre de Sábado à Noite

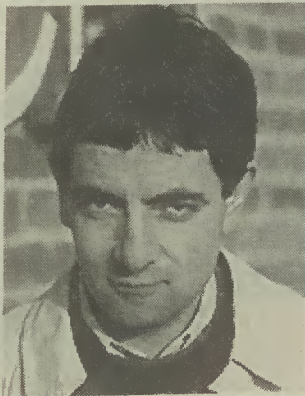
(Domingo, 23.40, RTP2)

Já esteve previsto no mesmo canal para uma emissão de há três semanas atrás mas não terá então sido exibido e, por isso, não há muito de diferente a dizer sobre este filme senão que «tudo», nele, está aqui para que se tenha tornado, no género, um dos maiores êxitos populares dos anos 70: a poderosa capacidade do cinema industrial, apoiando um realizador eficaz (**John Badham**), a música de um grupo de referência na época, como eram os *Bee Gees*, e, naturalmente, a desenvoltura do Travolta-dançarino (nesse tempo, ainda bem melhor do que o Travolta-actor), na sua «ruidosa» estreia no cinema. Oito anos mais tarde, numa sequência deste filme (*A Febre Continua*), um mau actor (**Sylvester Stallone**), a fazer as vezes de péssimo realizador, seria incapaz de acompanhar, ao menos, o saber-fazer desta receita.

O Padrinho II

(Domingo, 00.10, SIC)

Tudo o que aqui já foi por diversas vezes referido, aquando das inúmeras repetições da saga *O Padrinho*, se aplica, mais uma vez, a este segundo capítulo, no qual assistimos à consolidação do poder de *Michael Corleone* (**Al Pacino**). A somar a isto tudo temos (ainda!) a forma habilmente encontrada por **Coppola** para, num filme rodeado de menos óbvia violência do que o primeiro, pela primeira vez nos contar em *flash-back* a história da ascensão do pai de *Michael*, *Vito Corleone*, desta vez magistralmente personificado por **Robert De Niro** - o que ajuda a estabelecer um curioso contraste entre personalidades tão diversas como são as dos dois «padrinhos». E atenção ao terceiro vértice do triângulo: o sempre fabuloso **Robert Duvall**!



Rowan Atkinson, o actor-cómico inglês, protagonista de «Bean, Um Autêntico Desastre»

Bean, Um Autêntico Desastre

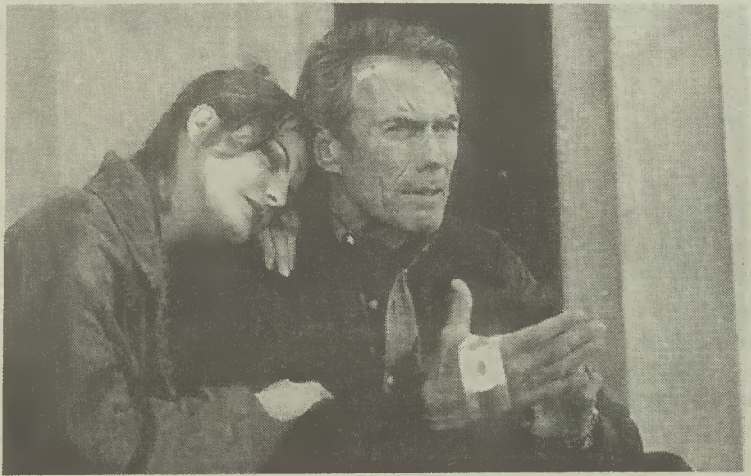
(Segunda, 22.35, RTP1)

Para os apreciadores do estilo histrionico do actor cómico britânico **Rowan Atkinson**, tudo vai correr às mil maravilhas: trata-se da história de um funcionário da *National Gallery* de Londres que, por engano, é confundido por um crítico de arte, numa sequência de trocadilhos e confusões, dignos dos melhores exemplares do género. Claro que, independentemente da comicidade do filme, se duvida que ele seja daqueles que trará muito prestígio ao espaço «Lotação Esgotada» da RTP, agora transferido para as segundas-feiras. Mas... já estamos habituados a tudo!

Ninotchka

(Segunda, 01.55, SIC)

É sobejamente conhecido o argumento desta sátira a uma certa imagem de marca soviética dos anos 40, numa história que se debruça sobre o fascínio pelo «consumismo ocidental» que leva à perdição três funcionários encarregues de negociar, em Paris, as jóias de uma aristocrata russa - perdição que tenta ser corrigida através da missão de uma outra bela funcionária (**Greta Garbo**), que acaba perdida de amores nos braços do *Conde de Algot* (**Melvyn Douglas**)... Brilhantemente realizada por **Ernst Lubitsch**, esta obra (para além de alguns risíveis clichés da praxe) ficou marcada, também, pela fabulosa interpretação do par principal. O que talvez seja menos conhecido (mas vem nas crónicas) é que o famoso slogan publicitário que envolveu a promoção do filme - «*Garbo laughs!*» - não corresponde minimamente à realidade, já que *Garbo* apenas mima o riso nessa célebre cena do filme, tendo o som sido dobrado a posteriori...



Renée Russo e Clint Eastwood, em «Na Linha de Fogo», um thriller político de Wolfgang Petersen



Greta Garbo e Melvyn Douglas, intérpretes principais de «Ninotchka», de Ernst Lubitsch

Na Linha de Fogo

(Terça, 23.50, RTP2)

A história deste «thriller» (que, à semelhança de outros filmes desta semana, não é propriamente uma «novidade» nas nossas televisões) é um achado: um vilão de meter medo, fabulosamente interpretado por **John Malkovich**, trata de perturbar o sangue-frio de um veterano dos Serviços Secretos norte-americanos, ameaçando assassinar o Presidente dos EUA. O problema é que não o faz inocentemente: ele sabe que aquele agente carregava consigo o sentimento de culpa de ter sido incapaz de impedir o assassinato de **John F. Kennedy**, três décadas atrás. Eis um dos ingredientes que dão maior sabor a uma história bem urdida e bem posta em cinema por **Wolfgang Petersen**, um especialista germânico do cinema-espectáculo - mas é ao autor do argumento (**Jeff Maguire**) que se deve o principal mérito da tensão fílmica. E a **Clint Eastwood**, que tem aqui um das melhores interpretações da sua carreira.

Noites Longas:

Lisboa/Wupperthal/Lisboa;
Bridging the Gap;
Carolyn Carlson, A Woman
of Many Faces; Lodela;
Un Trait d' Union

(Quarta, 02.55, SIC)

Em mais uma das emissões a que resolveu dar o título «As Noites Longas da SIC», este canal «presenteia-nos» hoje com uma sequência de cinco documentários que se debruçam, cada um à sua maneira, sobre o mundo do bailado e, em particular, sobre obras de coreógrafos já consagrados ou de novos e destacados valores do bailado contemporâneo, como **José Navas**, **Angelin Preljocaj**, **Noemie Lapzeson** ou **Pina Baush**. Acontece que o primeiro documentário da noite, «Lissabon / Wupperthal», até é uma «estreia mundial em televisão», como assinala a própria SIC, e foi realizado em Lisboa pelo cineasta português **Fernando Lopes** no quadro do *Festival dos 100 Dias* (Expo '98), a propósito da criação de um bailado da grande coreógrafa alemã cujo tema é Lisboa. Claro que a hora a que tudo isto é apresentado - ou seja, a partir das 3 da madrugada de um dia de semana e prolongando-se até às seis horas da manhã seguinte (!) - dá bem a ideia daquilo que, a julgar por esta reiterada e verdadeira provocação é, para a estação de Carnaxide, o respeito pela cultura: um mero frete para efeitos estatísticos, ao mesmo tempo que se reserva o lixo televisivo para o horário nobre. É significativo, entretanto, que ninguém do lado da crítica institucionalizada sequer estremeça ou pareça apoquentar-se com estes atentados de lesa-cultura!

CABO & SATÉLITE

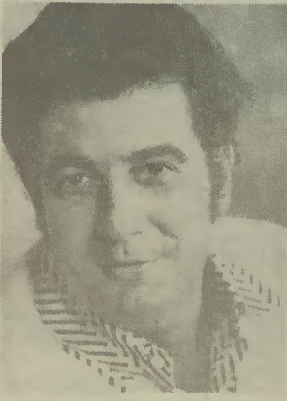
Os Homens do Presidente

Enquanto obra cinematográfica que demonstra à exaustão o importante papel que a imprensa pode desempenhar na denúncia e no deslindar de casos de corrupção e abuso do poder, este «**Os Homens do Presidente**» que o canal **Hollywood** hoje transmite a partir das 21 horas, é um dos mais conseguidos exemplares do cinema liberal norte-americano, realizado por **Alan J. Pakula** e protagonizado por **Dusty Hoffman** e **Robert Bradford** nas personagens de **Carl Bernstein** e **Bob Woodward**, os dois jornalistas do *Washington Post* que em 1972 descobriram e deslindaram o célebre caso *Watergate*, que levaria à demissão de **Richard Nixon**.

(Hollywood, quinta-feira, às 21.00)

Plácido Domingo dirige Falla

Não é a primeira vez que o grande tenor **Plácido Domingo** sai do palco



para o fosso da orquestra. Desta vez, o canal **Arte** vai mostrá-lo em 1997 num concerto em que ele dirigirá, na *Filarmonia de Colónia*, a *Orquestra Sinfónica de Chicago* no concerto para piano «**Noites nos Jardins de Espanha**» de **Manuel de Falla**, no qual será solista **Daniel Barenboim** que, por sua vez, dirigirá a mesma orquestra em outras obras do grande compositor espanhol, como «**O Amor Bruco**» ou o «**Chapéu de Três Picos**». A não perder.

(Arte, domingo, das 18.00 às 18.45)

A história de um estúdio

Quantas vezes escutamos uma obra musical sem nos lembrarmos das várias operações técnicas que, para além do acto de compor e interpretar, levaram à concretização do produto final: o disco gravado. Pois o canal **Odisseia** transmitirá na próxima quarta-feira 28 um documentário de sessenta minutos sobre os estúdios de **Abbey Road** (Inglaterra), um dos mais famosos em todo o mundo, onde gravaram os seus álbuns mais famosos grupos históricos como os **Beatles** ou os **Pink Floyd**. Um programa dedicado a todos os amantes da boa música *pop*.

(Odisseia, segunda-feira, às 6, às 13 e às 17 horas)



Na república das bananas...

A propósito do assunto escolhido para o escrito desta semana, não resisto à tentação de vos contar uma história que se diz fazer parte das crónicas de anedotário dos primeiros e heróicos tempos da televisão em Portugal.

Parece que, um dia, os responsáveis da programação desportiva da RTP decidiram fazer uma transmissão de ténis - desporto que, pela primeira vez, era objecto da atenção das nossas câmaras. Não havendo ainda uma prática estabelecida quanto ao posicionamento das mesmas, tentou-se mais uma vez ser «original» em vez de estar atento ao que era feito pelas televisões estrangeiras. E, então, uma das câmaras principais terá sido colocada num eixo perpendicular em relação ao court, numa posição obliquamente meio descaída para um dos lados, pelo que, sem objectiva que permitisse recuo suficiente para abarcar todo o terreno de jogo, pelo menos durante cinco ou dez minutos se assistiu a uma série de panorâmicas da esquerda para a direita e em sentido contrário, na tentativa de seguir a bola que era tocada pelos dois jogadores de cada lado da rede...

Ora, ao que se diz, dezenas de telefonemas começaram a chover na RTP por parte de espectadores completamente enojados, protestando pelo facto de lhes ter sido impossível deixar de macular as suas alcatifas com o resultado desagradável de inesperados vômitos - e consta que esta famosa transmissão de ténis terá sido interrompida ao fim de pouco tempo!

des), chegando mesmo a ser completamente ignoradas transmissões que interessariam aos adeptos do atletismo entre nós. Alguém se recorda, por exemplo, de ter visto em tempo útil ou em espaço de emissão adequado uma imagem sequer ou ouvido referência noticiosa de especial destaque à claríssima conquista pelas equipas feminina e masculina portuguesas da **II Liga da Taça da Europa de Atletismo** (em Telavive), que teve como consequência imediata o esperado regresso do nosso país à **I Liga** da modalidade? Foi lá a RTP fazer o que lhe competia?

Não admira, assim, que a transmissão directa (viva o luxo!) realizada pela RTP 2 no passado sábado do habitual e já famoso **Meeting de Atletismo de S. António**, a partir do **Estádio Universitário** em Lisboa, tenha sido um ridículo (quando não penoso) momento de televisão, recordando maus exemplos de épocas antigas e titubeantes nesta área.

TVISTO

Francisco Costa

Como pode admitir-se, por exemplo, que no lançamento do disco feminino a câmara rodasse no sentido inverso ao desejável, escondendo as atletas atrás

da rede de protecção no preciso momento em que elas lançavam o engenho? E porque é que a câmara que dava a seguir o plano geral estava numa tal posição e inclinação face ao terreno, que ninguém poderia ter uma ideia do alcance desse lançamento?

Como é possível que, no acto de bater o recorde nacional do peso, o atleta **Fernando**

Alves tenha sido ignorado pelas câmaras e que a imagem correspondente só tenha sido transmitida em repetição gravada e, mesmo assim, apenas no momento em que ele faz a rotação do corpo, ignorando-se a que distância foi parar o peso, pela ausência de qualquer plano correspondente? E que dizer da tentativa que deu a **Carlos Calado** o primeiro lugar no salto em comprimento (a dois centímetros do recorde nacional) que nem sequer em repetição foi visto?

Como não rir de nervoso ao verificar que, muitos dos quadros com a indicação dos atletas para tal ou tal corrida e a sua distribuição pelas pistas, só tenham sido mostrados «a tempo» por se terem verificado... falsas partidas?

Como não considerar escandaloso que, nos dias de hoje, em vésperas da passagem de milénio, os mostradores dos resultados dos saltos

em comprimento ou em altura ainda não sejam electrónicos (com indicação de resultados quase imediata) e continuem a ser accionados à mão, centímetro a centímetro, metro a metro?; ou que, nas provas de velocidade, meio-fundo ou fundo, nenhuma cronometragem electrónica, total ou parcial, seja mostrada no estádio ou televisivamente sobreposta às imagens das corridas?

Como não estranhar, por último, que algumas provas mais importantes da jornada não tenham sido mostradas pela RTP pelo simples facto de a organização do **Meeting** ter feito atrasar de forma escandalosa, em muito mais de uma hora, o começo dessas provas?!!!

Bem pode o Primeiro-Ministro vir dizer que Portugal não é uma república das bananas. Por este simples exemplo, não deixa de parecer o contrário...

A casa e as trancas

S em grande surpresa, Champalimaud reagiu com a arrogância do autocrata a quem o poder político concedeu toda a espécie de favores e a quem tudo tem consentido.

Desta vez, o velho monopolista da ditadura fascista não hesitou em desafiar a autoridade do Governo de António Guterres ao anunciar que manteria a venda de importantes posições do seu grupo financeiro aos espanhóis do Banco de Santander, poucas horas depois da mesma ter sido vetada pelo ministro das Finanças.

O presente escândalo põe em evidência duas consequências fatais da política de direita, seguida pelos governos do PSD e do PS, em relação às quais os comunistas portugueses, além de se lhe oporem com firmeza, fizeram repetidas advertências e chamadas de atenção.

A primeira, refere-se aos perigos a que a economia portuguesa ficou exposta quando foi feita a privatização de sectores financeiros estratégicos, como acontece no caso vertente, com a iminência de uma grande fatia do mercado bancário português ficar sob o controlo do colosso financeiro espanhol.

pelos governos de Cavaco Silva a Champalimaud foi o resultado de negociações entre este e o Governo. Há mesmo quem diga que é a «ingratidão» de Champalimaud perante este novo «favor» governamental o que mais terá ofendido o Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças.

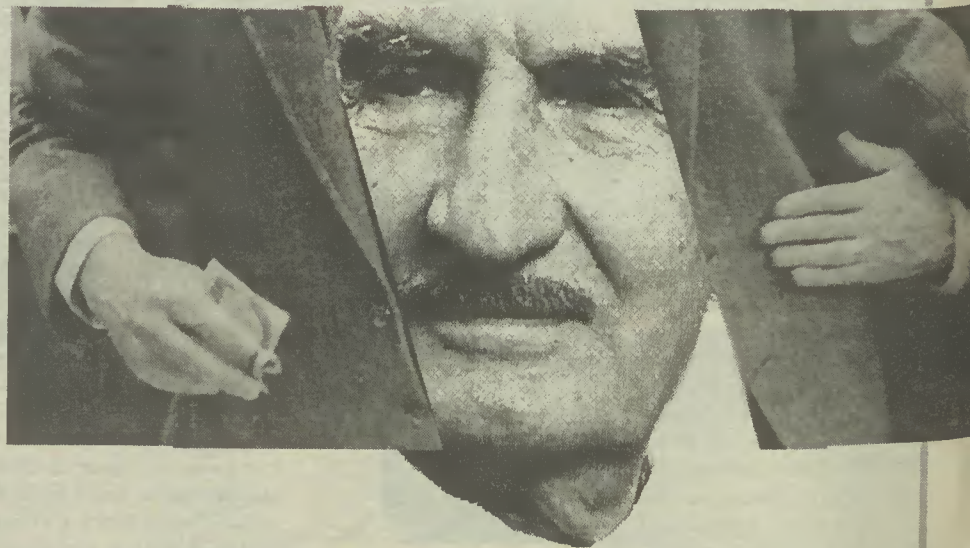
O assomo de firmeza que levou o Governo de António Guterres a vetar a venda de parte substancial do grupo Mundial Confiança aos espanhóis do Banco de Santander não pode deixar de ser visto com simpatia, mas também não pode deixar de ser visto, por tudo que fica atrás, com alguma desconfiança.

A primeira razão de desconfiança é se este assomo de firmeza governamental não tem um significado idêntico

ao do conhecido aforismo «depois de casa arrombada, trancas à porta». Sendo que, neste caso, as trancas têm meros objectivos eleitoralistas, preparando-se o Governo para ceder em face das pressões de Champalimaud, da imprensa, dos meios financeiros e do governo espanhol e de eventuais pressões de diferentes instâncias da União Europeia. Mas, neste caso, Guterres proclamaria nos seus discursos eleitorais que fez tudo o

VARIANTES

Carlos Brito



A segunda, tem que ver com o crescente domínio do poder económico sobre o poder político, o que no caso vertente se exhibe com especial brutalidade, começando pela criação de um facto consumado de grandes repercussões económicas à margem de qualquer consulta às autoridades portuguesas e acabando com a proclamada desobediência às determinações destas.

É bem sabido como se chegou a este estado de coisas.

No que se refere a Champalimaud, foram todos os «favores», à custa do património do Estado e de terceiros, que lhe foram acumulados pelos governos de Cavaco Silva, como ficou demonstrado no relatório da Comissão de Inquérito da Assembleia da República. Foi graças a estes «favores» que o velho monopolista pôde reconstituir o seu império financeiro do tempo da ditadura sem praticamente investir quaisquer recursos próprios.

Aos «favores» de Cavaco Silva seguiram-se os favores de António Guterres. O primeiro lesando grave e ilícitamente o Estado para beneficiar este grande senhor do capital, o segundo servindo de encobridor, para que ele pudesse prosseguir sem perturbação os seus majestáticos negócios.

Sabe-se agora que a cambalhota dos deputados do PS que impediu a aprovação do relatório da Comissão de Inquérito sobre os «favores» irregulares e ilícitos prestados

que era possível para resistir, mas perante as pressões teve de ceder, alegando como é costume: «é a vida».

A segunda razão de desconfiança é se as trancas não visam afinal franquear outros caminhos aos assaltantes do património público. A verdade é que o noticiário revela que tem sido o Governo a incentivar processos de concentração financeira alternativos à operação do Santander, não hesitando em agitar a apetecida privatização da Caixa Geral de Depósitos para estimular a gula dos banqueiros, incluindo do próprio Champalimaud.

Estas manobras em torno da CGD devem por isso mesmo merecer uma atenção redobrada por tudo o que ela representa na vida social do país e nas pequenas economias dos portugueses de mais modestos recursos e também pelo seu importantíssimo papel estratégico na defesa da nossa economia. As próprias manobras do Governo no plano financeiro põem em evidência a especial importância deste papel. Se ainda há trancas com verdadeira importância para proteger esta pequena casa que é a economia nacional, a CGD é certamente uma delas.

Rematando: - O que se deseja, no entanto, é que o assomo de firmeza expresso na declaração do Ministro das Finanças, de 18 de Junho, seja verdadeiro e autêntico e não vergue às pressões.



É uma realidade indesmentível que, hoje em dia, descontadas embora as notórias diferenças em termos de utilização (em quantidade) de material técnico, as nossas televisões já podem ombrear com o que se faz lá fora nesta matéria, sendo notórios os exemplos da SIC, por exemplo em matéria de **ciclismo**, da TVI, quanto ao **futebol** (como se viu há dias com a excelente transmissão da final da **Taça de Portugal**) ou mesmo em relação a outras modalidades como o **voleibol**, o **andebol** ou o **basquetebol**, como se tem visto na RTP nos últimos tempos.

Pelo contrário, o **atletismo**, essa importante modalidade desportiva que tantas glórias tem trazido ao nosso país, é frequentemente tratado como parente pobre pelo nosso serviço público de televisão, raramente os comentadores da especialidade se deslocando ao estrangeiro (ao contrário dos de outras modali-

ESCAPARATE

FESTAS E FEIRAS

S. João no Porto
e Feira do Livro em Faro

Com a tradicional corrida desportiva, começaram no passado dia 20 as tradicionais Festas de S. João que, como é costume, animam as ruas e as praças e as salas de espectáculo da cidade do Porto. Entretanto, foi na madrugada de hoje que as Festas chegaram aos locais públicos: hoje à noite realizar-se-á o Baile de S. João, na Praça da Liberdade, a que se seguirá um lançamento de fogo de artifício; amanhã, na Praça Humberto Delgado, haverá um espectáculo musical (programa a consultar); no dia 26 ocorrerão as famosas Rugas dos Santos por toda a cidade; no dia 27 realiza-se um Festival de Pára-Quedismo, espectáculos de música no Passeio Alegre (Foz) e prossegue o Concurso de Fado Amador que porá em acção várias tasquinhas do Lordelo. Mas claro que não poderão esquecer-se, até ao fim de Junho, os espectáculos que se realizarão no Rivoli e que, no próximo fim-de-semana culminarão com mais uma edição do festival Rítmos - Festa do Mundo. O programa detalhado pode ser consultado pelo telefone 3392201, com o indicativo da cidade do Porto 02 para os forasteiros.

Uma Feira que todos os anos se realiza em Faro é a Feira do Livro que este ano já vai na sua 23.ª edição. Espalhando-se pelo Passeio da Doca, esta mostra de editores e livreiros decorrerá a partir da próxima terça-feira 29, até 14 de Julho.



Sergei Rachmaninov (1873-1943)

MÚSICA CLÁSSICA

Festival de Música de Sintra

Se quiser ouvir boa música, mas ao mesmo tempo aproveitar para dar um belo passeio, o próximo fim-de-semana é indicado para ambas as coisas. Basta estar atento ao XXXIV Festival de Música de Sintra, cuja programação continua, e que terá no sábado e no domingo dois recitais de piano por dois solistas destacados. Assim, no dia 26,

pelas 21.30, no Palácio Nacional de Sintra. O pianista Alexander Lonquich interpretará obras de Chopin, Debussy, Stravinsky, Szymanowski, Janáček e Schubert. No dia seguinte, à mesma hora, mas no Palácio Nacional de Queluz, um outro pianista, Arcadi Volodos tocará obras de Scriabine, Chopin, Rachmaninov e Liszt.

EXPOSIÇÕES

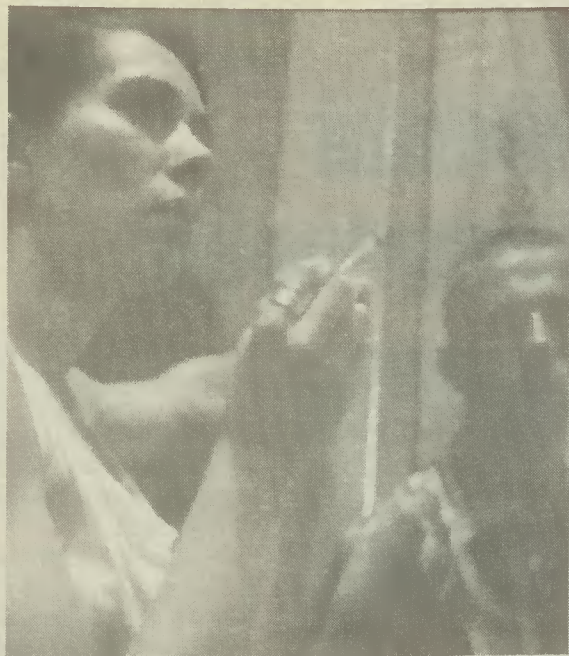
Retrospectiva
de Mário Botas

Um acontecimento da temporada nesta área é a exposição-retrospectiva de Mário Botas que se realiza até 24 de Outubro na Galeria das Naus do Centro Cultural de Belém. Segundo o texto de apresentação do programa, a obra de Mário Botas desenvolve-se com grande intensidade a partir do momento em que, com apenas 25 anos de idade, lhe é diagnosticada uma doença incurável (1977) «e proliferou num universo imaginário povoado por seres mitológicos, personagens literárias e figuras históricas. Utilizando fundamentalmente um traço fino, a tinta da china e aguarela, ele introduz-nos num espaço atemporal e onírico que nos remete para um ambiente festivo e surreal.» Entre desenhos e pinturas, esta mostra é constituída por cerca de 300 obras distribuídas por sete áreas temáticas.

Património em Loures
e pintura em Santiago do Cacém

Continua patente ao público no Museu Municipal de Loures (na Quinta do Conventinho), a

exposição «O Medieval e o Moderno em Loures - Viagens pelo Património». Esta exposição foi inaugurada na semana passada e os horários da mesma podem ser consultados para o telefone 9839600. Por outro lado, em Santiago do Cacém, foi inaugurada, no passado dia 20, a exposição-retrospectiva da pintora Chloë Mac Millan. Esta exposição continua patente ao público no Museu Municipal daquela cidade.



«Point Blank» no CCB

Teatro em vários tons

Acaba de estrear no cenário deslumbrante do palacete que foi o Antigo Tribunal de Cascais (junto à Estação), a peça «A Desobediência» de Luís Francisco Rebelo (1998) cuja trama nos leva à evocação da acção de Aristides de Sousa Mendes, cônsul português na Alemanha nazi, que esteve na base do acto que salvou mais de 30 000 judeus do holocausto, ao conceder-lhes os indispensáveis vistos para abandonar o país. Numa encenação de Carlos Avilez, o Teatro Experimental de Cascais leva esta peça à cena até 18 do próximo mês, com António Marques, Anna Paula, Fernanda Neves, Flávia Gusmão, João Craveiro Reis, João Vasco, Luís Rizo, Santos Manuel, Sérgio Silva e Teresa Côrte-Real, entre outros, nos principais papéis. De 4.ª a domingo, às 21.30.

Entretanto, no Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém, a companhia STAN (Antuérpia) apresenta o espectáculo «Point Blank», baseado na peça «Platonov» de Anton Tchekov. Segundo a apresentação do espectáculo, «em Julho de 1997, o Centro Cultural de Belém acolheu uma residência (desta companhia) que realizou um seminário prático de três semanas com artistas portuguesas. Deste seminário nasceu a vontade de uma colaboração numa produção em que actores de ambos os países se confrontam no palco. Assim nasceu Point Blank baseado em Tchekov, preparado em Lisboa e estreado em Montemor-o-Velho (no CITEMOR 98), em Julho/Agosto de 1998, e que até Novembro de 98 já foi apresentado em Braga, Antuérpia, Bruxelas, Bergen, Manchester, Lovaina, Ghent e Amesterdão.». As apresentações deste espectáculo terão lugar de 30 de Junho a 5 de Julho, às 21.30.

Por outro lado, para comemorar o seu 46.º aniversário, o TEP - Teatro Experimental do Porto realiza no próximo domingo, 27, às 21.45, no Auditório Municipal de Vila Nova de Gaia, uma sessão comemorativa, em que serão homenageados o Clube Fenianos Portugueses (onde a companhia iniciou a sua actividade, em 1953), José Cayolla, figura que ficou a marcar o grupo, e os poetas que, no dizer do texto de apresentação, «deram muito do seu esforço à afirmação de uma outra forma de fazer teatro em Portugal e no TEP», como, entre muitos outros, Eugénio de Andrade, Papiniano Carlos, João Apolinário, Alexandre Babo, José Carlos Gonzalez e, sobretudo, António Pedro.

MÚSICA POPULAR

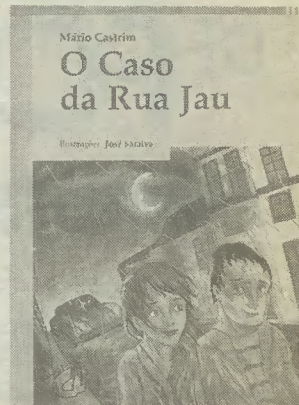
Coral Alentejano em Lisboa
e Rock português no Seixal

No campo da música popular urbana e rural, o destaque vai hoje para dois espectáculos radicalmente diferentes. Assim, já amanhã, 25, ao fim da tarde, pelas 19 horas, actuará ao ar livre no Bar Terraço do Centro Cultural de Belém, o grupo Os Ceifeiros de Cuba, um dos mais destacados grupos corais alentejanos. O grupo, composto por 25 elementos, terá como orientador e ponto Francisco Vargas e, ainda como

outros solistas (alto) e ponto, respectivamente António Braz, Manuel Batista e Francisco Fialho.

Entretanto, no Seixal, prosseguem as Festas Populares daquela cidade da margem-sul. Hoje chamamos a atenção dos amantes do rock para o espectáculo que o grupo Xutos e Pontapés realizará no Palco I situado no Largo 1.º de Maio, às 22 horas, na próxima segunda-feira, 28.

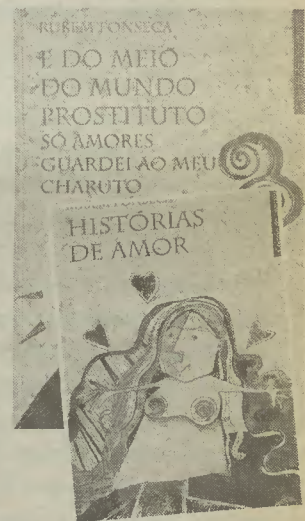
LIVROS



O Caso da Rua Jau

«Vamos então ver o que aconteceu ao Jaime e à Jacinta», envolvidos n'«O Caso da Rua Jau». Vamos lá fazer essa viagem e deslindar esse caso, acontecido nos anos sessenta, quando este par de adolescentes andava pelos 15 anos e foi encontrado em flagrante delito - e deleite -, de mãos dadas. Uma professora participou deles e... confronta-se agora o leitor com o que já lá vai há tanto tempo (há tão pouco) que nem dá para imaginar como ínvios e obscuros eram os caminhos por onde se davam os passos antes de abertas as portas de Abril. Um livro contado ao jeito de Mário Castrim que certamente não fez esforço de memória para se lembrar dos dramas que aqueles tempos velhos despejavam sobre os ombros dos jovens de então que ele, o autor, sempre acarinhou e encorajou nas andanças do saber - como professor - e da criatividade - como promotor de cultura.

Um livro que a Campo das Letras publica na colecção *Vamos Ler* e que vale a pena ser lido - pelos adolescentes de hoje - para que ganhem a memória do que ficou para trás - e dos jovens de então - para que não a percam.



Histórias de Amor

Ainda da Campo das Letras, na colecção *Campo da Literatura*, um par de livros de Rubem Fonseca, reunidos num *cofret*: uma novela - *E do Meio do Mundo Prostituto Só Amores Guardei ao meu Charuto* - e um volume de contos, com o título *Histórias de Amor*. Este autor brasileiro, cuja obra escrita envereda por múltiplos caminhos, alguns deles bem conhecidos em Portugal - do romance ao argumento cinematográfico, à novela, ao conto - oferece aqui ao leitor dois exemplos dessa versatilidade de construção narrativa, que se une na temática ao rés dramático de um quotidiano que floresce no esconso das misérias e dos crimes. A novela, aliás, é construída como um quebra-cabeças policial onde o importante não é a investigação mas o mistério das relações humanas.

ATALHE DE FOICE Confortos

Óleo de camiões nas rações dos frangos, resíduos de chumbo na Coca-Cola, vacas loucas por causa de farinhas de origem animal, alimentos transgénicos vendidos à surrelfa, um país arrasado no centro da Europa na guerra mais barata de todos os tempos, o anticiclone dos Açores à deriva, a camada de ozono esburacada, Cachemira à beira da guerra nuclear, milhões de pobres a morrerem de fome, países ricos a braços com a obesidade, o El Niño a virar o clima de pernas para o ar... se os deuses não estão loucos, os homens estão-no de certeza. É por estas e por outras que o ciclone da Madeira, mais conhecido por Alberto João Jardim, é um reconforto para o espírito, um porto seguro a que sempre se pode voltar quando à nossa volta o mundo parece desabar.

Nos tempos da minha infância, e ao contrário do Manuel da Fonseca, o centro do mundo não era o adro mas a telefonia da avó Antónia, uma caixa de madeira com um remendo de pano que se iluminava ao rodar um dos botões imponentes do friso inferior, tossia e engasgava-se como um tractor decrépito, aquecia circuitos com demoras de donzela, mas acabava sempre por nos trazer para dentro de casa os mistérios do universo. A telefonia era então uma espécie de totem familiar, ocupava um lugar nobre no seio da família e tinha direito a naperon e jarra de flores.

Quando a pressa de crescer encolheu os espaços e a vida começou a mudar muito depressa, a televisão destronou a telefonia e a maior parte de nós meteu pés ao caminho na convicção de que lá fora, lá longe, havia outros horizontes que não cabiam no éter. Foi preciso a saturação destronar a televisão e dar a volta ao mundo para perceber que afinal estava tudo lá, no começo das coisas.

Perguntar-se-á que tem Jardim a ver com tudo isto. Pela parte que me toca, tudo. Igual a si próprio, turbulento, belicoso, destemperado, o homem aprendeu em pequenino que é possível fazer tempestades em copos de água, mas se for numa ilha tanto melhor. Faz o mesmo efeito e estremece menos. Depois de dar a volta ao mundo - do "contenente" à África do Sul e às Américas - reconheceu que a Madeira é um jardim e daí à conclusão que a Madeira é do Jardim foi um passo de um ano. Arranjou um governo regional à sua medida, uns papalvos para pagar as contas, e tomou as rédeas do poder. Inventou um espírito "anticolonial" e contestatário que conserva no frio e a que recorre sempre que os ventos não sopram de feição. Fez o percurso do subversivo bombista ao democrata plebiscitado nas urnas. Apurou até ao limite a arte do populismo e do embuste. Fez coleção de sacos azuis e de cartões de visita dos adversários, que manobra segundo as conveniências. Aprimorou-se no discurso desbocado ao ponto de se tornar inimputável. Numa palavra, armazenou os ventos com que faz as suas tempestades privadas. Por isso é que, nestes tempos virados do avesso, Jardim é um descanso.

A Assembleia da República prepara-se para aprovar escandalosos aumentos nos vencimentos, subvenções e abonos de ajudas de custo dos governantes e deputados regionais? Pois bem. Lembrado da contestação popular aos aumentos secretos de 1990, que o obrigou a congelar a iniciativa, Jardim jogou agora pelo seguro e apresentou não só uma contraproposta «mais modesta», como entendeu por bem desviar as atenções e vir a público reivindicar a transformação da Madeira em Estado Regional, para que os madeirenses deixem de estar «sujeitos às leis gerais da República» e não terem de «mendigar a pessoas estranhas do Continente o seu próprio Estatuto». Nem mais.

Imagina-se o frémito que percorreu os ilhéus. Contam-se as cabeças entre os emigrantes. Adivinha-se já a solidariedade da NATO.

Quando terminar o debate em torno da inconstitucionalidade da proposta os aumentos já terão sido aprovados a contento de todos. E digam lá se não é bom saber que algumas coisas nunca mudam.

■ Anabela Fino

Legislativas CDU apresenta candidatos pela Emigração

Os candidatos da CDU pela Emigração foram apresentados no passado sábado, 19, durante um encontro realizado em Berna, na Suíça, onde foram igualmente conhecidos os mandatários da Coligação naquele país. No dia seguinte, decorreu na região de Paris uma iniciativa de divulgação dos primeiros candidatos pelo círculo da Emigração.

A lista é encabeçada por Manuel Beja, de 54 anos, residente em Zurique desde 1972. Mem-

do jornal *O Brado*, publicação dos trabalhadores portugueses antifascistas.

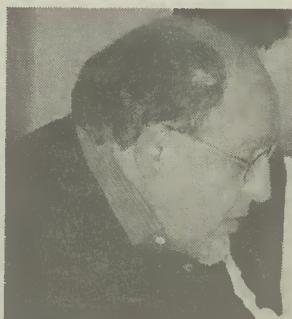


Isabel Mendes

bro do PCP, é secretário nacional responsável pela mão-de-obra portuguesa no SIB (Sindicato da Construção e Indústria), e membro da comissão nacional de estrangeiros da USS (União dos Sindicatos Suíços). É coordenador da secção local do Conselho das Comunidades Portuguesas e presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Zurique. Manuel Beja foi candidato pela CDU nas eleições legislativas de 1995.

Isabel Mendes, a segunda na lista, tem 35 anos, emigrou para França em 1974 e reside em Champigny, na região de Paris. É empregada bancária e concorre como independente.

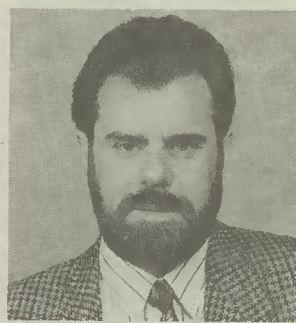
Segue-se Luciano Caetano da Rosa, 53 anos, residente em Frankfurt. É doutor em Letras e leitor do Instituto Camões na Universidade de Mainz. É membro da Organização da Direcção, na Alemanha, do PCP. Viveu na Suíça entre 1970/75, foi sócio fundador e presidente do Centro Português de Neuchâtel. Entre 1972/75 foi director e redactor



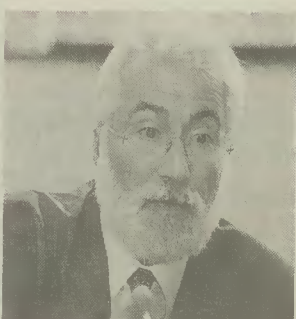
Luciano Caetano da Rosa

Regressou a Portugal em 1975, onde permaneceu até 1981, altura em que foi viver para a Alemanha. Em Portugal foi membro da Comissão Concelhia de Beja do PCP, esteve ligado ao Sindicato da Construção Civil e foi sócio fundador e membro da Direcção do Sindicato dos Professores da Zona Sul. Participou nas lutas estudantis de 1996 na Faculdade de Letras.

António Topa tem 51 anos, está emigrado em França há 31 anos e vive em Gennevilliers, na região de Paris. É intérprete e tradutor junto de diversos organismos internacionais e professor de educação especializada. É membro do Organismo de Direcção na Região de Paris do PCP, presidente da Assembleia Geral da Associação de Cultura Popular - Portugal Novo e membro fundador da Mútua de Portugal (em França). Foi secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores Consulares (STCDE), de que é actualmente sócio honorário e candidato da CDU nas eleições legislativas de 85, 87 e 91.



Manuel Beja



António Topa

Dar resposta aos emigrantes

No encontro da Suíça, Manuel Beja afirmou que a candidatura da CDU visa combater a política de emigração do Governo PS e afirmar as propostas próprias da Coligação. Entre outros aspectos, o cabeça de lista sublinhou que a

política de emigração tem de ter em conta as mudanças ocorridas no seio das comunidades portuguesas e dar resposta às necessidades e aspirações quer das primeiras gerações quer dos jovens lusodescendentes.

Do programa eleitoral, cuja divulgação deixou para mais tarde, Manuel Beja destacou as medidas para resolver os problemas dos emigrantes mais antigos, nomeadamente nas áreas da segurança social, reformas e pensões. Por outro lado, defendeu mais apoios aos jovens lusodescendentes, que manifestam cada vez mais interesse pela cultura e língua portuguesas.

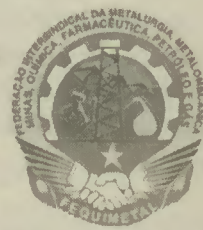
Manuel Beja disse ainda que a lista da CDU é composta por «gente que trabalha e vive na emigração; que conhece bem os problemas dos nosso compatriotas e que, no dia-a-dia, intervém na vida política e social».

No encontro, foram ainda anunciados o nome da mandatária nacional na Suíça, São Belo, bem como dos mandatários na parte de expressão francesa, Alexandre Milheiro, e de expressão alemã, Isaque Ferreira. Em França, mandatário da CDU é Álvaro Morna.

1.º Congresso da Fequimetal amanhã em Aveiro

Com a participação prevista de 300 delegados e 150 convidados, realiza-se amanhã, na ex-Cerâmica Campos (actual Centro Cultural e de Congressos de Aveiro), o 1.º Congresso da Federação Intersindical da Metalurgia, Metalomecânica, Minas, Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás.

A Fequimetal/CGTP-IN resultou da fusão, em Novembro do ano passado, da Federação da Metalurgia, Metalomecânica e Minas com a Federação da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás. Com 13 sindicatos filiados, que têm mais de 90 mil associados e uma rede de 1300 delegados sindicais, a Fequimetal é uma das maiores e mais fortes estruturas de ramo de actividade da CGTP.



O congresso - que decorre sob o lema «No século XXI, melhores salários, trabalho com direitos, mais justiça social» - vai analisar o programa de acção para o período até 2003 e eleger a Direcção Nacional da federação. No encerramento deverá intervir o coordenador da CGTP, Carvalho da Silva.

Despenalização do aborto Um ano após o referendo - que balanço?

A campanha do referendo em torno da despenalização da IVG até às 10 semanas, foi palco de promessas e considerações sobre a necessidade de medidas concretas de acesso ao planeamento familiar e à educação sexual nas escolas. Um ano volvido, o que é que mudou?

Este um dos objectivos do fórum 1 ano após o referendo, que balanço?, que irá decorrer, no próximo sábado, no ISCTE, em Lisboa.

Organizado pela Plataforma Direito de Optar, com o apoio do Pelouro da Cultura e da Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa, o fórum visa ainda continuar o debate sobre o aborto clandestino e inseguro, «de forma a

que se entenda de uma vez por todas, que este problema tem a ver com a vida de milhares de mulheres e não pode ficar relegado como último ponto das agendas políticas portuguesas».

Os trabalhos desdobram-se em três painéis.

O primeiro painel tem como tema *Situação actual do planeamento familiar e educação sexual* e conta com as comunicações de Almerinda Bento *Inquérito às escolas e seus resultados*, Joana Lucas e Inês Zuber *Situação vista pelos jovens*, Irene Santos Silva *Discriminações por motivo de gravidez*, Manuela Tavares Plano *Interministerial: avaliação* e Odete Santos *Iniciativas Parlamentares*.

A lei que temos e as situações não abrangidas pela lei, é o tema do segundo painel, que conta com comunicações de Álvaro Carvalho *Conceitos de Saúde Mental: a IVG por questões de ordem psicológica*, Duarte Vilar *Estudo da situação nos hospitais*, de uma técnica da APF sobre *Linhas de Atendimento e Aspectos jurídicos* por Eduarda Maia Costa.

O último painel aborda a questão da *IVG legal noutros países* e conta com intervenções de Evert Ketting *Perspectiva comparada ao nível internacional*, Yolanda Hernandez *Estudo das mulheres portuguesas que abortam em Espanha* e Philippe Bertaud *Uma experiência francesa de aborto legal*.

